



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira

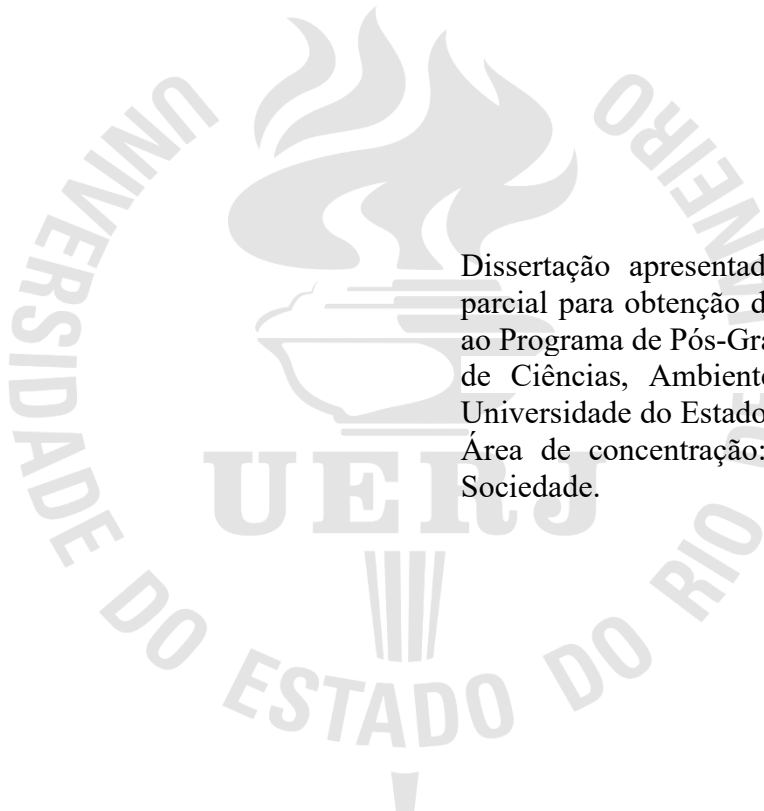
**Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho
de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar
(AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida**

São Gonçalo

2023

Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira

Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Biodiversidade e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tadeu Santori

Coorientadora: Prof.^a Dra. Fátima Kzam Damaceno de Lacerda

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

F383 TESE	<p>Ferreira, Stela Lina Magalhães Bergiante. Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ : um estudo a partir de suas histórias de vida / Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira. – 2023. 170f. : il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Ricardo Tadeu Santori. Coorientadora: Prof.^a Dra. Fátima Kzam Damaceno de Lacerda. Dissertação (Mestrado em Estudo de Ciências, Ambiente e Sociedade) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.</p> <p>1. Mulheres na agricultura – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 2. Ecologia agrícola – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Agricultura familiar – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 4. Segurança alimentar – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. I. Santori, Ricardo Tadeu. II. Lacerda, Fátima Kzam Damaceno de. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. IV. Título.</p>
CRB7 – 6150	CDU 631-055.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira

Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Biodiversidade e Sociedade.

Aprovada em 08 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Tadeu Santori – Orientador
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Fátima Kzam Damaceno de Lacerda – Coorientadora
Instituto de Química – UERJ

Prof.^a Dra. Maria Cristina Ferreira dos Santos
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dra. Suenya Santos da Cruz
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2023

DEDICATÓRIA

Ao meu pai José Zumair (*in memoriam*), que foi um grande agricultor.

Às mulheres agricultoras que labutam arduamente para produzir o nosso alimento!

AGRADECIMENTOS

Sinto imensa alegria e gratidão por chegar a este momento. Está chegando ao fim deste trabalho significa que venci meus medos e obstáculos e se tenho que pensar em quem agradecer é porque durante esta trajetória fui acompanhada por pessoas que hoje merecem meus agradecimentos.

Este mestrado me proporcionou a construção de novos saberes, inúmeras reflexões e amizades que eu levarei para sempre. Nestes dois anos tive a oportunidade de experimentar a prática de pesquisa a partir de uma construção que ao mesmo tempo é dolorosa e solitária com o processo de escrita e leituras, mas também de muita coletividade, trocas e afetos positivos que me deram apoio e muita potência para seguir pesquisando.

Começo agradecendo a minha fé em Deus, que me deu força e coragem, para não desistir perante as dificuldades, me permitindo passar por muitas etapas com persistência até chegar aqui.

Ao meu marido Elivelton, meu amado companheiro, que me apoiou e incentivou nos longos dias de angústia, tristeza, alegria e trabalho. Você me amparou em todos os meus passos durante esta jornada. Só você sabe o que passei, pois estive o tempo todo ao meu lado. Obrigada por acreditar tanto no potencial, por estar sempre me enaltecendo, por me compreender, me impulsionar, e pelo suporte tecnológico e apoio nas coletas de dados me levando a campo. Agradeço muito por seu amor, dedicação, paciência e cuidados com nossa filha nos diversos momentos em que tive que me ausentar para escrever. Sem você nada disso seria possível. Amo você!

A minha filha, Maitê, que chegou no início deste processo e ressignificou toda a minha existência, me fortalecendo ainda mais para seguir acreditando nos meus sonhos. Sinto muito se nos momentos de cansaço não cuidei de você direito e por todas as vezes que tive que te deixar de lado, até mesmo chorando, para me dedicar a esta pesquisa. Obrigada por ter sido meu ponto de equilíbrio e o estímulo que precisava nos momentos em que tive vontade de desistir. Amo muito você, meu raio de luz!

Agradeço especialmente aos meus orientadores Ricardo Santori e Fátima Kzam pelo apoio e estímulo em todas as etapas. Ricardo, com toda a sua sensibilidade, me tranquilizou e me apoiou no início desta jornada, quando me senti perdida e preocupada por ter descoberto minha gravidez, ao mesmo tempo em que começava este mestrado. Agradeço por me deixar à

vontade para buscar os meus próprios caminhos, acreditando em minha capacidade. Também por seus ensinamentos e compreensão durante todo o processo.

Em particular, quero agradecer a minha coorientadora Fátima Kzam, que foi mais que isso. Nossa parceria de longa data me trouxe segurança e inspiração para eu desenvolver esta pesquisa. Agradeço por sempre acreditar em mim, mais do que eu mesma, por sua dedicação, confiança e pela oportunidade de me auxiliar a realizar este sonho. Desde que decidi participar para a seleção deste mestrado você esteve comigo me dando direcionamento para os caminhos certos. Seu afeto e acolhimento facilitou este caminho em muitos momentos em que me senti perdida, incapaz e desesperada. Sempre me colocava de volta ao rumo certo com sua sabedoria e experiência. Obrigada por seus ensinamentos, por sua paciência e sensibilidade ao ensinar e por estimular sempre a autonomia dos seus orientandos neste processo de pesquisar. Sem você eu não teria chegado até aqui. A pesquisadora que sou hoje tem muito de você!

Às mulheres agricultoras integrantes do GT Mulheres da Serramar que aceitaram compartilhar suas trajetórias para esta pesquisa. E, principalmente, por me receberem de braços abertos em suas residências, dividindo comigo um pouco do tempo precioso de vocês.

Aos meus pais que me trouxeram esse apreço que tenho pela agricultura. E a todos os meus familiares e familiares do meu marido que torcem por mim.

Às professoras Regina Mendes, Rosana Glat e Suenya Santos por terem aceitado compor a banca examinadora do processo de qualificação e por suas importantes contribuições que auxiliaram na melhoria deste trabalho.

Ao professor Anderson Portugal, que foi meu professor na graduação, e quem me incentivou a participar da seleção para este mestrado. Muito obrigada por também ter me auxiliado a delinear o início desta pesquisa.

Às minhas amigas Tati e Thabata que o CEDERJ me deu, obrigada por me incentivarem e auxiliarem a participar da seleção para este mestrado.

Às minhas amigas Gessi, Jatinan, Juliana, Sabrina, e ao meu amigo Wanderson, que torcem por mim sempre e me apoiam em tudo na minha vida. Obrigada por toda paciência nesse período que estive em falta com a nossa amizade para poder me dedicar a minha pesquisa. Me desculpem se nos momentos de cansaço e estresse fui rude com vocês. Saibam que amo vocês!

Aos meus colegas de turma deste mestrado que tornaram essa caminhada mais fácil e leve por compartilharem os seus conhecimentos, informação, experiência e afeto durante esse período.

Ao PPGEAS como um todo, juntamente com seus professores e professoras, que a partir das aulas, me proporcionaram diferentes perspectivas para refletir sobre as questões sociais, políticas e ambientais.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos com todo amor e carinho!

A dúvida é se a civilização pode mesmo travar esta guerra contra a vida sem se destruir e sem perder o direito de se chamar de civilizada.

Rachel Carson

RESUMO

FERREIRA, Stela Lina Magalhães Bergiante. *Percepção ambiental de agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ: um estudo a partir de suas histórias de vida*. 2023. 170f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Desde que abandonou a vida primitiva, o ser humano vem alterando intensamente o ambiente em que vive. Nesse processo, cresceu a busca incessante por uma alimentação mais cômoda, o que tem conduzido não só a um desastre na saúde humana, mas também intensificado uma série de problemas ambientais. Perante o exposto, nesta dissertação foi analisado as histórias de vida de quatro mulheres que atuam como agricultoras familiares de base agroecológica, pertencente ao grupo GT Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), que tem em suas perspectivas a busca por uma produção alimentar sustentável e igualitária. Este grupo que se constitui de maneira heterogênea, representa um importante espaço de acolhimento, afeto, apoio, troca de experiência e conhecimento para as mulheres ligadas às questões ambientais e de gênero. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa foi analisar através das histórias de vida, a percepção ambiental das agricultoras pertencentes a esse grupo. O percurso metodológico se pautou por meio da pesquisa qualitativa, na qual foram utilizadas as narrativas orais por meio de entrevista aberta e individual. Este caminho metodológico foi utilizado para recuperar a história de vida das mulheres agricultoras que não tiveram voz e valorização profissional por um longo tempo no setor agrícola. A partir disso, as técnicas de análise proporcionaram reconstruir a trajetórias das agricultoras através da problematização das relações de gênero aliada ao trabalho das mulheres rurais e sua inter-relação com o meio ambiente. Os resultados mostraram que estas agricultoras deixam transparecer, ao narrar suas histórias de vida, uma percepção ambiental ligada às suas práticas agrícolas, atuando em sintonia com a natureza. Foi possível, a partir da fala das participantes, estabelecer três categorias de análise que nos permitiu discutir os resultados coletados: o autorreconhecimento como agricultora, a importância dos grupos de apoio e da Serramar e a percepção ambiental e práticas agrícolas. A complexidade dos assuntos abordados revela a importância do debate sobre a agricultura familiar, para aquelas que buscam, em seu cotidiano, construir uma ponte para os diálogos entre o saber popular e o saber científico e entre a sociedade civil e o poder público.

Palavras-chave: Mulheres agricultoras. Agroecologia. Agricultura familiar. Segurança alimentar.

RESUMEN

FERREIRA, Stela Lina Magalhães Bergiante. *Percepción ambiental de mujeres agricultoras participantes del Grupo de Trabajo de Mujeres (GT Mujeres) de la Articulación de Agroecología de Serramar (AASM) – RJ: un estudio a partir de sus historias de vida.* 2023. 170f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

Desde que abandonaron la vida primitiva, los seres humanos han ido alterando intensamente el medio en el que viven. En este proceso ha crecido la búsqueda incesante de una alimentación más confortable, lo que ha llevado no solo a un desastre en la salud humana, sino que también ha recrudecido una serie de problemas ambientales. En vista de lo anterior, esta disertación analizó las historias de vida de cuatro mujeres que trabajan como agricultoras familiares con base agroecológica, pertenecientes al grupo GT Mulheres de la Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), que tiene en sus perspectivas la búsqueda de alimentos sustentables, productivo e igualitario. Este grupo, que se constituye de manera heterogénea, representa un importante espacio de acogida, afecto, apoyo, intercambio de experiencias y saberes para mujeres vinculadas a temas ambientales y de género. Así, el objetivo principal de esta investigación fue analizar, a través de las historias de vida, la percepción ambiental de las mujeres agricultoras pertenecientes a este grupo. El camino metodológico se basó en una investigación cualitativa, en la que se utilizaron narraciones orales a través de entrevistas abiertas e individuales. Este camino metodológico sirvió para recuperar la historia de vida de mujeres agricultoras que no tuvieron voz y reconocimiento profesional durante mucho tiempo en el sector agrícola. A partir de ello, las técnicas de análisis permitieron reconstruir las trayectorias de las campesinas a través de la problematización de las relaciones de género aliadas al trabajo de la mujer rural y su interrelación con el medio ambiente. Los resultados mostraron que estas agricultoras revelan, al narrar sus historias de vida, una percepción ambiental ligada a sus prácticas agrícolas, actuando en armonía con la naturaleza. Con base en las declaraciones de los participantes, fue posible establecer tres categorías de análisis que permitieron discutir los resultados recolectados: el reconocimiento de sí mismo como agricultor, la importancia de los grupos de apoyo y Serramar, y la percepción ambiental y las prácticas agrícolas. La complejidad de los temas abordados revela la importancia del debate sobre la agricultura familiar, para quienes buscan, en su cotidiano, construir un puente de diálogo entre el saber popular y el saber científico y entre la sociedad civil y el poder público.

Palabras clave: Mujeres agricultoras. Agroecología. Agricultura familiar. Seguridad alimentaria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	GT Mulheres da Serramar reunidas para a realização de uma oficina de culinária	37
Figura 2 –	Caderneta agroecológica da Margarida	81
Figura 3 –	Cozinha industrial comunitária Colher de Pau	108
Figura 4 –	Produtos que são processados, beneficiados e vendidos no sítio de Rosa	109
Figura 5 –	Escritório da agricultora Rosa	111
Figura 6 –	Viveiro de Violeta	113
Figura 7 –	Muda de Cactaceae plantada na casca do cacau	114
Figura 8 –	Mudas de suculentas e cactos	116
Figura 9 –	As participantes da pesquisa: Margarida, a pesquisadora e sua filha, Rosa, Violeta e Camélia	121
Figura 10 –	Propriedade da agricultora Rosa	142
Figura 11 –	Rosa mexendo os potes que estão em processo de fermentação para fazer vinagre da casca da banana	143
Figura 12 –	Produtos fabricados por Margarida reutilizando óleo de cozinha	144
Figura 13 –	Plantação de milho de Violeta	145
Figura 14 –	Sementes de feijão e milho que Rosa é guardiã	147
Figura 15 –	Rosa mostrando as mudas das árvores que tem feito para o reflorestamento de seu sítio	150
Figura 16 –	Lago construído com garrafas PETS	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Informações básicas sobre as participantes da pesquisa	119
Quadro 2 –	Relação entre conteúdo abordado, seu significado e a categoria formada	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASM	Articulação de Agroecologia Serramar
AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AMLD	Associação Mico-Leão-Dourado
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDERJ	Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEFFA FLORES	Centro Familiar de Formação por Alternância Flores de Nova Friburgo
CERU	Centro de Estudos Rurais e Urbanos
CPDOc	Centro de Pesquisa e Documentação
CMA	Cúpula Mundial da Alimentação
CEPH	Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
ENAs	Encontros Nacionais de Agroecologia

FFP	Faculdade de Formação de Professores
GTs	Grupos de Trabalho
GT Mulheres da AARJ	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
GT Mulheres da AASM	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar
GT Mulheres da ANA	Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia
GUILDAS	Grupo Universitário de Investigação Laboratorial, Desenvolvimento Ambiental e relações com a Sociedade
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PESAGRO-RIO	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PET	Polietileno Tereftalato
PPGEAS	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PVS	Pré-vestibular social
RJ	Rio de Janeiro
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SSAN	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	DO PREPARO DO SOLO AO PLANTIO: CAMINHOS METODOLÓGICOS	24
1.1	Histórias de vida como método de pesquisa	25
1.1.1	<u>O uso da história de vida com agricultoras</u>	31
1.2	Caracterização do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM)	35
1.3	Caracterização da pesquisa	39
1.4	Aspectos éticos	41
1.5	Participantes da pesquisa	42
1.6	Procedimentos de coleta de dados	43
1.7	Análise dos dados	47
2	REVISÃO DA LITERATURA	49
2.1	Mulheres na agricultura familiar de base ecológica	49
2.1.1	<u>O protagonismo feminino na agricultura familiar: a luta contra o patriarcado</u>	49
2.1.2	<u>O papel das mulheres na Agroecologia: a construção de um cenário de esperança</u>	64
2.1.3	<u>Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: mulheres gerando alimento a partir de seus quintais</u>	73
2.2	Percepção ambiental: conceito e importância na agricultura familiar de base ecológica	83
3	DO CULTIVO À COLHEITA: RESULTADOS E DISCUSSÃO	94
3.1	Cultivando histórias de vida: frutificando as falas das agricultoras	95
3.1.1	<u>Raízes das flores</u>	95
3.1.2	<u>Resumo das informações sobre as participantes da pesquisa</u>	119
3.2	As categorias analíticas	122
3.2.1	<u>O autorreconhecimento como agricultora</u>	123
3.2.2	<u>A importância dos grupos de apoio</u>	128
3.2.3	<u>Percepção ambiental e práticas agroecológicas</u>	135

CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	160
APÊNDICE – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	169

INTRODUÇÃO

Minha história de vida: um breve memorial da minha trajetória como agricultora, estudante e pesquisadora

Nascida no município de Nova Friburgo/RJ e filha de agricultores, tive o privilégio de crescer cercada pela natureza e imersa no setor que coloca alimento em nossa mesa. A lavoura foi a minha primeira fonte de trabalho, cultivávamos pequenas plantações de hortaliças (alface, rúcula, coentro e rabanete), legumes (jiló, berinjela, pimentão, tomate, couve-flor, brócolis, repolho) e leguminosas (ervilha, feijão), com mão de obra familiar, em uma propriedade, na função de meeiro, com o dono dela. Sempre fomos muito humildes e a renda das lavouras era o suficiente somente para o sustento da família.

Então, na adolescência comecei a plantar sozinha as minhas primeiras lavouras de coentro e rúcula, sendo esta a primeira fonte de renda que me permitiu custear as cópias dos livros do ensino médio, que na ocasião eram comprados, e não distribuídos gratuitamente pelas escolas. Naquela época, a escola representava para mim um espaço de fortalecimento e fuga das muitas dificuldades enfrentadas no espaço rural. Trabalhar nas lavouras não é fácil, exige muito do nosso corpo. Fizesse sol ou chuva tínhamos que estar lá, principalmente em período de colheita. Além dessa dificuldade, as lavouras do meu falecido pai nunca foram muito rentáveis economicamente, talvez devido a uma má administração. Por isso, sempre valorizei muito os estudos e via como uma oportunidade de sair daquela dificuldade e poder ajudar os meus pais. Meu falecido pai sempre via o trabalho rural pelo lado negativo da falta de dinheiro e do trabalho pesado. Devido a isso, sempre me dizia: “Estuda! Ou quer ficar no cabo da enxada?”. Seja pelo lado bom ou pelo lado ruim, meu pai foi um dos meus maiores incentivadores a seguir pelo caminho dos estudos.

Assim, ao mesmo tempo em que trabalhava nas lavouras do meu pai, nas horas vagas trabalhava nas minhas, com a ajuda da minha mãe. Trabalhei desta forma até terminar o ensino médio e fazer o curso de pré-vestibular social (PVS), o qual me permitiu ingressar em uma universidade pública. Logo em seguida, consegui um emprego no centro da cidade de Nova Friburgo, RJ, que me permitiu conciliar com a faculdade e melhorar as minhas condições de estudo.

Sempre estudei na rede pública e tive a oportunidade de ingressar no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

através do consórcio Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), no segundo semestre de 2009. Durante a minha jornada de graduação tive a oportunidade de fazer alguns estágios. No decorrer do ano de 2013 fiz meu primeiro estágio remunerado no Colégio Estadual Canadá, em Nova Friburgo, através do Projeto Piloto para Despertar e Capacitar Jovens Talentos em Ciência e Tecnologia (C&T) na Região de Nova Friburgo, atuando como monitora de aulas práticas de ciências, biologia e química no laboratório de ciências do colégio. Em 2014, me candidatei e fui selecionada para atuar no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto interdisciplinar do Polo de Educação a Distância de Nova Friburgo. Na ocasião, pude vivenciar a realidade da escola pública no Colégio Municipal Odette Penna Muniz com seus inúmeros desafios. No PIBID, participei de diversos eventos acadêmicos, encontros e congressos, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido na escola e à metodologia adotada (LAGO et al., 2014; FERREIRA e LACERDA, 2017, 2018). No mesmo período em que participei do Programa PIBID, de 2014 a 2016, fui convidada a realizar o estágio remunerado na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), no escritório local do Centro Estadual de Pesquisa em Horticultura (CEPH) em Nova Friburgo. Como estagiária, atuei auxiliando em pesquisas científicas voltadas para a agricultura, em atividades administrativas e como apoio técnico em reuniões, eventos e minicursos do escritório local. Nessa oportunidade, pude me aproximar ainda mais dos estudos e pesquisas na área da agricultura familiar orgânica e de base agroecológica e dos produtores rurais locais, participando de eventos e na coleta de dados sobre a comercialização de produtos orgânicos nas feiras de Nova Friburgo e Teresópolis (FONSECA et al., 2015).

Após terminar a graduação, fui convidada para ser monitora de aulas de laboratório, no período de 2017 a 2018, na Escola Centro Familiar de Formação por Alternância Flores de Nova Friburgo (CEFFA FLORES), que fica localizada no bairro rural Vargem Alta. Essa região se destaca como um modelo de agricultura familiar e floricultura, sendo referência como a segunda maior produtora de flores de corte do Brasil. Nessa circunstância, realizava experimentos e aulas práticas de ciências, física e química com os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental 2. Em dezembro de 2018 ingressei no curso de Pós-Graduação *Latu Sensu*, “Educação tecnológica”, oferecido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ), no qual tive a oportunidade de realizar a pesquisa “O uso do *Instagram* como ferramenta de diário de bordo no ensino de biologia” (FERREIRA, 2020).

Minha motivação para participar do mestrado com a temática da agricultura se deve à minha história de vida, na qual, desde criança, tive contato com a agricultura familiar praticada por mim e pelos meus pais.

Sempre tive muito apreço e amor pela agricultura, mesmo com todas as dificuldades, principalmente por ser uma atividade que produz alimento e está relacionada ao meio ambiente. No entanto, quando comecei a entender como muitas das técnicas da agricultura convencional causavam algum dano à saúde humana e ao meio ambiente, comecei a me questionar sobre a forma de se trabalhar utilizada pela minha família e como o papel que nós, mulheres, desempenhávamos na agricultura familiar não era valorizado. Além disso, meu pai passou a maior parte de sua vida na agricultura e, como a grande maioria das pessoas que vivem no espaço rural, ele adorava me contar histórias. Ele sempre contou muitas histórias de sua vida, de seus amigos, seus pais, dos muitos lugares por onde passou e, principalmente, de pescaria, uma das coisas que ele mais amava fazer. Além do meu pai, muitas outras pessoas com quem tive contato no meio rural também me contavam muitas histórias. O que me ensinou a ser uma boa ouvinte. E, certamente, fez despertar em mim a vontade de continuar ouvindo e contando histórias, principalmente de mulheres agricultoras, pois as suas histórias também são as minhas. Essas estão entre as pessoas que mais precisam ser ouvidas e ter voz em nossa sociedade. Hoje, a partir do meu lugar de mulher, mãe, pesquisadora, professora e agricultora, compreendo a importância de dar voz às mulheres rurais e olhar para o espaço rural com mais respeito.

Então, por todo esse histórico, nasceu a vontade de estudar mais sobre o assunto e desenvolver uma pesquisa que seja voltada para a (re)valorização do trabalho da mulher agricultora, através de suas histórias de vida. Neste contexto, o presente estudo apresentou a seguinte pergunta de pesquisa: a percepção ambiental de mulheres agricultoras pertencentes ao Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) pode ser analisada e compreendida através das suas histórias de vida?

Tenho como hipótese que, através da análise das histórias de vida, poderei compreender a percepção ambiental das agricultoras do GT Mulheres da AASM e associá-la às suas práticas agrícolas.

Objetivos da pesquisa

Estabelecemos como *objetivo geral* desta pesquisa:

- Analisar a percepção ambiental das agricultoras pertencentes ao Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), a partir de suas histórias de vida.

E, como objetivos específicos desta pesquisa:

- Estabelecer um diálogo teórico e reflexivo sobre as dinâmicas culturais, econômicas, políticas, socioambientais e as questões de gênero que demarcam a vivência das mulheres na agricultura familiar;
- Verificar se a utilização das práticas agroecológicas das mulheres agricultoras do GT Mulheres da AASM está de acordo com sua percepção ambiental.

Justificativa

A agricultura é uma das atividades mais antigas da humanidade e, com o processo de modernização que os avanços tecnológicos trouxeram, criou-se um novo cenário no meio rural, acarretando uma série de transformações ambientais que predominam nos dias atuais. Diante dessas inúmeras transformações, as mulheres agricultoras familiares de base agroecológica, representam hoje uma potência social, econômica, política e ambiental na luta por uma produção alimentar mais sustentável. Das diversas formas de produzir alimento, a agricultura familiar carrega consigo uma diversidade tanto de produtos alimentares, quanto social, cultural e econômica. Assim, devem-se levar em consideração as múltiplas dimensões presentes nas relações existentes entre trabalho, família e terra, na agricultura familiar (CARNEIRO et al., 2015; FAO, 2018; MESQUITA, 2013; MOREIRA, 2000).

No entanto, o que vemos, a partir da Revolução Industrial e da consequente mecanização do campo (MOREIRA, 2000; MATOS, 2011), é uma grande desvalorização da agricultura familiar e das formas “limpas” de produzir alimento. Têm sido tempos difíceis de viver no Brasil. As duras estatísticas mostram diariamente notícias relacionadas à irônica contradição entre o recorde das safras de alimento do agronegócio e o aumento da fome e outras manifestações de insegurança alimentar. Somado a isso, ainda temos: violência e opressão contra as minorias, aumento de veneno em nosso prato, territórios dos povos e comunidades tradicionais sendo invadidos, o povo cada vez mais endividado, a comida cada vez mais cara, negação de direitos e a extinção de políticas públicas de apoio à agricultura familiar (REED, 2008; SANTOS; SCHOTTZ, 2021; REDE PENSSAN, 2022; MESQUITA, 2013). Nesses tempos desafiadores, se faz necessário cada vez mais dar visibilidade para as inúmeras iniciativas existentes pelo país, ancoradas nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores familiares. Sendo assim, o compartilhamento das experiências do coletivo de mulheres comprometidas em seus territórios livres de agrotóxicos,

pode sim, ser um caminho possível para a construção e para o fortalecimento das políticas públicas que valorize a agricultura familiar e os povos e comunidades tradicionais.

Justifico este estudo ao perceber que por um longo tempo houve uma ausência de vozes femininas da agricultura familiar nos meios científicos e acadêmicos, o que me fez entender a necessidade de optar pela abordagem metodológica de história de vida. Isso dará destaque às experiências de mulheres do campo, que representam uma potência nas lutas sociais dos movimentos feministas e agroecológicos. Visto que, as histórias de vida das mulheres rurais são permeadas por suas lutas diárias, pela complexidade cultural, pelos modos de vida, por adaptações e resistências que moldam suas identidades (TEDESCHI, 2007; SANTOS, 2019; RIBEIRO 2020). Ao evidenciá-las poderemos contribuir para despertar o empoderamento de outras mulheres, gerando autonomia financeira, nutricional e psicológica, além de estimular o desenvolvimento de práticas agrícolas de base ecológica. Além disso, as histórias de vida vêm ao encontro das expectativas de se tentar analisar e compreender a percepção ambiental das agricultoras, almejando que os resultados desta pesquisa possam impactar positivamente outras mulheres agricultoras. Por isso, é preciso fortalecer a fala dessas mulheres e dar visibilidade ao trabalho que elas desenvolvem, gerando autorreconhecimento enquanto agricultoras.

É possível notar que, no intuito de consolidar a permanência das mulheres na agricultura familiar, o grupo GT Mulheres da Serramar se constitui como um importante espaço de formação e de articulação social, político, cultural e ambiental, trazendo em sua essência a ressignificação de ser agricultora na atualidade. O GT Mulheres da Serramar tem suas ações ancoradas em dar apoio para suas constituintes, fortalecendo iniciativas e ações alternativas que promovam a autonomia e o protagonismo das agricultoras na produção de alimentos saudáveis (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

Estudos na área da percepção ambiental na agricultura familiar são bastante recentes e, envolvendo, especificamente, a história de vida de mulheres agricultoras como meio de análise, são ainda escassos. Com isso, a presente pesquisa justifica-se pelo fato de trazer contribuições significativas para elucidar a relação existente entre ser humano e o meio ambiente, no decorrer do processo de produção agrícola, por meio da percepção ambiental de mulheres. Além de evidenciar e valorizar, através das histórias de vida, como as mulheres se constituíram enquanto agricultoras no espaço rural e no contexto de vida. Ademais, trabalhos sobre percepção ambiental de agricultoras são essenciais para ajudar a averiguar e entender o modo como a população rural percebe, interage, reage e se adapta às questões ambientais e como interferem no meio ambiente para produzir alimento de maneira a influenciar o cotidiano individual e coletivo.

Assim, Miranda e Souza (2011) em sua pesquisa com agricultores, pontuam

que é no meio rural que a relação homem-ambiente se dá de modo mais direto, justificando a necessidade do estudo perceptivo com esses grupos rurais. Acredita-se que o conhecimento da percepção, da valoração e da conduta desses sujeitos poderá contribuir para a conservação do meio ambiente e dos recursos naturais nessas porções do espaço geográfico (MIRANDA; SOUZA, 2011, p. 172).

No presente texto, na “Introdução”, trouxe uma breve apresentação com memorial da minha trajetória como agricultora, estudante e pesquisadora, que embasa e justifica a motivação da escolha do tema de pesquisa. Em seguida, apresento os objetivos de pesquisa, onde aponto os objetivos geral e específicos que nortearam a realização desta pesquisa. Finalizo trazendo a “Justificativa”, que mostra a relevância e pertinência deste estudo.

Já no primeiro capítulo apresento a metodologia utilizada para a realização deste estudo. Inicialmente, mostro como surgiu o método história de vida, destacando as autoras brasileiras Queiroz (1991) e Glat (2009), que foram pioneiras na legitimação do uso dessa metodologia em diversos tipos de pesquisas no Brasil. Posteriormente, falo sobre a formação, influência e importância do grupo GT Mulheres da Serramar no trabalho e na vida de suas participantes. Além disso, caracterizo e justifico a escolha da abordagem qualitativa e do método biográfico para a realização deste estudo, explico os procedimentos éticos tomados a fim de garantir e resguardar a integridade e os direitos das voluntárias participantes na pesquisa e evidencio os métodos de coleta e análise dos dados empíricos.

No Capítulo 2 apresento a fundamentação teórica utilizada para embasar a construção desta dissertação, trazendo para a discussão as considerações de autores nacionais e internacionais. Durante toda revisão de literatura também trouxe fragmentos dos relatos das entrevistas, o que enriqueceu ainda mais a discussão. Discuto como se deu o aparecimento da agricultura e o papel da mulher nesta área. Foco na parte histórica e em alguns autores como Lawrence (1980), que associam às mulheres o surgimento da agricultura. Esclareço como a questão de gênero na agricultura, somado ao patriarcado, tornou o trabalho da mulher invisível, desvalorizando e trazendo limitações que dificultou o seu acesso a direitos e benefícios rurais. No decorrer da discussão, mostro como os movimentos das mulheres rurais influenciaram nos avanços em programas e políticas públicas em prol das mulheres na agricultura familiar, tendo como resultado o reconhecimento da profissão de agricultora. Também reforço a importância do trabalho da mulher rural para a sociedade e o meio ambiente. Continuo a discussão da importância do trabalho da mulher na agricultura, dando enfoque ao feminismo na agroecologia. Apresento os conceitos e princípios que regem a agroecologia, baseado nos

autores Gliessman (2000) e Altieri (2004), que foram pioneiros nos estudos dessa área. Também abordo o surgimento e a importância das unidades de articulação e diálogo em agroecologia entre o governo e a sociedade. E, a partir daí, exponho como se deu o aparecimento dos Grupos de Trabalho (GTs), mostrando como estes têm se tornado um ponto de apoio para o empoderamento das mulheres na agroecologia. Finalmente, mostro a importância da utilização dos quintais como forma alternativa da manutenção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Adicionalmente, apresento um panorama atual da fome no Brasil e como o protagonismo feminino na agroecologia e suas práticas diárias podem contribuir para amenizar esse quadro.

Em seguida, no tópico “Percepção Ambiental: conceito e importância na agricultura familiar de base agroecológica”, conceituo percepção ambiental, pautado, principalmente, em Tuan (1980), e contextualizo o uso da percepção ambiental nos espaços rurais para compreendermos o dinamismo existente entre o meio ambiente e as agricultoras.

Consecutivamente, no terceiro capítulo, apresento os resultados obtidos a partir das histórias de vida coletadas, onde trouxe os relatos na íntegra, discutindo-os de acordo com a revisão de literatura. Dessa forma, no tópico “Cultivando histórias de vida: frutificando as falas das agricultoras”, exponho no item “Experiência pregressa a reconstrução da biografia das participantes, a partir das memórias narradas. Em seguida, faço uma análise minuciosa dos relatos, agrupando-os em categorias para melhor discuti-los e compreendê-los. Por fim, em “Considerações finais”, exibio as conclusões que cheguei a partir das histórias de vida coletadas.

1 DO PREPARO DO SOLO AO PLANTIO: CAMINHOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo abordarei sobre o caminho percorrido na realização deste estudo, que se deu por meio da pesquisa qualitativa, através de uma abordagem biográfica, sendo constituído especificamente das histórias de vida.

Tomo liberdade, nesta pesquisa, para fazer uso da primeira pessoa durante toda a minha escrita, pois falo de um lugar ao qual faço parte, sendo as histórias de vida dessas mulheres, representantes da minha história também.

Também deixo claro, que assim como Ferreira (2016) e Ribeiro (2020), durante toda a revisão de literatura são inseridos fragmentos dos relatos do meu diário de bordo e das histórias de vidas coletadas, que vão transformando-a e complementando-a ao longo de todo processo investigativo, à medida que os relatos das participantes vão sendo coletados, transcritos e analisados.

Assim, durante toda a revisão de literatura dedico-me a fazer uma costura de vozes, trazendo para esta discussão, além dos diálogos de autores conceituados, a adição das vozes das agricultoras que vão diluindo e corroboram a teoria desses autores, com seus saberes rurais produzidos e construídos em suas práticas diárias com a terra. Dessa forma, vou mostrando os caminhos revisitados na literatura que se entrelaçam com a realidade rural, e, por vezes, até mesmo reconstruindo essa revisão. Assim, faço uma analogia deste procedimento ao que foi observado pelas autoras Glat e Pletsch (2009), sobre a flexibilidade desta metodologia, ao afirmarem que “o próprio referencial teórico adotado pelo pesquisador se transforma em função da análise dos depoimentos” (GLAT; PLETSCH, 2009, p. 144).

Dito isso, apresento, inicialmente, alguns fundamentos sobre o método história de vida, contextualizando e conceituando questões teóricas e práticas relacionadas às mulheres na agricultura. E, logo em seguida, exponho a caracterização do grupo GT Mulheres da Serramar e o percurso metodológico adotado na pesquisa, evidenciando os métodos de coleta e análise dos dados empíricos.

1.1 Histórias de vida como método de pesquisa

A habilidade humana de se comunicar foi uma das principais transições no processo evolutivo. Ao utilizar essa técnica, foi possível o desenvolvimento do hábito de contar histórias, seja pessoal, contos, lendas ou tradições que permitem expressar as emoções, os sentimentos e as percepções do mundo, possibilitando a troca de experiências que moldam quem somos. Nesta direção, Larrosa (2007, p. 52) afirma que “o sentido do que somos depende das histórias que contamos e das que contamos de nós mesmos [...], em particular das construções narrativas nas quais cada um de nós é ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal”.

Perante isso, a escolha do método história de vida, como base para a estruturação do caminho investigativo desta pesquisa, é motivada pelo desejo de conhecer a trajetória das mulheres agricultoras participantes deste estudo, tendo como perspectiva “apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio ator”, assim como pontua Glat e Pletsch (2009, p. 30).

Esse método é um procedimento que está inserido dentro da pesquisa qualitativa nas abordagens biográficas e tem sido cada vez mais difundida na última década como uma forma de inovar as metodologias científicas. Assim, a partir do enfoque qualitativo, existem diversas maneiras de se explicar um fenômeno. Gibbs e Flick (2009, p. 8) assinalam que uma delas pode ser “analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia”.

Dessa forma, na incorporação das histórias de vida como um percurso metodológico perante os fenômenos que se pretende estudar, o sujeito é colocado em cena e, ao narrar, se revela como protagonista de sua própria história e de seu lugar no mundo. Ao utilizar essa abordagem metodológica, o pesquisador para obter os seus dados depende exclusivamente dos indivíduos de pesquisa, colocando em pauta o “respeito que o pesquisador tem pela opinião do sujeito”, conforme aconselha Glat (2009, p. 33). Assim, por meio do diálogo os participantes da pesquisa falam espontaneamente conduzindo o estudo sem que o pesquisador tenha que se preocupar com a “verificação da autenticidade absoluta dos fatos, pois o que interessa [como no caso da presente pesquisa] é o ponto de vista do sujeito” (GLAT; PLETSCHE, 2009, p. 30).

Ao traçar um panorama histórico, o que observo é que já por volta de 1914 a 1916 o antropólogo Bronislaw Malinowski, conforme indica Laplantine (2003), foi um dos pioneiros em estudos científicos etnográfico centrado na observação direta de povos nativos das Ilhas

Trobriand e, mais tarde, os seus relatos de diário de campo foram publicados se tornando um pontapé inicial para o desenvolvimento dos trabalhos de cunho biográfico. Alguns autores, como Hatch e Wisniewski (1995), consideram que a antropologia foi a primeira área a trabalhar com essa abordagem para descrever culturas nativas americanas, assim como os trabalhos de Bronislaw Malinowski, proporcionado a ela um caráter científico.

No entanto, foi no campo da sociologia que esse novo método qualitativo ganhou destaque, sendo promovido e amplamente utilizado pela Escola de Chicago. De acordo com Bertaux (1980), uma das primeiras utilizações da história de vida publicada, foi o estudo com emigrantes poloneses, intitulado *The polish peasant in Europe and América*, publicado em cinco volumes, por volta de 1920, pelos sociólogos William Isaac Thomas e Florian Znaniecki, no período entre guerras. Durante esse período, os Estados Unidos receberam muitos emigrantes poloneses e Chicago passava por um aumento na criminalidade. Então, o Departamento de Sociologia da Escola de Chicago passou a incentivar a troca, entre os membros das famílias polonesas, dos relatos das histórias de vida dos jovens dos bairros pobres e dos presos, no intuito de conhecer a situação e agir sobre ela, conscientizando os indivíduos. Porém, esses relatos acabaram tendo um efeito contrário e incentivando ainda mais a criminalidade. Nessa época, as narrativas foram bastante utilizadas em um contexto de mobilização social militante nos Estados Unidos e na Polônia (FERRAROTTI, 1990).

Então, Thomas e Znaniecki começaram a realizar uma ampla pesquisa biográfica com as famílias polonesas para compreender diversos aspectos da realidade social a partir dos relatos coletados, o que permitiu que essa abordagem ganhasse uma grande popularidade. Nesta perspectiva, Thompson (1998), expõe empolgadamente o que era praticado na Escola de Chicago:

Naqueles primeiros anos, os sociólogos de Chicago foram notavelmente inventivos em seus métodos, fazendo uso da entrevista direta, da observação participante, da pesquisa documental, do mapeamento e da estatística. **Desenvolveram interesse especial pelo método de história de vida** para o estudo de dois aspectos dos problemas sociais urbanos (THOMPSON, 1998, p. 85, grifo nosso).

Mas, por volta de 1940, segundo Queiroz (1991), o que se observa é uma estagnação na utilização dessa abordagem e um crescente aumento das técnicas da pesquisa quantitativa, que prometiam mais objetividade às pesquisas. A utilização do método biográfico só começou a ascender novamente tempos mais tarde motivado pelo descontentamento com o reducionismo que era imposto pela pesquisa quantitativa. Além disso, notou-se uma preocupante impregnação de sentimentos, crenças e valores nos dados quantitativos das produções com o uso da

estatística, visto que, ainda de acordo com Queiroz (1991, p. 2), “as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas estavam profundamente ligadas à maneira de pensar e de sentir do pesquisador, o qual transpunha assim para os dados, de maneira perigosa porque invisível sua própria percepção e seus preconceitos”.

Ao olhar para o uso dessa metodologia na pesquisa qualitativa no cenário brasileiro, noto que a sua utilização começou, mesmo que timidamente, em 1945 tendo o sociólogo Florestan Fernandes como um dos pioneiros, cuja investigação sobre a marginalização dos índios, fazia uso dos relatos orais (ALVAREZ, 2007).

O cenário começa a mudar em 1970 quando a tecnologia emerge, trazendo o surgimento do gravador que permitia uma melhor obtenção dos dados orais. Assim, alguns autores começam a dar voz àquelas pessoas menos favorecidas que não possuíam visibilidade e nem prestígio. O que se observa é o surgimento de um campo fértil para o desenvolvimento do uso das histórias de vida, com a utilização da memória para reconstruir as vivências e transmitir experiências que permitam a compreensão do meio social. Aos poucos a história de vida deixa de ser um método menosprezado e passa a ser amplamente utilizada por muitos pesquisadores (QUEIROZ, 1991).

Ao longo dos anos, muitos estudiosos de várias áreas do conhecimento e diferentes países se debruçaram sobre a realização de trabalhos que utilizassem o método história de vida como caminho investigativo. Mas, foi na esfera da sociologia que se notaram as maiores contribuições, conforme mencionado anteriormente. O sociólogo francês Bertaux (1976, 1980) e o norte-americano Denzin (1988), trouxeram grandes colaborações para as novas formas de investigações da pesquisa qualitativa. Em 1970, o sociólogo norte-americano Denzin introduziu uma distinção da palavra francesa *histoire* em *life history* e *life story*, devido à tradução da palavra francesa para o inglês possuir estas duas formas. Então, Denzin definiu *life story* como um relato de vida, referindo-se aos relatos da trajetória de vida contada pela própria pessoa que a viveu, sendo estes relatos obtidos por meio de entrevistas em formato de conversas. Já *life history* foi definido como um estudo de caso clínico, onde além do estudo das próprias narrativas, pode-se incluir outros documentos, como arquivos jurídicos e médicos, avaliações psicológicas, e relato de familiares e de pessoas que conhecem o indivíduo ou objeto em estudo. Dessa forma, segundo os mesmos autores, o método história de vida é uma via onde os relatos são contados por quem os vivenciou por intermédio de entrevista ou conversa e são registrados de forma escrita, fazendo uma ponte entre a trajetória individual e a trajetória social (BERTAUX, 1976; DENZIN, 1988). Ainda, de acordo com Haguette (2010), o pesquisador

que trabalha com histórias de vida pode e deve se apropriar de outras fontes e documentos, como a sua própria observação enquanto inserido no local de coleta de dados.

Nesta mesma perspectiva, Queiroz (1991, p. 6) define a história de vida como um “relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. A socióloga também faz distinção entre história oral e história de vida, enfocando que a primeira se trata de um relato oral qualquer podendo conter narrativas de lendas e propagação cultural, mitos e crenças; já a segunda, a qual utilizo nesta pesquisa, está centrada no sujeito e em sua existência (QUEIROZ, 1991). Portanto, a história de vida permite ao pesquisador traçar um panorama, a partir da visão do indivíduo, com a perspectiva social e “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de “dono do saber” e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida” (GLAT, 2009, p. 30).

No Brasil, nas últimas décadas, muitas autoras e autores contribuíram para a legitimação da pesquisa biográfica. Dentre as autoras pioneiras de destaque na sociologia brasileira, encontra-se a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, já citada neste texto, que foi uma figura importante na propagação desse método ao criar, junto à Universidade de São Paulo (USP), em 1964, o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), que teve um papel fundamental no processo de difusão do método história de vida. Já em 1973 a Fundação Getúlio Vargas cria o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDoc)¹, que se tornou referência no meio arquivístico brasileiro da utilização do método biográfico, principalmente com as autobiografias, que traz uma nova roupagem para o método, cujo foco era mostrar a história de vida das grandes figuras e líderes políticos brasileiros envolvidos em eventos históricos (CAMARGO, 1987). Por outro lado, algumas autoras, como Costa e colaboradoras (1980), focavam em dar visibilidade às pessoas consideradas menos importantes, como no registro subsequente *Memórias das mulheres no exílio*. Rosana Glat, (2009) foi outra pesquisadora pioneira, na utilização desse método que também destaco nesta discussão. Ela traz em um dos seus primeiros trabalhos, sua tese de doutorado, em 1989, a realização de pesquisas com mulheres com deficiência mental. Seu trabalho foi um marco na Educação Especial e na promoção do método biográfico que deu destaque à fala das pessoas com deficiência. Estas e outros autores estavam interessados em elucidar a realidade daqueles menos privilegiados, enfocando os problemas sociais a partir de suas histórias de vida.

¹ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/>>.

Assim, estudos que envolvam essa metodologia, segundo Glat e Pletsch (2009), tem como objetiv

ouvir o que esses sujeitos têm a dizer sobre si mesmos, seus relacionamentos e sua vida cotidiana. Pretende-se, assim, a partir de suas narrativas averiguar de que forma a condição de estigmatizado afeta suas experiências, visão do mundo e identidade pessoal, bem como, conhecer as estratégias de *sobrevivência social* desenvolvidas, por alguns, para superação ou minimização do estigma (GLAT e PLETSCHE, 2009, p. 141, grifo das autoras).

A partir da década de 1980, as histórias de vida começam a ser enfocadas em uma perspectiva de gênero, direcionando o olhar para as mulheres, com o trabalho precursor da professora norte-americana, Daphne Patai (1985), que também teve grande influência na popularização da história oral e história de vida no Brasil, ao realizar diversas entrevistas com mulheres nordestinas de diferentes grupos sociais. Outros trabalhos como o de Meihy e Levine (1994), que também focavam no relato de mulheres que estavam à margem da sociedade, possibilitou às mulheres serem ouvidas e terem visibilidade nos trabalhos acadêmicos. Meihy e Levine (1994), em sua obra sobre a biografia de Carolina de Jesus, mulher negra da favela sendo, infelizmente, estigmatizada perante a sociedade, tornou-se uma escrita de sucesso, ampliando ainda mais os horizontes da pesquisa biográfica. Paulatinamente, o método biográfico expande a sua dimensão militante dando voz aos menos favorecidos, se tornando referência como uma forma de mobilização popular, criando, assim, um espaço de visibilidade àqueles que foram silenciados pela história oficial.

A história de vida, também caracterizada como abordagem biográfica, por Bertaux (1997), recupera informações a serem analisadas e busca, a partir dos relatos dos indivíduos, compreender a realidade sócio-histórica em que eles estão inseridos, tendo então suas trajetórias reconstruídas, permitindo-lhes refletir sobre si. Esta traz uma oportunidade de, por meio do diálogo e da troca entre pesquisador e sujeito, compreensão da realidade que não pode ser quantificada, alcançando questionamento e reflexão para ambos. Assim, a utilização deste tipo de método requer uma aproximação maior entre pesquisador e participante, estabelecendo um vínculo de confiança e uma escuta empática para o modo particular do sujeito de contar a sua própria história que perpassa pelo tempo de sua existência.

Esse ponto de vista é fortalecido por Augras (2009):

A **escuta respeitosa** tenta apreender a especificidade do mundo pessoal. Nessa perspectiva, **o pesquisador é, antes de mais nada, aprendiz da verdade do outro**. Ora, a alteridade é por natureza irreduzível. Como alcançar a visão que o outro tem de si e do seu mundo? Somente pelo diálogo... A dimensão dialógica da investigação

constitui a garantia da adequação do discurso produzido nesse encontro (AUGRAS, 2009, p. 12, grifo nosso).

Este é um instrumento de pesquisa centrado no indivíduo que ultrapassa os pesquisadores, transformando-os em “aprendiz da verdade do outro”, conforme destacado na fala de Augras (2009). Ainda de acordo com essa autora, também se torna enfático o desenvolvimento da “escuta respeitosa”, durante as narrativas, como caminho para o desenvolvimento dessa metodologia. A narrativa se torna importante por reconstruir as experiências à medida que surgem à memória. O que interessa quando se trabalha com história de vida é a maneira como o participante reconstrói os fatos que julgam ser importantes e dignos de serem relatados em sua vivência, é o narrador que decide o que narrar. “O relato oral, está, pois, na base de obtenção de toda sorte de informações e antecede outras técnicas de obtenção e conversação do saber”, como salienta Queiroz (1991, p. 3). As narrativas transformam-se em veículos que permitem, a partir do passado, entender o presente, refletir sobre o vivido e as condições de existência. Traz consigo uma característica muito forte das interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como um meio de explicação para o seu comportamento.

O ponto fundamental desse tipo de investigação é a memória, por permitir definir quem somos, saber de onde viemos e para aonde estamos indo. É importante ressaltar que a história que é narrada nunca é a mesma que é ouvida, que foi vivida, e vai se modificando no decorrer do processo. Glat (2009, p. 33), admite que “mesmo que a pesquisa não implique em uma intervenção, o sujeito continuamente modifica seu comportamento de acordo com o comportamento do observador e vice-versa”. Por esse fato, Hatch e Wisniewski (1995) chamam a atenção dos pesquisadores para que tomem o devido cuidado de não deturpar a história narrada na história final que é escrita na pesquisa, mantendo assim a originalidade. Então, nesse sentido, a interferência deve ser somente o necessário, permitindo que os próprios sujeitos pesquisados indiquem o rumo que a investigação irá tomar no decorrer do processo. Claro que tudo tem um limite, os indivíduos pesquisados definem o que eles querem relatar, porém, de acordo com o norteamento de quem está realizando a pesquisa. Ainda na visão de Hatch e Wisniewski (1995), esta é uma metodologia bastante flexível, que rompe com a ideia de neutralidade e objetividade da pesquisa quantitativa e oferece uma ampla oportunidade de exploração.

Um aspecto importante desse método é o uso de entrevista aberta, conforme sugerido por Glat e Pletsch, (2009), onde as narrativas são transcorridas em um clima informal, quase como uma conversa, o que deixa o narrador à vontade para ir relatando, de modo que uma

história leve a outra. O único direcionamento do pesquisador é a iniciação por uma “pergunta chave” (GLAT et al. 2004) que irá desenrolar toda narrativa. Assim, durante a entrevista, quem participa tem liberdade para relatar sobre aquilo que julgar pertinente em sua experiência, o percurso vivido e como esses interferem no presente. Essa liberdade é importante, pois, “o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador” (QUEIROZ, 1991, p. 4).

No entanto, o pesquisador tem total autonomia para realizar, de forma sutil, outras perguntas, levantar questionamentos sobre o que já foi dito e direcionar o rumo da entrevista para o que se deseja investigar, deixando de lado o que for “supérfluo e desnecessário” como Queiroz, (1991, p. 7) nos orienta. Mesmo assim, é preciso valorizar e considerar os detalhes que aparecem nas entrevistas. Cabe reforçar que, devido ao fato da entrevista ser aberta, esta proporciona uma ocasião de reflexão, mesmo que inconscientemente, uma vez que ao contar a sua própria história, o sujeito partilha com o pesquisador uma autoanálise “prospectiva e avaliativa” (GLAT; PLETSCHE, 2009, p. 143).

Ferrarotti (2014, p. 34) sinaliza que, através da entrevista, é possível produzir uma pesquisa “com material científico confiável e, ao mesmo tempo, humanamente significativo”. Desse modo, ao se utilizar as entrevistas como técnica de coleta de dados desse método é possível produzir dados científicos da realidade social de forma que os métodos quantitativos não conseguiriam. Assim, a subjetividade e a historicidade individual trazidas pela entrevista são consideradas fundamentais para a análise de um fenômeno social. Essas histórias de vida visam compreender os sentidos que são experienciados e vivenciados por vozes que foram silenciadas por tanto tempo, trazendo ressignificação ao que foi vivido.

Por se propor ao desafio de reconstituir as trajetórias individuais dos participantes, através da entrevista, o pesquisador deve “ser capaz de “ler” além daquilo que foi objetivamente dito nas entrevistas, isto é, ser capaz de interpretar o fragmento (as ideias de cada sujeito) sem perder a perspectiva de compreensão do todo (a estrutura da vida social)” (GAIO, 2006, p. 104).

1.1.1 O uso da história de vida com agricultoras

Atualmente, já existe uma quantidade considerável de estudos sobre a historicidade das mulheres no meio acadêmico. Porém, trabalhos que abordem especificamente, o método

história de vida, com o uso da memória de mulheres agricultoras, ainda é bem pequeno (TEDESCHI, 2007; SANTOS, 2019; RIBEIRO, 2020). Esse tipo de método foi utilizado em pesquisas com pessoas com deficiências, como, por exemplo, nos trabalhos desenvolvidos por Pletsch (2005), Glat et al. (2004), Glat (2009), Glat e Pletsch (2009). Pelo fato de o método história de vida ser profícua para grupos excluídos e silenciados, porque dá voz aos sujeitos, observei, assim como Tedeschi, (2007), Santos (2019) e Ribeiro (2020), a potencialidade de utilizar esse método com as mulheres agricultoras, por elas também fazerem parte de um grupo de pessoas excluídas e silenciadas. Somado a isso, acredito na importância de priorizar a participação das investigadas, sendo essencial em uma pesquisa que queira dar voz e entender a coletividade a que essas pessoas pertencem.

Por um longo tempo, as mulheres foram subestimadas e rebaixadas por uma sociedade patriarcal e machista e, por isso, passaram a fazer parte do grupo das pessoas silenciadas. As desigualdades de gêneros sempre estiveram presentes em todas as esferas sociais. E no meio rural essas desigualdades são ainda mais fortes e sempre foram vistas como naturais e não como parte de um processo histórico, social e cultural.

Socialmente as mulheres foram consideradas mais fracas que os homens, por uma falsa ilusão biológica definida pelo sexo (TEDESCHI, 2007; BATTEN, 1995). Passaram muito tempo associadas ao espaço doméstico, sem ter direitos, identidade e nem podiam expressar a sua opinião, ficando em silêncio à sombra dos homens da família. A grande maioria das mulheres rurais passou a se adaptar e se acomodar nessa relação de subordinação (TEDESCHI, 2007). Muita coisa já evoluiu no espaço rural, mas elas ainda enfrentam uma série de desigualdades, conforme será discutido, como a dificuldade de acesso à terra, água, insumos agrícolas, capacitação, seguros e recursos financeiros para o financiamento de maquinários de modernização do setor, além de mais apoio e incentivo das políticas públicas.

Nesse sentido, são importantes as pesquisas que se voltem para estratégias que permitam emergir a fala daquelas que foram socialmente menos favorecidas. Partindo desse pressuposto, nota-se a importância da utilização da memória como uma referência para se refletir sobre a trajetória das mulheres na agricultura familiar, através de suas histórias de vida. Ao contar a sua própria história, as mulheres agricultoras narram uma trajetória de luta individual que dá corpo ao movimento social, do reconhecimento do trabalho da mulher rural como agricultora e da valorização da representatividade feminina em espaços que antes eram exclusivamente masculinos. Ao quebrar o silêncio imposto pela história social às memórias femininas, é possível uma reconstituição da história de luta trazendo à tona as desigualdades de gênero (PERROT, 2005).

É interessante observar que, através das memórias individuais pode ser permitido à coletividade de mulheres a possibilidade de mostrar ao mundo a sua força, a sua importância no setor agrícola e seu lugar na sociedade. Assim, nessa escolha metodológica, preza-se pela valorização da realidade vivenciada e experienciada, lançando um olhar comprometido para compreender o universo do qual as mulheres agricultoras fazem parte. Cabe ao pesquisador a função de compreender, além dos relatos, o grupo de qual o sujeito faz parte, o território que pertence, a época e o lugar de onde as narrativas emergem, de modo que expressem significados próprios de uma coletividade (RIBEIRO, 2020).

Compreendem-se os modos de vida no singular para entender o plural:

Isso porque o indivíduo existe, e desenvolve sua identidade pessoal como parte de um grupo de referência. É, portanto, através do relato de histórias de vida individuais que se pode caracterizar a prática social de um grupo. [...] Toda entrevista individual traz à luz direta ou indiretamente uma quantidade de valores, definições e atitudes do grupo a qual o indivíduo pertence (GLAT, 2009, p. 31).

A partir da leitura de diferentes estudos sobre a trajetória de mulheres na agricultura, observei que as histórias de vida traduzem o modo como as mulheres assumem suas responsabilidades, impõem suas opiniões, tomam suas decisões, refletem sobre a importância da sua força na agricultura, mostram suas percepções e se reconhecem nesse processo de luta pela valorização da mulher agricultora, que preserva a vida e o ambiente através de suas ações diárias no campo. Então, ao verbalizarem sobre a importância do seu trabalho, fortalecem a construção da identidade social e, conseqüentemente, do processo de empoderamento feminino (TEDESCHI, 2007; SANTOS, 2019; RIBEIRO, 2020).

Em consonância a isso, León (2001), em seu trabalho sobre empoderamento feminino, ressalta que o empoderamento coletivo se faz através do individual e que começa quando essas mulheres reconhecem a sua força, se organizando em grupo, em espaços seguros de discussões, para mudar a sua realidade e, conseqüentemente, empoderar outras mulheres a partir de sua fala.

O relato de mulheres agricultoras pode trazer à baila elementos relevantes para discussões sobre questões de gênero, poder, etnia, política, cidadania, conservação ambiental e economia relacionados àquelas e àqueles que pareciam ser invisíveis à sociedade (SANTOS, 2019). Esse grupo carece de um olhar mais atencioso para as suas histórias de vida e para todo o movimento de mobilização que surge das suas lutas diárias. O protagonismo das mulheres agricultoras é, portanto, marca da presente pesquisa, de modo que o seu relato de história de vida é que demarcará o seu papel como ser histórico-social, que constrói a sua história e a tem

construída pelo contexto e pelos outros, visto que nenhuma história se constrói integralmente sozinha. O resgate de memórias desse grupo pode carregar marcas e traços do universo social, histórico, afetivo e simbólico que vão justificar o modo de ser, de relacionar com o outro e viver das pessoas dos ambientes rurais (GAIO, 2006).

As questões do mundo rural sempre foram múltiplas e diversas e acabaram sendo deixadas de lado, devido ao processo de urbanização que se instaurou, construindo uma dicotomia entre o ambiente rural e urbano. A partir disso, o espaço rural sempre foi visto como parado no tempo, em relação ao ambiente urbano e às pessoas que emergiam deste ambiente acabaram sendo desvalorizadas, taxadas como atrasadas, sem conhecimento e ignorantes. Um espaço, pouco reconhecido e valorizado pelas pesquisas científicas e sociais (ROSAS, 2010). No passado, o pesquisador social Lefebvre (1986, p. 164) já chamava a atenção dos sociólogos, uma vez que ele considerava que os estudos sociológicos “passaram do estudo dos povos ‘primitivos’ ao estudo dos meios urbanos e industriais, saltando por cima, por assim dizer, dessa realidade tão vasta no tempo e no espaço”. Apesar disso, existe um grande interesse econômico neste ambiente, pela crescente valorização do agronegócio que visa os lucros acima de tudo e de todos. O que se vê sob essa temática é um aumento dos estudos pautados nos tradicionais diagnósticos quantitativos sobre o sistema de produção desenvolvido pelos grandes agricultores, sem que haja uma valorização da agricultura familiar e feminina. Sob essa lógica, as diferenças entre o rural e urbano se tornam insignificantes ou deixam de existir.

O ambiente rural carece de pesquisas que se voltem para a valorização das suas diversidades sociais, culturais, econômica, do seu espaço e da sua importância na manutenção da vida. A mulher rural já sofre demais por carregar o peso sócio-histórico das desigualdades de gênero e a desvalorização do seu trabalho. Por isso, acredito que merece destaque a fala das mulheres, que estão comprometidas com a agricultura familiar de base agroecológica e, conseqüentemente, com a produção e a SSAN. É fundamental que o rural não seja analisado apenas como um espaço da produção alimentar, mas sim que se considerem também os atores e as atrizes envolvidas na invisibilidade social. Daí parte a importância de valorizar as experiências relatadas nas histórias de vida que acabam servindo de inspiração e exemplo para outras mulheres se empoderarem no setor agrícola e assim “encontrar a coletividade a partir do indivíduo”, como observa Queiroz (1991, p. 10).

É, sobretudo, contribuir para o fortalecimento da liderança feminina, lançando o olhar sobre o compartilhamento das suas práticas e vivências passadas, para que outras mulheres rurais tenham a sua autonomia econômica, autoestima, aumento da produtividade, igualdade de acesso ao crédito rural e aos mercados de comercialização. Que essas mulheres percebam o seu

poder transformador para outras agricultoras garantindo assim o seu importante papel na sociedade. Nesse aspecto, um dos caminhos para contribuirmos com essas e outras agricultoras, é obtermos conhecimento sobre a experiência e a perspectiva individual, e conseqüentemente, sua percepção ambiental, através da própria pessoa, quando tem a oportunidade de ter sua voz ouvida e reproduzida.

1.2 Caracterização do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM)

As participantes desta pesquisa são caracterizadas como agricultoras familiares de base agroecológica, integrantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM).

O GT Mulheres da Serramar, que faz parte da AARJ (Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro) que está vinculada à ANA (Articulação Nacional de Agroecologia), é um grupo cujo foco está na inter-relação agroecologia, feminismo, soberania e segurança alimentar e nutricional (SANTOS; SCHOTTZ, 2021). Este está em constante construção e é formado por uma heterogeneidade de mulheres, contando atualmente com cerca de 28 participantes. Em sua formação, além de contar com a participação de agricultoras rurais e urbanas, em condição de assentadas ou pequenas proprietárias, também estão presentes professoras, educadoras populares, estudantes, técnicas, viveiristas, artesãs e feirantes. Santos e Schottz (2021) verificaram que dessas 28 mulheres,

15 são agricultoras e dessas, cerca de 12 contam com a renda advinda dessa produção agroecológica, seja para usufruto individual, sendo para compor a renda familiar. A maioria é negra, tem mais de 40 anos, tendo filhos e em alguns casos, netos. Algumas têm vínculos religiosos. Ainda que insuficientes, esses indicadores nos sinalizam a importância de respeitar as escolhas, inclusive religiosas, e o processo de autonomização de cada uma (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 89-90).

As autoras supracitadas reforçam “que não se trata de um grupo fechado. Ao contrário, está em processo permanente de construção, revisão, formação, ampliação, para fortalecimento das mulheres e suas redes, familiares, comunitárias e sociais” (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 83). Em sua abrangência acolhe mulheres pertencentes aos municípios de Casimiro de Abreu,

Silva Jardim, Rio das Ostras, Macaé, Magé e Nova Friburgo (dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra) (SANTOS; SCHOTTZ, 2021). Importante salientar aqui, que

a experiência desse grupo vem demonstrando que o afeto não tem fronteiras. Ao longo dessa caminhada de trocas, no âmbito das atividades da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e do GT Mulheres AARJ, o GT Serra Mar que, em princípio, concentraria apenas mulheres dos municípios das baixadas litorâneas, criou um laço afetivo que reúne mulheres dos municípios de Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Silva Jardim, Nova Friburgo e Magé (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 83).

O grupo foi criado em 2017, a partir do desenvolvimento da pesquisa das Cadernetas Agroecológicas (item 2.1.3) na região sudeste, em Minas Gerais, que foi uma das colaborações no seu processo de constituição. Nesse processo da construção das cadernetas, Santos e Schottz (2021, p. 83), apontam que “duas agricultoras negras da região Serra Mar fizeram parte dessa pesquisa e foram tendo percepção sobre a importância e valor do seu trabalho”.

Este grupo se intitula como um espaço de “auto-organização de mulheres da AASM, atuando de forma articulada e em consonância com os Grupos de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA) e da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (GT Mulheres AARJ)” (SCHOTTZ et al., 2020, s/p.). E, ainda, de acordo com Schottz et al. (2020, s/p.), “trata-se de um coletivo que se articula em torno da defesa da agroecologia, dos direitos das mulheres, da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) e da luta contra os agrotóxicos”. Nesse espaço coletivo, ocorre a troca de experiências, discussões, oficinas e a formação de novos saberes, o que torna possível o fortalecimento dessas mulheres, permitindo aumentar o reconhecimento do trabalho delas no setor agrícola (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

Tudo o que essas mulheres produzem é comercializado localmente em feiras e na comunidade, o que fortalece o comércio regional, ou em forma de cestas distribuídas no Estado do Rio de Janeiro. O grupo possui uma boa diversidade de produtos alimentícios tanto de origem vegetal, oriundo da agricultura, quanto de origem animal, demonstrando a relevância do que o grupo produz para a promoção da alimentação adequada e saudável. Além de produtos artesanais, como óleos essenciais, sabonete e sabão. Dentre os trabalhos agroecológicos que essas mulheres efetuam está a produção e preservação de mudas nativas, que contribui para a manutenção da qualidade ambiental do território, e o reaproveitamento do óleo utilizado na culinária, que beneficia o meio ambiente com o descarte correto, livrando-o de contaminação (AARJ, 2022a).

Antes da pandemia da Covid-19, os encontros do grupo aconteciam presencialmente e com mais frequência. Por ser um grupo diverso, tanto no quesito profissão, quanto no quesito localidade de moradia das mulheres, os encontros ocorriam sempre de modo planejado. As reuniões aconteciam duas vezes por mês, com as mulheres se reunindo em seus sítios (AARJ, 2022a). Segundo Santos e Schottz (2021, p. 89), durante os encontros era utilizado “a metodologia de educação popular *campesino a campesino* (MENDONZA et al., 2010). Dessa forma o conhecimento agroecológico se constrói de forma coletiva e tendo como centro o protagonismo das agricultoras a partir da troca de saberes e fazeres”. Um dos objetivos de se abordar essa metodologia é proporcionar um constante diálogo com as histórias de vida dessas mulheres (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

Assim, Santos e Schottz (2021) asseguram que a utilização das metodologias participativas tem como objetivo,

dar visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras e de fortalecer o conjunto de mulheres que integram o GT por meio da criação de espaços presenciais e virtuais para trocas a partir da experiência de vida e do conhecimento, popular e/ou acadêmico, adquirido por cada uma de nós (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 89).

Através desse pensamento de construção coletiva do conhecimento agroecológico, algumas reuniões do GT Mulheres da Serramar ocorriam em formato de oficina, onde os temas eram escolhidos em conjunto, assim como todo o processo para a realização das oficinas. Durante as oficinas (Figura1), são combinados momentos de preparo e degustação de receitas, plantio, produção de artesanato e a realização de rodas de conversa para debates importantes sobre questões locais (SCHOTTZ et al., 2020).

Figura 1 – GT Mulheres da Serramar reunidas para a realização de uma oficina de culinária



Fonte: Disponível em: <<https://www.mulhereseagroecologiarj.com.br/partilhas>>.

Com o intuito de expandir os horizontes de circulação das agricultoras, ampliando suas aprendizagens, de modo a agregar valor aos seus produtos, além de dar visibilidade aos seus trabalhos e saberes tradicionais, o grupo também passou a participar de forma ativa e coletiva em atividades como feiras agroecológicas universitárias, no *campus* da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de Macaé e no *campus* da Universidade Federal Fluminense (UFF) de Rio das Ostras. Além de festivais, eventos, encontro regionais e nacionais de Agroecologia e movimentos sociais, como a *Marcha das Margaridas* e *Marcha das Mulheres Indígenas* (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

No entanto, em função da pandemia da Covid-19, o GT Mulheres da AASM teve que optar por realizar os encontros no formato *online*, a fim de continuar se reunindo, de forma a manter a rede segura e, conseqüentemente, o espaço de troca, de conversa, de apoio e de afeto, assegurando assim o fortalecimento do grupo em um momento tão difícil. Como a maioria das agricultoras tem dificuldades de acesso à internet de qualidade, a maneira encontrada para continuar os encontros foi através de reuniões pelo aplicativo *WhatsApp*, de forma que se mantivesse uma dinâmica participativa e acolhedora. Mesmo neste modo *online*, as reuniões são organizadas através do grupo *WhatsApp* e os temas de debate são divididos em tópicos. Ainda que com menor frequência, elas conseguem se reunir e desenvolver projetos, planejar ações, como encontros remotos e espaços de conversa (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

E, a fim de se manter a rentabilidade da produção agrícola e artesanal das integrantes do grupo, nesse período pandêmico, surgiu, coletivamente, a ideia do desenvolvimento de cestas agroecológicas com produtos alimentares e de cuidados pessoais, para serem entregues aos consumidores de regiões próximas e no Rio de Janeiro.

Também, por conta do novo cenário imposto pela pandemia, o grupo passou a integrar uma atividade de pesquisa e extensão do curso de enfermagem da UFF de Rio das Ostras intitulado “*Recomendações técnicas, saberes e práticas populares no enfrentamento da covid-19 em zona rural*”. O trabalho foi desenvolvido, por meio do *WhatsApp*, com o propósito de saber como as integrantes do grupo estavam se cuidando, além de orientar sobre o contexto pandêmico e a doença, a fim de evitar a propagação do vírus. Além disso, também participaram do podcast “Poesias Culinárias”² parceria com os projetos de extensão “*Comida é patrimônio*” (Nutrição/UFRJ Macaé) e “*Semeando Agroecologia*” (Serviço Social/UFF Rio das Ostras), que é uma ação apoiada pela Fundação Cultural Casimiro de Abreu e recebeu recursos financeiros da Lei Federal Aldir Blanc (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

² Disponível em: <<https://www.mulhereseagroecologiarj.com.br/partilhas>>.

Muitas ações já foram realizadas por intermédio do grupo nesse curto período de seu surgimento. Mas, o grupo ainda não possui muitas informações disponíveis nos campos acadêmicos e científicos, o que demanda mais pesquisas que envolvam essas mulheres. Por isso, Santos e Schottz reconhecem e indicam,

[...] que há necessidade de planilhas específicas para registrar cada ação desenvolvida em sua especificidade buscando identificar mulheres e/ou famílias envolvidas, territórios de moradia, idade, composição familiar, tipos de produtos, periodicidade da produção, formas de comercialização, renda obtida, relações comunitárias e sociais, dentre outras informações pertinentes para o reconhecimento do perfil do grupo. Dessa forma, as ações poderão ser melhor avaliadas, contribuindo para continuidade, revisão, ampliação, divulgação das conquistas (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 90-91).

Escolhi trabalhar, especificamente, com participantes desse grupo, pelo fato de residir próximo às cidades onde essas mulheres trabalham e se reúnem e por conta de sua importância na vida das agricultoras agroecológicas. Somado a isso, também possuo experiência na área da agricultura e da agroecologia, o que tornou o envolvimento com as integrantes do grupo mais fácil e o desenvolvimento da pesquisa mais rico.

1.3 Caracterização da pesquisa

Priorizei a escolha de uma pesquisa qualitativa por julgar como mais adequada para este estudo que está imerso na complexidade das relações socioambientais, da subjetividade, da percepção e das emoções relatadas a partir das experiências de vida. E trabalhar com a abordagem biográfica pela familiaridade que tenho com este método através da pesquisa autobiográfica, que desenvolvi em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na graduação (FERREIRA, 2016). Inclusive, por conta da minha história de vida, na qual, desde criança, tive contato com a agricultura familiar praticada pelos meus pais. Então, a partir do meu entendimento de que muitas das técnicas da agricultura convencional causavam algum dano à saúde humana e ao meio ambiente, fui motivada a me questionar sobre a forma de trabalhar praticada por minha família e como o papel que as mulheres desempenhavam na agricultura familiar era pouco valorizado. Além disso, também almejo valorizar a trajetória das mulheres na agricultura, através da análise de sua percepção ambiental.

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida através de diferentes caminhos para capturar um nível de realidade, que, de acordo com Minayo (2003), não pode ser mensurado quantitativamente e ocupa hoje um reconhecido lugar diante das diversas formas metodológicas de esmiuçar como as pessoas constroem o mundo ao seu redor. Ela está cercada por uma multiplicidade de métodos, abordagens e materiais empíricos e sofre influências por atitudes políticas e éticas. Uma de suas características principais é a interpretação do mundo a partir da observação direta e da interação com os sujeitos pesquisados, buscando sempre uma análise contextualizada da realidade. Ainda de acordo com Minayo (2003, p. 21), a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”, constituindo um processo de diálogos e trocas de experiências.

Para Denzin e Lincoln (2006),

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17).

Nessa abordagem qualitativa foi aplicado o método biográfico, composto pelas histórias de vida, para se analisar e discutir a percepção dos aspectos socioambientais ligados à agricultura, que essas mulheres possuem. Sua utilização parte do pressuposto de possibilitar uma ampla investigação. Neste aspecto, o método história de vida, pode receber diferentes

termos correlatos, para discriminar diferentes particularidades teórico-metodológicas, tais como autobiografia, biografia, história de vida, memória, história oral, abordagem biográfica, etnobiografia etc., todas, com suas especificidades, visando descobrir as possibilidades heurísticas das trajetórias de vidas pessoais, inseridas em uma realidade histórica e social (CHIZZOTTI, 2014, p. 101).

No entanto, nesta pesquisa adotei somente a denominação para esse método de história de vida. Sua principal característica é a utilização das narrativas das vivências do sujeito, que conduz a pesquisadora a reconhecer que ela só pode começar a investigar junto com quem participa e a partir das escolhas individuais do que será exposto pelo narrador. Nesse método, a principal preocupação é manter o vínculo entre pesquisador e sujeito pesquisado, pois a

história de vida de cada sujeito participante, contada da maneira que é própria e individual de cada um, proporciona uma reconstrução social e permite tentar compreender o universo do qual ele faz parte (SILVA et al., 2007). Assim, para compreendermos de que forma a experiência de vida, as interações biológicas, os sentimentos, as emoções e os filtros sociais, culturais, econômicos e políticos influenciam na percepção ambiental e, conseqüentemente, nas ações com o meio natural dessas mulheres na agricultura, traremos nesta pesquisa as narrativas de suas histórias de vida, a fim de que possam experimentar uma ressignificação da sua trajetória no setor agrícola.

Através do método de história de vida é possível ter acesso à realidade a que essas mulheres estão inseridas, à cultura, às ideologias e aos valores que as cercam e influenciam sua percepção ambiental e a percepção do trabalho que a mulher desempenha na agricultura. Assim, a utilização dos relatos de experiências pode auxiliar na análise da percepção ambiental, que está relacionado diretamente com a memória, com o presente e o passado e com a realidade sensorial do indivíduo (MAROTI, 1997). Por isso, se torna relevante a utilização deste método para o desenvolvimento do trabalho com as agricultoras do GT Mulheres da Serramar.

Também, ressalto a importância da observação e interpretação dos relatos centradas nas minhas perspectivas como mulher, pesquisadora e agricultora, que terá o poder de transformar a revisão de literatura, focando-a nas questões trazidas pelas histórias de vida recolhidas.

1.4 Aspectos éticos

Foi apresentado a todas as participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), esclarecendo os objetivos e os procedimentos da coleta de dados da pesquisa, informando a utilização da gravação de áudio e vídeo durante a entrevista. Além disso, foi ressaltado a importância da sua participação para este estudo. Logo após, as participantes formalizaram seu envolvimento com a pesquisa ao assinarem este termo (APÊNDICE A), dando início aos relatos de sua trajetória.

No que tange ao tratamento dos dados, foram tomados todos os cuidados éticos, assegurando a privacidade da identidade das participantes com a utilização de nomes de flores para nomear cada uma delas. São eles: Margarida, Rosa, Violeta e Camélia. Também quero deixar registrado, que a autorização para o uso das imagens foi obtida, e que os dados coletados

foram e serão empregados somente com o intuito acadêmico e científico, sem prejuízos para as participantes envolvidas.

1.5 Participantes da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada com quatro mulheres agricultoras pertencentes ao GT Mulheres da Serramar. Três delas residente no Assentamento Visconde em Casimiro de Abreu, Rio de Janeiro e uma residente em Piabetá no município de Magé, Rio de Janeiro. Importante pontuar que, essa participante residente em Magé, faz parte do GT Mulheres da Serramar por conta da afetividade desenvolvida com as integrantes do grupo que a acolheram. Por se tratar de uma metodologia bastante flexível, não há a determinação rígida quanto ao número de participantes para integrar o grupo amostral. Isso é muito importante quando se está trabalhando com agricultoras, pois a realização de novas entrevistas requer uma maior proximidade com as participantes que, conseqüentemente, vão indicando outras para participar do estudo. Apesar do grupo GT Mulheres da Serramar contar com a participação de doze agricultoras, só foi possível a participação voluntária de quatro. Evidentemente, quanto maior o número de participantes maior será a representatividade. No entanto, por se tratar de uma pesquisa qualitativa o percentual de sujeitos não será uma questão (GLAT et al., 2004; GLAT; PLETSCH, 2009).

Um dos critérios específicos de escolha dessas participantes, dentre as outras mulheres que também fazem parte do grupo GT Mulheres da Serramar, foi a ocupação como agricultora rural, por conta da heterogeneidade de ocupações profissionais que compõem o grupo, como já foi mencionado, que não caberia abranger aqui nesta pesquisa. Mas, em relação às agricultoras rurais que fazem parte desse grupo, não houve um critério específico. Elas foram convidadas apenas por conta da proximidade que desenvolvi com a primeira participante que tive contato, e que me indicou as outras duas que residem no Assentamento Visconde e que também são próximas a ela. Com exceção da participante que reside em Magé, RJ, que se disponibilizou a participar da pesquisa quando foi postado um convite no grupo delas de *WhatsApp*, conforme será apresentado nos procedimentos de coleta de dados.

Decidi realizar este estudo somente com mulheres pois, o intuito é apresentar a visão feminina em relação ao meio ambiente no processo agrícola, por intermédio de suas trajetórias. Além disso, a escolha de trabalhar com mulheres especificamente desse grupo, se deu, por ser

um grupo formado para e por mulheres engajadas com as causas da agroecologia, do feminismo e da Soberania Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), que buscam na coletividade o fortalecimento de suas participantes.

1.6 Procedimentos de coleta de dados

A pesquisa foi iniciada em janeiro de 2022 por meio de uma imersão bibliográfica sobre o tema, com o intuito de construir um conhecimento prévio e um aprofundamento nas questões que estava buscando investigar, para melhor orientar o trabalho de campo.

Em um segundo momento foi realizada a coleta de dados, entre os meses de julho a setembro de 2022, por meio da entrevista aberta, que é um procedimento básico de coleta de dados no método de história de vida conforme sugere Glat et al. (2004). Neste tipo de procedimento não existe a necessidade de um roteiro com perguntas pré-determinadas. Assim, “a entrevista não é determinada *a priori* pelo pesquisador por meio de perguntas padronizadas e/ou previamente formuladas” (GLAT e PLETSCHE, 2009, p. 143). Mas sim, de acordo com o que as participantes julgavam importante relatar de suas experiências. Dessa maneira, as participantes foram incentivadas a relatar livremente suas memórias relacionadas à sua trajetória e experiência envolvendo a agricultura e o GT Mulheres da Serramar.

As entrevistas foram realizadas uma única vez e individualmente, a fim de manter a intimidade e privacidade das participantes, e em suas propriedades, por conta da inter-relação existente na agricultura familiar entre trabalho/moradia/família. No entanto, uma das entrevistas foi realizada na mesma propriedade e no mesmo dia da entrevista de outra participante, para otimizar melhor o tempo, já que a agricultora havia chegado na propriedade da colega quando eu estava finalizando a outra entrevista. As entrevistas realizadas duraram entre 50 minutos e duas horas. Glat et al. (2004) expressam que não existe um limite para o tempo de entrevista, variando de acordo com a disponibilidade do sujeito e, geralmente, se encerra quando o sujeito deixa claro que não tem mais nada a acrescentar.

Ainda, baseando-se em Bertaux (1980, p. 46), a coleta de dados é considerada completa quando se chega no que ele chama de “ponto de saturação”, ou seja, momento em que “o pesquisador tem a impressão de não apreender nada de novo no que se refere ao objeto de estudo”. Entendo que esse “ponto de saturação” serve tanto para a duração e quantidade de entrevistas com a mesma participante, quanto em relação ao número amostral de participantes

da pesquisa. É muito importante levar isso em consideração quando se está trabalhando com agricultoras, devido ao pouco tempo que elas possuem, por conta da sobrecarga de trabalhos rurais e domésticos.

Por conta da pandemia do novo coronavírus, não estavam acontecendo as reuniões presenciais e, conseqüentemente, não tive a oportunidade de participar de reuniões para conhecer as dinâmicas do grupo GT Mulheres da Serramar e todas as suas integrantes.

Inicialmente, obtive o contato telefônico da Margarida através da minha coorientadora. A partir de então, Margarida me passou as primeiras informações do grupo via *WhatsApp* e, posteriormente, o contato das outras participantes desta pesquisa. Nesse momento, além de obter informações, também fui criando um vínculo com ela. Criar esse vínculo antes da realização da entrevista é muito importante, para que se construa uma atmosfera de confiança, afinal, a pessoa vai falar de si para um estranho. Por isso, antes de todos os encontros presenciais, tentei, ao máximo, mesmo que através do celular, criar uma maior proximidade com as participantes, sempre com muito respeito, carinho e atenção. Todos os encontros presenciais foram marcados com antecedência por meio do *WhatsApp*.

Para efeito de uma análise mais detalhada, a entrevista foi gravada em vídeo e áudio por um aparelho celular, com autorização das participantes, que assinaram o TCLE. Ao utilizar a gravação de vídeo e áudio, é possível “conservar na narração uma vivacidade de que o simples registro no papel as despojava, uma vez que a voz do entrevistado, suas entonações, suas pausas, seu vai-e-vem no que contava constituíam outros tantos dados preciosos para estudo”, como confirmava Queiroz (1991, p. 2) sobre a importância da gravação, já naquela época em que só existia o gravador de voz. Hoje, com o avanço da tecnologia, notamos a importância da filmagem durante o processo de análise dos relatos, trazendo a oportunidade de esmiuçar ainda mais as narrativas dos acontecimentos da vida das participantes, com observações que vão além da fala.

Também utilizei o diário de bordo (FERREIRA, 2016) ou diário de campo, como é denominado por Queiroz (1991). Este foi utilizado como ferramenta de apoio durante a entrevista e, posteriormente, no processo de análise. Do ponto de vista de Queiroz (1991, p. 64), é o diário de campo que “fornece bases para reflexão, quer sobre o material, quer sobre o relacionamento informante-pesquisador, quer sobre as técnicas utilizadas, reformulando-as quando necessário, buscando descobrir sua amplitude e suas limitações”. Para esta autora a “sua utilização deve ser exigida” em qualquer tipo de pesquisa (1991, p. 65).

A respeito da importância da utilização do diário de campo, Ribeiro (2020), também sinaliza que

Há aspectos que o gravador [ou a filmagem] não consegue captar, mas que são importantes para a compreensão de suas narrativas, visto que apesar de contarmos muito com a nossa memória, ela não pode ser considerada um dispositivo totalmente seguro e capaz de guardar cheiros, sensações, gestos, comentários com tanta fidelidade (RIBEIRO, 2020, p. 38).

Existem diferentes denominações para este instrumento de registro do processo de pesquisar. E, apesar das valiosas contribuições de Queiroz (1991), com a denominação de diário de campo, para efeito nesta pesquisa, irei utilizar somente a denominação de diário de bordo, por conta de alguns estudos que desenvolvi, relacionados a ele, durante e após a graduação (FERREIRA, 2016; FERREIRA 2017).

O diário de bordo é um instrumento que permite uma série de representações tanto da relação entre pesquisadora e pesquisada, quanto das particularidades observadas, os silêncios, os gestos das participantes, as frases não concluídas e as emoções ao evocarem suas recordações. Também me permite fazer reflexões e anotar as sensações e sentimentos presentes enquanto inserida no local da investigação. Posteriormente, isso me auxiliou a compreender melhor as trajetórias das agricultoras entrevistadas, assim como as particularidades do relacionamento que desenvolvemos (DENZIN; LINCOLN, 2006; FERREIRA, 2016).

A entrevista se iniciou como uma conversa, esclarecendo que a principal fonte de investigação era a participante e, onde procurei mostrar à entrevistada, de forma transparente, a proposta da pesquisa, conquistando a sua confiança. Essa relação de confiança que se estabelece antes e durante a entrevista é um dos enfoques prioritários desse método (GLAT, 2009). A partir de então, solicitei, a cada encontro, que a participante me contasse a sua história de vida até chegar à agricultura. Conforme é recomendado por Glat e Pletsch (2009), tentei fazer o mínimo de interferência possível. O importante, segundo as autoras supracitadas, é recolher as narrativas sob o ponto de vista das participantes, sem questionar a fidedignidade dos fatos.

Na primeira entrevista realizada em julho de 2022, durante as falas da participante, à medida que ela ia apresentando os acontecimentos de sua vida, fui introduzindo algumas “perguntas-chaves” (GLAT et al., 2004), que foram determinadas no momento na entrevista, assim como sugerem Glat e Pletsch (2009), e conforme já discutimos anteriormente. Dessa forma, fui levantando algumas questões, fazendo esclarecimentos ou aprofundamentos sobre pontos importantes abordados pela própria narradora. É importante ressaltar que não deve ser introduzido nenhum tema que não tenha sido relatado pela participante (GLAT; PLETSCHE, 2009).

As “perguntas-chaves” (GLAT et al., 2004) utilizadas foram as seguintes:

1. Como é viver aqui?
2. Todas as plantações são feitas em lavouras ou o quintal também é utilizado para produzir alimento e renda?
3. Quais as técnicas alternativas utilizadas para combater as “pragas” das plantações?
4. O que a senhora faz no seu dia a dia para cuidar da natureza?
5. O que o grupo representa para a senhora?

É importante esclarecer que quando fui realizar essa primeira entrevista, eu ainda estava no processo de imersão sobre a metodologia, não dominando a sua aplicabilidade em campo por completo. Por isso, acabei introduzindo todas essas “perguntas-chaves” que, posteriormente, nas outras entrevistas não houve a necessidade. Apenas coloquei uma “pergunta-chave” mais formulada e abrangente, que foi a seguinte: Como foi a sua história de vida até chegar na agricultura, especificamente, a começar a utilizar as práticas agroecológicas e chegar no GT Mulheres da Serramar? Com essa “pergunta-chave” eu coloquei em pauta pontos importantes a serem relatados, que estão em consonância com os objetivos da investigação. A partir daí, segui as recomendações da Glat et al. (2004), e só introduzia algum questionamento quando extremamente necessário. Mais para aprofundar ou esclarecer algum ponto que a própria participante já tivesse levantado.

Também foi essencial ter clareza em observar tudo durante a entrevista para aumentar o processo de análise dos dados coletados, uma vez que nós observamos e somos observadas durante a entrevista, o que influencia o percurso do discurso da entrevistada. Além disso, também foi fundamental manter uma postura de empatia, respeito, sensibilidade e realizar uma escuta atenta (AUGRAS, 2009) para conseguir captar os sentimentos e percepções nas entrelinhas. Assim, quando é demonstrado interesse pela participante ao invés do interesse no que se queira investigar, a pesquisa se torna muito mais rica.

Portanto, as entrevistas realizadas são todas sobre a história de vida, isto é, coletei não só as percepções e pensamentos das participantes em relação à agricultura e ao meio ambiente, mas também suas trajetórias desde o nascimento, evidenciando suas origens e demais acontecimentos até chegar à agricultura de base agroecológica.

1.7 Análise dos dados

Após a realização de cada entrevista, procurei fazer, de forma imediata, a visualização dos vídeos, pausadamente, para ouvir e visualizar cada detalhe das falas. Em seguida, realizei a transcrição integral das narrativas, buscando sempre manter a fidelidade e integridade dos relatos, inclusive com os erros gramaticais, linguísticos, as gírias e os vícios de linguagem. Isso proporciona maior credibilidade e importância às narrativas das participantes, conservando “com maior precisão a linguagem do narrador, suas pausas (que podiam ser simbolicamente transformadas em sinais convencionais) e a ordem que dava às ideias” (QUEIROZ, 1991, p. 3).

Ao longo de todo processo investigativo, procurei fazer uma espécie de pré-análise das informações colhidas nas entrevistas. Essa conduta me permitiu ter um olhar mais aguçado a cada nova entrevista, observando melhor os eventos que se sucediam durante a permanência em campo. Assim, pude captar melhor as informações advindas do ambiente, os sentimentos e emoções de cada participante durante o relato de sua trajetória. No entanto, a análise formal e a sistematização da imensa quantidade de informações adquiridas das histórias de vida, só teve início após o fim da coleta de dados.

Vale enfatizar aqui, que a história de vida, por pertencer a uma metodologia qualitativa de cunho inovador, possui uma maior flexibilidade tanto nas etapas de coleta, quanto nas etapas de análise dos dados, não ficando refém de um padrão (GLAT; PLETSCHE, 2009). Assim, as autoras Glat, e Pletsch (2009) reforçam que,

não há imposição de procedimentos específico para se realizar à análise de dados. O procedimento básico, porém, consiste em identificar a partir da transcrição das entrevistas os conteúdos ou tópicos mais frequentes que emergem do discurso dos entrevistados, os quais serão posteriormente agrupados em categorias de análise ou núcleos temáticos. **Essas categorias de análise, entretanto, não são, como em métodos mais diretivos, preestabelecidas pelo pesquisador; ao contrário, emergem, naturalmente, da dinâmica estabelecida no processo de análise dos depoimentos** sendo, posteriormente, interpretadas à luz do referencial teórico escolhido (GLAT; PLETSCHE, 2009, p. 144, grifo nosso).

Entretanto, julguei pertinente para o tratamento dos dados da análise das entrevistas, me amparar na base da técnica de análise de conteúdo, seguindo a perspectiva de Bardin (1977), mas mesclando com as técnicas utilizadas nos trabalhos da Pletsch (2005 e 2009), da Glat (2009) e Glat e Pletsch (2009).

Dessa forma, Bardin (1977), já afirmava que,

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo) é um método muito empírico, dependente do tipo de “fala” a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo. Não existe coisa pronta em análise de conteúdo, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente transponíveis. **A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem de ser reinventada a cada momento** (BARDIN, 1977, p. 30, grifo nosso).

A partir do pressuposto dessas autoras, a análise foi feita por intermédio de três etapas: (1) pré-análise; (2) exploração do material e (3) interpretação dos relatos. Na primeira etapa, realizei uma leitura superficial, de acordo com os pressupostos de Bardin (1977). Neste momento foi possível identificar e separar os fragmentos que seriam utilizados ao longo do referencial teórico. E também observei os conteúdos mais frequentes nas falas de todas as participantes. Na segunda etapa, fase em que ocorre a codificação, segundo Bardin (1977), fiz a exploração de todo o material transcrito, observando de forma integral e individual em cada história de vida os conteúdos mais recorrentes, que aparecia em pelo menos duas das quatro histórias de vida coletadas, e enfatizados pelas próprias participantes. Por isso, os qualifiquei como os mais importantes, formando as categorias. Já na terceira etapa foi feita a interpretação dos dados obtidos, onde as falas das participantes foram esmiuçadas e discutidas nas categorias formadas.

A partir dessas etapas, apresentado inicialmente de forma individual, no item 3.1.1 As Raízes das flores, a biografia das agricultoras, utilizando trechos de suas falas e pequenas inferências minhas. Esse processo é importante para melhor compreendermos como se deu a formação do perfil agrícola de cada uma. De posse das sínteses individuais, busquei estabelecer cruzamentos entre as histórias, levando em consideração a relação existente nas categorias formadas, de maneira a estabelecer as correlações entre elas e as trajetórias de vida das participantes. Posteriormente, serão exibidas e discutidas as categorias emergidas das próprias histórias de vida, que nortearão a discussão através de uma interpretação minuciosamente pautada no referencial teórico e nos objetivos deste estudo, embasando e dando sentido às falas das participantes.

À vista disso, no próximo capítulo apresento a revisão de literatura que fundamentou esta pesquisa. Chamo a atenção novamente, a respeito da costura de vozes que realizei entre às discussões apresentadas pelos autores consultados, e os fragmentos dos relatos das participantes, que enriqueceram ainda mais este estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo abordará a presença das mulheres na agricultura familiar, dando destaque para a agroecologia, com sua conceituação e importância, e o conceito de percepção ambiental e sua importância na agricultura familiar de base ecológica.

2.1 Mulheres na agricultura familiar de base ecológica

2.1.1 O protagonismo feminino na agricultura familiar: a luta contra o patriarcado

A agricultura representa hoje o meio de subsistência mais importante desenvolvido pelo ser humano. Os primeiros humanos não possuíam técnicas sofisticadas para realizar grandes caçadas, que fornecessem uma boa quantidade de energia. Sendo assim, “só podiam sobreviver pela colheita dos produtos vegetais e pela captura de animais mais acessíveis, em meios pouco hostis ou dispo de locais protegidos” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 58). Diante dessa necessidade, a agricultura surge, no período Neolítico, por volta de dez mil anos a.C, e permite que os seres humanos deixassem o estilo de vida nômade, e se fixassem em determinada região, o que se tornou o ponto chave para o desenvolvimento de uma nutrição mais cômoda e eficiente, fomentando o início do processo civilizatório (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesse período, a produção de plantas e animais era realizada de forma simples, utilizando ferramentas rudimentares, mas que possibilitou as primeiras aglomerações de povos que visavam se alimentar de forma mais eficiente (MAZOYER; ROUDART, 2010). Assim, Mazoyer e Roudart (2010), reforçam que,

após centenas de milhares de anos de evolução biológica e cultural, as sociedades humanas haviam chegado a fabricar utensílios cada vez mais variados, aperfeiçoados e especializados, graças aos quais tinham desenvolvido modos de predação (caça, pesca, coleta) diferenciados, adaptados aos meios mais diversos. Essa especialização foi acentuada no neolítico — idade da pedra polida — e foi ao longo desse último período da Pré-história, menos de 10.000 anos depois, que várias dessas sociedades, entre as mais avançadas do momento, iniciaram a transição da predação à agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 97).

Desde o aparecimento da agricultura, a história mostra a íntima relação da mulher com a natureza, quando ela era retratada como mãe natureza, mãe terra, deusa da vida (GARCIA, 2009), assim como também, através das deusas Ceres, de Roma, e Deméter, da Grécia, adoradas pelos agricultores primitivos, implorando proteção aos seus cultivos (REIFSCHNEIDER et al., 2010). Além disso, eram as mulheres que proporcionavam uma fonte mais segura de fornecimento de alimentos, através do recolhimento de vegetais e animais pequenos, como roedores, lebres, aves e lagartos. A domesticação de animais, que eram recolhidos pelas mulheres, é um outro ponto importante para o sucesso da fixação da sociedade primitiva e, muito provavelmente, o desenvolvimento de técnicas que permitiram essa domesticação tem relação direta com o instinto materno das mulheres (REED, 2008).

Os homens, eram caçadores na maior parte do tempo, ficavam até dias longe de suas famílias e quase sempre voltavam para casa famintos e sem nenhum alimento. Então, na maioria das vezes, a alimentação só era possível graças ao que as mulheres recolhiam na natureza. Por isso, especula-se que foram as atividades femininas de coleta, junto com os cuidados e manutenção das espécies de plantas e animais, que conduziram a humanidade ao descobrimento da agricultura e assim ao sucesso da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (MAZOYER; ROUDART, 2010). A partir dessa premissa, o surgimento da agricultura é atrelado às mulheres, por alguns autores como: Lawrence, (1980); Garcia, (2009); Silva e Santos (2020).

Para Lawrence (1980), foram as mulheres que teriam feito a descoberta dessa atividade promissora, pois como elas eram as responsáveis pelo preparo da alimentação, passavam mais tempo convivendo com as plantas no decorrer das estações do ano e estavam sempre utilizando uma estaca, utensílio primitivo usado para cavar, para desenterrar tubérculos, o que revirava o solo e o tornava mais fértil. Isso facilitava a germinação, e elas, observaram que, as sementes que ali caíam acidentalmente durante o processo de debulha e preparação dos alimentos começavam a se desenvolver. Assim, por meio desta observação, aliado às experiências que possuíam como coletoras, elas adquiriram conhecimentos sobre as flores e frutos dos vegetais, e começaram a entender o processo de semear, germinar e reproduzir as plantas (GARCIA, 2009). Além disso, perceberam que era possível o plantio de novas plantas a partir das sementes, associando ao poder de fecundação e fertilidade de seu próprio corpo (KOSS, 2000).

Por conta da necessidade de se obter alimentos que não dependesse apenas do fornecimento espontâneo da natureza, inicia-se assim, as diversas formas de cultivo pelo mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010). Em uma das formas iniciais de cultivo, o processo de semeadura agrupada, selecionava as espécies de plantas de germinação rápida, excluindo aquelas sementes que passam por um período de dormência para germinar em uma estação

favorável. Após várias gerações, as linhagens de algumas espécies submetidas ao processo de cultivo foram perdendo suas características selvagens e adquiriram novos caracteres adaptados ao seu novo modo de vida. Essas novas características vantajosas e transmissíveis foram passadas para as próximas gerações, firmando assim o processo de seleção de novas espécies vegetais domesticáveis (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Daí em diante, a agricultura foi passando por diversas transformações, mas, não cabe aqui nesta pesquisa esmiuçar toda a história da agricultura. A intenção, ao abordar o princípio dessa atividade, foi apontar algumas questões relevantes para discutir a participação feminina neste processo.

Assim, no Brasil, desde o seu “descobrimento” já existia a vocação agrícola com plantações de subsistência desenvolvidas pelos indígenas. Conforme explica Amaral (1958), “[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses” (p. 114). A partir de então, o desenvolvimento da formação agrícola deve-se às ações dos colonizadores que trouxeram plantas e animais, aliado ao trabalho escravo dos povos já existentes aqui. Dessa forma, os povos indígenas

viviam inicialmente do extrativismo, esses povos migravam sempre que os recursos vegetais e os advindos da caça e da pesca esgotavam-se na área ocupada. Mais tarde, alguns desses povos, como os tupis, desenvolveram técnicas de cultivo e se tornaram agricultores. Os tupis adaptavam as plantações às condições naturais, utilizando encostas mais drenadas para algumas lavouras e solos mais ricos, com umidade assegurada, para outras lavouras mais exigentes. Além disso, plantavam hortas ao redor das aldeias, aproveitando os detritos caseiros, e, por meio de práticas agrícolas simples, cultivavam feijão, milho, jerimum (abóboras), batata-doce e outras espécies vegetais (REIFSCHNEIDER et al., 2010, p. 21).

A agricultura foi se transformando e evoluindo junto com a humanidade ao longo do tempo. A partir da década de 1960, ganha força pelo mundo o processo de modernização da agricultura, intitulado Revolução Verde, com a introdução de pesquisas e da tecnologia, trazendo novas formas de plantar e colher que agilizam, facilitam e aumentam a produção, mecanizando grande parte dos processos (MOREIRA, 2000), o que significou uma ruptura nos meios de produção e alterou profundamente o cenário do campo e as relações de trabalho rural no Brasil e no mundo. Nesse processo, houve uma grande introdução de biotecnologia, com sementes geneticamente modificadas e mais resistentes, permitindo aprimorar técnicas e garantindo o cultivo em grandes quantidades em regiões onde, até então, eles não seriam possíveis, assegurando uma maior homogeneização do processo de produção (MATOS, 2011).

Conforme destaca Matos (2011, p. 3), “um objetivo consciente da Revolução Verde, desde o início, era produzir variedades que pudessem ser cultivadas num amplo leque de condições em todo o mundo em desenvolvimento”. Além disso, houve uma explosão do desenvolvimento de produtos químicos para o solo e plantas, como os fertilizantes e agrotóxicos, e de maquinários específicos para plantar, colher e irrigar em larga escala (MATOS, 2011).

O que motivou e justificou todo esse processo de expansão das pesquisas e práticas na agricultura foi o aumento da população, dado que, o conhecimento tecnológico seria, e foi, capaz de aumentar significativamente a produção de alimentos com a promessa de exterminar a fome no mundo (MATOS, 2011). No entanto, as consequências foram catastróficas: aumento da poluição do solo e água de forma acelerada, envenenamento e perda da biodiversidade por conta dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), alimentos contaminados por agrotóxicos e uma crescente taxa de desmatamento. Somado a isso, temos as desigualdades na concentração de terras e distribuição dos recursos financeiros (MOREIRA, 2000). Isso gerou um cenário de “exclusão de massas significativas da população do padrão de consumo e da qualidade de vida e de condições mínimas adequadas de acesso à terra, ao trabalho, ao emprego, ao teto, à educação, à alimentação e à saúde” (MATOS, 2011, p. 5).

O que se nota nessa época é um intenso incentivo priorizando subsídios de créditos agrícolas para estimular o aumento da produção, principalmente dos grandes proprietários de terra, que tem como objetivo produzir matéria-prima em larga escala para exportação. Assim, Rosas (2010), assinala que:

o direcionamento à exportação se torna claro e evidente, beneficiando uma categoria de produtores rurais, enquanto que a agricultura destinada ao mercado interno fica sem bases para fortalecimento da produção. As famílias rurais produtoras são consideradas incapazes de acompanhar o avanço técnico e produtivo dos grandes empresários rurais exportadores de matérias-primas, tanto por motivos educacionais, quanto por econômicos, e por oportunidades, decorrentes da exclusão (ROSAS, 2010, p. 73).

Isso acabou excluindo o pequeno produtor dos incentivos financeiros, que eram mais destinados ao agronegócio exportador, levando muitos deles à falência e sendo obrigados a vender seus pedaços de terra para os grandes latifundiários. Sem suas terras para produzir e passando necessidade, a população rural se vê obrigada a sair do campo para procurar emprego na cidade, isso acaba instaurando o êxodo rural e superlotando as periferias das cidades (MESQUITA, 2013). Sem dúvidas, a Revolução Verde trouxe melhorias para o setor agrícola, proporcionando maior eficácia na forma de produzir alimento em diversas áreas pelo mundo. Porém, também criou um cenário de destruição ambiental, crise social e econômica e, aumento

da concentração fundiária para plantação das monoculturas, deixando o agricultor familiar sem condições de trabalho e de vida (MOREIRA, 2000). Nesse cenário, as mulheres foram as mais afetadas, se tornando cada vez mais invisíveis, num setor que estava em constante expansão e priorizando os homens, grandes donos de terras e intitulados chefes das famílias rurais.

Entender sobre como se deu o processo de desenvolvimento da agricultura, ao longo do tempo, e as relações existentes entre a agricultura e o meio ambiente, é uma tarefa muito complexa. No entanto, conhecer um pouco dessa história nos auxilia no aprofundamento de uma visão que permite entender onde estamos e reconhecer as contribuições de homens e mulheres, que acaba se perdendo com o passar do tempo. Olhar para a história da agricultura através de outro ângulo, cujo foco está nas contribuições das mulheres, dá-nos a oportunidade de trazer grandes colaborações para a valorização da mão de obra feminina na agricultura familiar. E, dentro desta perspectiva, auxiliar nos estudos que visem o desenvolvimento de mecanismos, técnicas, inovações, práticas e políticas que permitam uma produção agrícola mais sustentável e igualitária.

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender o papel desempenhado pelas mulheres na agricultura familiar, por este trabalho ser organizado a partir e para a família. Esse tipo de agricultura tem como base de trabalho a mão de obra familiar. É um empreendimento administrado pela família, onde o trabalho é realizado diretamente na propriedade, sendo uma instalação que é ao mesmo tempo, local de moradia, unidade de produção e consumo. O conceito de agricultura familiar caracteriza a relação direta entre trabalho, terra e família (MESQUITA, 2013). Este é um conceito recente e seus trabalhadores já receberam diferentes denominações, de acordo com a localidade, podendo ser chamado de roceiro, caipira, caboclo, camponês, matuto e lavrador. Concordo com Martins (1986), quando diz que essas definições são ofensivas e depreciativas, relacionando-os muitas vezes à falta de disposição para o trabalho e inferioridade, o que tornava a classe ainda mais excluída das decisões políticas. Isso fez com que toda a história da produção de alimentos, a partir dos pequenos produtores, fosse abafada pela história da agricultura escravista das monoculturas de açúcar e café (MARTINS, 1986).

Então, para ser considerada agricultura familiar, necessita ser praticada predominantemente com a mão de obra dos membros da família, em uma área relativamente pequena, com diversificação de produção, combinado a uma grande capacidade adaptativa (MESQUITA, 2013). Nesse sentido, de acordo com a Lei nº 11.326/2006, na agricultura familiar é considerada:

Agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006a).

A partir da aprovação dessa lei, a agricultura familiar foi reconhecida como profissão no Brasil, beneficiando os agricultores, que passam a ter seus direitos trabalhistas reconhecidos. O papel que a agricultura familiar desempenha no país tem ganhado força, no que tange à produção voltada para o mercado interno. Essa atividade tem se tornado responsável por cerca de 80% da produção diversificada de alimentos que vai para a mesa dos brasileiros, além de gerar renda e empregos, contribuir para o desenvolvimento da economia local e a valorização dos saberes tradicionais (FAO, 2018).

Vale ressaltar que, o agricultor familiar tem uma relação muito próxima com a terra (TUAN, 1980) e, na grande maioria das vezes, são empregadas práticas tradicionais e conhecimento popular de baixo impacto ambiental, em todas as etapas de produção. Sendo as mulheres essenciais para o sucesso das práticas agrícolas, da diversidade biológica e da SAN, e também, são responsáveis por diversificar as fontes de renda (FAO, 2018). Porém, segundo a FAO (2018, p. 6, tradução nossa³) “as mulheres têm menos acesso do que os homens aos recursos produtivos e oportunidades — terra, gado, trabalho, educação, serviços financeiros e de extensão e tecnologia —, que limita sua capacidade de gerar excedente comercializável e agregar valor à produção”.

Apesar de, provavelmente, ter sido uma atividade iniciada por mulheres, por muitos anos a agricultura foi considerada um espaço de trabalho masculino, por ser um trabalho em que se utilizava muita força bruta e, na maioria das vezes, as mulheres eram taxadas como fracas para desenvolvê-lo, mesmo que o fizessem (TEDESCHI, 2007). Isso ocorre porque “historicamente, as mulheres foram sempre vistas como fracas e ingênuas, fisiológica e intelectualmente inferiores ao homem, e por natureza inaptas a qualquer ocupação além da geração e criação dos filhos” (BATTEN, 1995, p. 19).

Desde o surgimento da sociedade de classes, o homem se destaca como figura central no desenvolvimento das atividades agrícolas, deixando a mulher a sua sombra, apenas como

³ O texto em língua estrangeira é: “las mujeres tienen menos acceso que los hombres a los recursos productivos y a las oportunidades—tierra, ganado, trabajo, educación, servicios financieros y de extensión, y tecnología—, lo que limita su capacidad para generar excedentes comercializables y para agregar valor a la producción.” (FAO, 2018, p. 6).

auxiliar e dona de casa, mesmo existindo uma igualdade no desenvolver das tarefas rurais. Em um trecho da fala da agricultora Rosa, por exemplo, é possível perceber que essa situação ainda é muito comum, onde muitas agricultoras não se reconhecem na profissão, se intitulando como dona de casa ou do lar:

Existe muita gente ainda que não bota que é agricultora, só bota que é do lar. Eu vi isso outro dia lá na EMATER a mulher chegou, “que que você faz?” Eu sou do lar”. Do lar não, você num [sic] ajuda seu marido na agricultura? Eu perguntei a ela. “Ajudo”. Então você não é do lar é agricultora. “Não, e quem faz as coisas em casa?” Eu digo, agricultora! (ROSA, 2022).

Foi nesse processo de separação da sociedade em classes que começaram a surgir as desigualdades de gênero em relação ao trabalho e percebemos que “a maioria das mulheres não compreende que seu problema não existia antes da instauração da sociedade de classes, que as desclassificou da elevada posição de igualdade que desfrutavam na sociedade primitiva” (REED, 2008, p. 21).

Além disso, a tradição da nossa sociedade patriarcalista considerou, por um longo tempo, o homem como o único responsável pelo sustento da família. O que as mulheres rurais realizavam não era considerado trabalho, assim como reforça Perrot (2005, p. 11), “seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível”. Esse modelo padrão de família, colocava o homem no centro do provimento familiar, desvalorizando o papel da mulher na soberania alimentar e segurança nutricional.

A partir da década de 1970, as mulheres conseguem quebrar muitas barreiras impostas pela sociedade e conquistam mais espaços, como o mercado de trabalho, o que acabou causando uma sobrecarga de trabalho sobre elas, por ter aumentado a sua jornada de afazeres diários (PERROT, 2005; REED, 2008). Agora, além dos cuidados com o lar e a família, a mulher também tinha as responsabilidades do trabalho remunerado. Para as mulheres rurais essa realidade é ainda mais cruel, pois, além da sobrecarga de trabalho, o dinheiro que ganham com suas atividades, na maioria das vezes, vai parar nas mãos do marido, sob a ilusão de que são os homens que sabem lidar com o dinheiro.

Esta questão fica bastante evidente na fala de uma das agricultoras:

A mulher acorda 4:30, 5 horas da manhã, vai pra beira do fogo fazer café. Quando o marido acorda pra ir pra roça, ela já tá pronta com tudo pronto em casa pra ir pra roça com ele. Aí vai pra roça trabalhar com ele, quando chega em casa ele vai descansar e ela vai para a cozinha cuidar do almoço. Quando chega a hora do jantar à noite, ele vai descansar e ela fica na cozinha cuidando da cozinha, arrumando os filhos, arrumando num sei o que [sic], fazendo um monte de coisas. [...] Eu tenho uma amiga que agora ela é viúva, graças a Deus, né [risos], quando ela recebia o dinheiro dela

passava para a mão dele. Meu Deus, eu ficava assim olhando, eu não acreditava nisso. Ela dizia: “Ah não, porque eu não sei comprar nada, eu não sei fazer nada, ele que sabe”. E como é que agora ela ficou viúva e sabe fazer tudo, né? Então é uma coisa muita estranha mesma (ROSA, 2022).

Todavia, isso foi extremamente necessário e importante para que a mulher conquistasse não só novos espaços de trabalho, mas também, novos espaços sociais, que antes lhes eram negados. A partir dessa premissa, a mulher passa a ter opinião, deixando de ser submissa para ser independente, mesmo que isso lhe custasse uma sobrecarga de trabalho (PERROT, 1988).

Por um longo tempo, as mulheres não encontravam espaço de participação em pé de igualdade nos diversos setores públicos e nem mesmo nas ferramentas de luta sociais existentes. A partir de então, as mulheres começaram a entender que a luta por seus direitos e pela igualdade de gênero, política, social e econômica precisava partir de suas próprias mãos. Assim, por volta de 1980, “o Movimento de Mulheres no Brasil era uma força social e política consolidada, explicitando um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero [...], afirmando a mulher como sujeito social” (TEDESCHI, 2007, p. 88).

Daí em diante, começou a surgir, no meio rural, um grande movimento da Igreja Católica e Luterana, baseado no pensamento da Teologia da Libertação, que impulsionou os trabalhos de formação e organização popular nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), originando a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Através da CPT, as mulheres começaram a organização dos grupos e movimentos das trabalhadoras rurais pautadas na religião. Nesse período “a reflexão religiosa começa a ser ampliada como uma prática social em defesa dos pobres e oprimidos. A Igreja passa a entrar nos conflitos sociais e tomar posições políticas pelos pobres abertamente” (TEDESCHI, 2007, p. 96).

A Igreja promoveu a participação das mulheres na vida comunitária, sendo uma faísca para elas se organizarem em grupos. Entretanto, a Igreja não abordava as questões de opressão que as mulheres enfrentavam. Pelo contrário, reforçavam o papel da mulher dentro da família e da vida privada, como um modelo de mãe e esposa que devia obediência aos seus maridos, perpetuando o padrão de subordinação da mulher ao homem (TEDESCHI, 2007).

Embora as mulheres fossem induzidas à luta pelo fim da opressão, a proposta desses grupos não incluía a reflexão sobre as relações de gênero, poder e trabalho na vida rural. Elas continuavam sendo consideradas subjetividades complementares aos homens e, portanto, sua participação era imprescindível na "luta" da organização e na vida diária. A participação possibilitava às mulheres aderirem ao espaço público, tradicionalmente masculino [...] (TEDESCHI, 2007, p. 100).

A influência que os movimentos sociais no campo receberam fez com que as trabalhadoras rurais pagassem um preço muito alto, não conseguindo se desprender de suas alianças iniciais, o que impossibilitou essas mulheres de valorizarem o seu trabalho e alterar “as relações de poder e gênero, reproduzindo uma noção passiva de cidadania, a manutenção de divisão entre público e privado, levando-nos a perguntar sobre o modelo de cidadania feminina conquistada no campo, oriunda de uma cultura patriarcal e androcêntrica” (TEDESCHI, 2007, p. 103).

O trabalho militante, que surgiu através dos grupos religiosos, mobilizou muitas mulheres a participarem de grupos específicos e de movimentos de lutas, o que gerou um processo de empoderamento feminino e foi a força motriz para que a fala das mulheres passasse a ter vez no campo social e político, construindo sua identidade feminista como trabalhadora rural. Assim, em 1986 aconteceu em São Paulo o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, contando com a participação de mulheres de 16 estados, que se reuniram em prol das discussões sobre a realidade das mulheres rurais no Brasil (ANMC, 2018). Desse encontro histórico e no sentido de diminuir a inferioridade do papel feminino na sociedade, dando visibilidade ao trabalho da mulher rural, surgem os movimentos rurais femininos, buscando o reconhecimento da existência dos direitos das mulheres rurais. Começa, então, a ocorrer as lutas contra toda forma de opressão e discriminação feminina e as formações das sindicalizações, onde as mulheres pleiteavam o reconhecimento do seu trabalho como agricultoras, ao invés de domésticas, além dos direitos à documentação básica, ao salário maternidade, auxílio invalidez, aposentadoria rural, apoio à saúde da mulher e, o direito ao acesso e titulação de terras (ANMC, 2018).

Com os movimentos sociais ganhando força e as mulheres se organizando cada vez mais, tendo a sua participação fortalecida na Central Única dos Trabalhadores (CUT), cria-se a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, no II Congresso da CUT. A partir deste momento, a comissão desenvolveu diversos trabalhos na esfera do sindicalismo. Dessa forma, as mulheres abriram espaços na estrutura sindical, aproximando feminismo e sindicalismo, introduzindo temas problemáticos e polêmicos relacionados às questões femininas. Esse vínculo criado com a sindicalização não garantiu a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, porém, abriu uma brecha para novas construções sociais (TEDESCHI, 2007). Para os homens a associação aos sindicatos, na maioria das vezes, representava apenas uma assistência médica e jurídica. Mas, de acordo com Tedeschi (2007, p. 107), “para muitas trabalhadoras rurais a sindicalização é movida pelos serviços e benefícios fornecidos pelo sindicato”.

A luta das trabalhadoras rurais repercutiu em âmbito nacional, sendo em 1995 criado a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) com mulheres se articulando em torno das lutas dos indissociáveis eixos gênero e classe (ANMC, 2018). O fortalecimento das mulheres rurais culminou na criação de políticas públicas, pelos governos, que fossem exclusivas para as questões das mulheres, reconhecendo-as como elementos sociais, tendo assim assegurado,

o Reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural na Constituição Cidadã de 1988, assim garantindo o direito à aposentadoria rural, na condição de seguradas especiais aos 55 anos de idade, garantindo o mínimo de reconhecimento ao trabalho duplicado realizado pelas mulheres e outros benefícios para as trabalhadoras e também para os trabalhadores rurais, uma das maiores conquistas para as camponesas até hoje (ANMC, 2018, p. 6).

A consolidação dos movimentos das mulheres rurais ocorreu a partir de pequenos grupos formados em encontros religiosos ligados às pastorais, tendo a formação do coletivo de mulheres trabalhadoras rurais impulsionadas pelo contexto social, político e econômico. Sua luta chamou a atenção para a emergência de redemocratização das relações entre o sistema capitalista e as mulheres, introduzindo reivindicações de uma pluralidade de sujeitos de direitos (TEDESCHI, 2007). Muitas mulheres líderes nos movimentos rurais se tornaram modelos para a militância. Dentre os nomes de destaque está o de Margarida Alves, que foi Presidente do Sindicato de Alagoa Grande, na Paraíba, sendo assassinada em sua casa na frente de sua família, em 1983. Teve grande destaque nas lutas dos movimentos e “se tornou símbolo da resistência e de luta pelo reconhecimento dos direitos da mulher trabalhadora rural” (TEDESCHI, 2007, p. 125).

Após muitas lutas e algumas conquistas dos movimentos das trabalhadoras rurais, podemos notar que toda a desigualdade e invisibilidade que as mulheres rurais enfrentaram, trouxeram muitas consequências para elas, uma delas foi a dificuldade na hora de ter acesso ao benefício da previdência social como agricultora, mesmo após constar como direito da mulher rural na Constituição de 1988:

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam

paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social (BRUMER, 2002, p. 53).

Independentemente, depois do direito ser reconhecido perante à lei, muitas mulheres ainda enfrentaram dificuldades para conseguir o benefício, pois, ao longo de sua jornada nas lavouras, elas próprias não se autorreconheciam como agricultoras. Então, não comprovavam isso em locais públicos, como escola dos filhos e postos de saúde. Somado a isso, todos os documentos comprobatórios dos anos em exercício na profissão ficavam em nome dos maridos como, por exemplo, as notas fiscais de compra de insumos e as notas de vendas dos produtos rurais (BRUMER, 2002). Além disso, muitas mulheres sequer possuíam documentos de identificação, tendo essa conquista tardia (TEDESCHI, 2007). De fato, a partir da minha vivência na agricultura, verifiquei que uma grande parte das mulheres do campo, que não possuíam esses documentos comprobatórios em seu nome, quando chegada a tão esperada data de se aposentar, tiveram que lutar na justiça, por um bom tempo, pelo reconhecimento do seu direito ao benefício, depois de muitos anos contribuindo. Quando ganhavam a causa, 30% do seu benefício acumulado durante os anos de espera, eram para pagar os honorários de seus advogados. O direito à aposentaria como agricultora foi uma grande conquista das mulheres rurais, visto que, para muitas, a aposentadoria trouxe independência financeira do marido (TEDESCHI, 2007).

Além de todas essas problemáticas enfrentadas pelos coletivos de mulheres ao longo da história da mulher rural, dentro de sua luta pelo reconhecimento dos seus direitos, também estavam as reivindicações relacionadas ao acesso à terra. Essa é uma outra questão que preciso levantar nesta discussão. O simples fato de ser mulher, por muito tempo, a excluiu das principais possibilidades de direito à posse de terra, através de herança, mercado e reforma agrária. Isso as impossibilitou de ter acesso aos incentivos agrários e participação em diferentes espaços de decisões agrícolas (DEERE; LEÓN, 2002).

Antes de 1990, no âmbito da reforma agrária, que tem a função social de redistribuir terras ditas “improdutivas” com o intuito de torná-las “produtivas” através da agricultura, a mulher não tinha direito a ser uma beneficiada. De acordo com esse discurso, os homens deveriam receber a titulação por serem considerados os representantes da família, por isso seriam os donos das terras. Dessa forma, “pressupunha-se que as famílias camponesas fossem representadas por um chefe homem e que, ao beneficiar os chefes de família, todos os membros desta seriam também beneficiados” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 100).

Trabalhando de forma invisível e às sombras dos homens da família, as mulheres rurais sofreram e ainda sofrem com as desigualdades de forma mais intensa do que as mulheres urbanas. Sem reconhecimento e com a exclusão dos seus direitos, elas dominavam os serviços agrícolas, além dos serviços domésticos e dos cuidados com a família. Enquanto isso, seus maridos migravam para o meio urbano para trabalhar em setores como o industrial e de construção civil (DUBY; PERROT, 1990), e muitas vezes ganhando um valor que era igual, ou até inferior, ao valor econômico que as mulheres conseguiam tirar em casa com os trabalhos rurais, mas de forma “invisível”.

As mulheres do campo são as que mais possuem trabalho não remunerado, não só em relação ao homem, mas também em relação às mulheres da cidade. O trabalho dessas mulheres sempre foi considerado como “ajuda”, pelos homens e até por elas mesmas, conforme pontua Tedeschi (2007). Mas, o cenário que já vem mudando, agora coloca a mulher também como a figura que provém o sustento familiar. As mulheres rurais, com seus trabalhos “invisíveis”, na maioria das vezes, acabam ganhando muito mais do que os homens da família, mudando a dinâmica de poder dentro da casa. Isso pode ser corroborado através do relato da Margarida, quando diz:

[...] Que muitas das vezes, né, o marido, igual ao meu genro, precisa sair para trabalhar fora. Hoje, na ponta do lápis se a gente for somar o que ele ganha com o que eu e minha filha ganha aqui dentro, é mais do que o dele. Ele consegue pegar emprestado com a gente, porque o dele não dá, acaba faltando (risos). **E aí, botou os maridos no pé de igualdade. Não, você trabalha, mas eu trabalho também. Você ganha, eu ganho, e talvez até mais, né?** [...] (MARGARIDA, 2022, grifo nosso).

Em algum momento, originou-se a necessidade de uma separação entre os sexos, tornando o homem o centro mais importante de tudo, gerando desigualdades, inferioridades e discriminações de gênero. Por que se instaurou esse estereótipo entre o feminino e o masculino? Por que a mulher não poderia ser mais importante do que o homem? Ou melhor, por que não poderiam ser ambos importantes? Analisando a história da sociedade não é difícil compreendermos esses porquês. A visão de um mundo comandado por homens esteve “arraigada primeiro na teologia e em seguida na ciência, não devido a qualquer maliciosidade ou conspiração deliberada, mas simplesmente porque os homens controlavam quase todas as formas de governo e tendiam a ver o mundo à sua própria imagem” (BATTEN, 1995, p. 23).

Ainda de acordo com Batten (1995), sobre as diferenças criadas socialmente entre homens e mulheres,

Se fossemos bem-informados no campo da biologia, se aceitássemos o fato de que somos membros do reino animal, poderíamos ver que as diferenças sexuais levam a padrões de comportamento que compartilhamos com outras espécies animais. Veríamos também que as diferenças sexuais são simples fatos biológicos: os machos produzem espermatozoides; as fêmeas produzem óvulos. O problema é que os seres humanos atribuíram julgamentos de valor a esses fatos biológicos e esses valores tornaram-se parte da cultura, influenciando a corte e os costumes matrimoniais, as leis, a política e as atitudes em relação ao que significa ser macho ou fêmea (BATTEN, 1995, p. 22).

Infelizmente, conforme demonstrado por alguns autores como Reed (2008) e Tedeschi (2007), as desigualdades existem e acabam gerando a subvalorização das mulheres em relação aos homens, nas áreas social, política e econômica. Muitas vezes, homens, e até mesmo algumas mulheres com visão machista, acabam chamando de “mimimi” toda essa discussão que é gerada em torno do feminismo e das diferenças estereotipadas entre os sexos.

Nós mulheres somos protagonistas em diversas esferas e dimensões da vida, mas estamos sendo objetificadas há muitos séculos por opressões patriarcais, que anulam nossos conhecimentos, saberes e práticas, que super exploram e ao mesmo tempo desvalorizam nosso trabalho e que impõem regras sociais que limitam nossos corpos e nossas possibilidades de emancipação. Essas desigualdades são ainda mais fortes entre determinados segmentos sociais [...] (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 82).

Mas, mesmo não se admitindo, e conforme já mencionado anteriormente, as mulheres ainda sofrem mais limitações do que os homens, principalmente no setor agrícola, enfrentando dificuldades de acesso à terra, ao crédito rural, tecnologia, ferramentas, insumos agrícolas, assistência técnica, canais de comercialização e acesso aos direitos básicos do benefício previdenciário (FAO, 2018).

Essa problemática fica nítida na fala da agricultora Rosa:

A mulher, ninguém acredita nela. Pra eu conseguir uma DAP [Declaração de Aptidão ao Pronaf] teve que vir uma mulher pra EMATER de Magé pra me conceder uma DAP como mulher. Porque os homens acham que só homem que tinha que ter. Eu não consigo um empréstimo desses fundos que vem para a agricultura do ministério porque eu sou mulher. Então, o que que eles acham, que uma mulher não tem condição de pagar uma dívida. Talvez eu pague até muito mais rápido que muitos homens que tem por aí (ROSA, 2022).

Por conta dessas questões, existe uma necessidade para a criação e o fortalecimento de políticas públicas destinadas às mulheres, de forma a aumentar a representação delas no campo, garantindo os seus direitos como cidadãs.

O empoderamento dessas mulheres é o ponto chave para proporcionar a elas uma nova realidade com a conquista de mais respeito pelas atividades desenvolvidas, tanto no lar quanto

na lavoura. Esse ato de empoderar-se é melhor construído coletivamente, por meio de redes e grupos de apoio organizados pelas e para as mulheres. Empoderar-se tem trazido uma libertação das amarras sociais e exclusão de gênero (DEERE; LEÓN, 2002).

Atualmente, com toda tecnologia disponível no campo, esse empoderamento feminino rural ocorre com mais frequência e ficou mais fácil de colocar as mulheres no mesmo patamar que os homens em relação a realização dos trabalhos agrícolas. Agora, as tarefas realizadas em todas as etapas de produção não necessitam de tanta força bruta. Para preparar o solo, semear e até para colher, existem máquinas que realizam estes trabalhos, de forma mais prática e eficiente, permitindo que as mulheres consigam sozinhas comandarem as suas produções.

Esta situação pode ser observada no relato de Margarida (2022): *“para arar a terra o trator vem, né? A prefeitura e a secretaria de agricultura, tem feito um trabalho com a gente aqui. O trator, vem, mas a gente paga o óleo, aí, vem e ara. Dá a plantadeira, mas a gente paga o óleo, no caso pros [sic] grãos, aí, vem a plantadeira e planta”*.

Mediante esse novo cenário, a agricultura vem se tornando gradativamente mais feminina, ressaltando o protagonismo das mulheres. Segundo dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir do Censo Agropecuário de 2017, foi identificado um número crescente de mulheres líderes nas propriedades rurais por todo Brasil. O IBGE verificou que, de um total de 5,07 milhões de pessoas responsáveis pelas produções agrícolas, 947 mil são mulheres, administrando as propriedades rurais brasileiras. A maior porcentagem, 57%, se encontra localizada na região Nordeste, seguida de 14% no Sudeste, 12% no Norte, 11% no Sul e 6% no Centro-Oeste. Mas, ainda de acordo com essa pesquisa, mesmo que o número de mulheres rurais esteja crescendo, elas são minorias como proprietárias, detendo apenas 19%, em comparação aos homens que dispõem de 81% das propriedades rurais (IBGE, 2017).

Mesmo ainda sendo uma minoria em relação aos homens, a atuação das mulheres na agricultura é fortemente marcada por suas ações benéficas às questões sociais, ambientais e econômicas. A este fato, estão as contribuições que elas trazem para que os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴ sejam alcançados. Os 17 ODS abordam os principais desafios para um desenvolvimento sustentável que a população brasileira tem enfrentado. Esses objetivos foram criados pelo pacto global, que foi assinado durante a Cúpula das Nações Unidas, em 2015, pelos líderes de 193 países, através do desenvolvimento da “Agenda 2030”, que consiste em um plano bastante audacioso para se

⁴ Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>.

alcançar até 2030 (BRASIL, 2022). Nesse aspecto, as Nações se comprometeram a unir esforços para acabar com a fome e pobreza extrema, combater a desigualdade e a injustiça, proteger o meio ambiente e o clima e, assegurar que todas as pessoas, em todos os lugares, tenham acesso a prosperidade e paz. Para que essa agenda seja cumprida até 2030, foram criados os 17 ODS, se desdobrando em 169 metas, de modo que o governo possa planejar, implementar, monitorar e controlar políticas públicas que procurem atingir essas metas de maneira mais organizada e homogênea (BRASIL, 2022).

O papel das mulheres na agricultura e, principalmente, na agroecologia tem sido fundamental para que corrobore esses objetivos. Em suas ações cotidianas, podemos observar a colaboração com alguns dos objetivos (FAO, 2018). Quando essas mulheres, através da agroecologia, produzem alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, utilizando seus quintais para gerar renda, por exemplo, estão contribuindo para erradicar a pobreza (ODS 1), diminuir a fome e promover a agricultura sustentável (ODS 2). Além disso, a constante influência das mulheres na luta contra as desigualdades de gênero (ODS 5) tem colaborado com o empoderamento das meninas e mulheres, para além do espaço rural (BRASIL, 2022).

De acordo com a FAO (2018), as mulheres possuem grandes influências para que se alcance até 2030 esses 17 ODS, por intermédio de uma gestão sustentável dos recursos naturais na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), através da forma consciente como realizam suas atividades. Além disso, em suas lutas individuais, que se tornam coletivas, mantém relação direta com as reivindicações sociais e o engajamento de mulheres para que se tornem empoderadas, promovendo a igualdade de gênero.

Em uma das entrevistas, relato, em meu diário de bordo, uma atitude que promove a igualdade de gêneros e o empoderamento das agricultoras:

Achei muito bacana quando Rosa comentou que construiu a sua cozinha industrial para funcionar de forma comunitária, onde ela empresta as mulheres agricultoras da região, para que elas possam fazer o processamento e beneficiamento de seus produtos também, e assim aumentar a sua renda. Uma atitude muito bonita que fortalece outras agricultoras a terem sua autonomia financeira (FERREIRA, 2022).

Nesse sentido, e com o intuito de fortalecer a permanência da mulher na agricultura familiar, o governo federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vem articulando a proposição e implementação de políticas públicas, cujas ações visem combater a pobreza rural, fomentar a SSAN e a sustentabilidade dos sistemas de produção, promovendo o desenvolvimento sustentável, o que consequentemente contribui com os ODS. Dentre os

Programas de apoio à agricultura familiar, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Programa tem como objetivo o financiamento das melhorias e modernizações da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços nos estabelecimentos rurais familiares, favorecendo a geração de renda e facilitando a mão de obra (MATTEI, 2010). Então, a partir deste Programa, foi criado o subprograma Pronaf Mulher⁵, especificamente para que as mulheres agricultoras que integram a unidade familiar, mesmo que não fossem casadas, tivessem mais acesso ao financiamento disponibilizado pelo governo federal (BRASIL, 2022). Esse Programa foi muito importante para que as agricultoras se tornassem mais respeitadas como contribuintes da economia rural, ganhassem visibilidade e voz no setor agrícola, desenvolvendo a sua autonomia na produção alimentar.

De acordo com Tedeschi, (2007), grandes conquistas já foram realizadas pelas mulheres na agricultura. Mas, ainda é preciso lutar por medidas apropriadas que visem eliminar a discriminação contra a mulher nas zonas rurais, a fim de assegurar condições dignas de igualdade entre homens e mulheres e a valorização da sua participação no desenvolvimento rural e seus benefícios. Para tanto, se faz necessário incluir as perspectivas de gênero nas ações institucionais, políticas públicas, programas e estratégias para o desenvolvimento local, proporcionando às mulheres rurais disfrutarem de oportunidades e terem acesso a bens e serviços necessários ao trabalho agrícola, da mesma maneira que os homens (FAO, 2018).

Em concordância com Deere e León (2002), as mudanças se tornarão mais efetivas a partir do momento que essas mulheres se tornarem mais empoderadas em seu lugar de direito na agricultura. Sendo esse empoderamento um processo constante que se consolida quando elas encontram apoio na coletividade de mulheres e quando elas têm acesso ao conhecimento, construído de forma social e coletiva, através da educação, formal ou informal (SANTOS; SCHOTTZ, 2021). E também, através do autorreconhecimento como agricultoras, do acesso e controle da própria renda e em ações e projetos voltados para as mulheres rurais.

2.1.2 O papel das mulheres na Agroecologia: a construção de um cenário de esperança

“Sem feminismo não há Agroecologia!”

⁵ Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>>.

Não há como falar em agroecologia sem falar sobre o feminismo e os direitos das mulheres. Existe um vínculo muito forte que liga a agroecologia ao feminismo, por isso é muito comum nos depararmos com o lema “Sem feminismo não há Agroecologia”, criado pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA)⁶. Dessa forma, abordarei neste item a relação que as mulheres mantêm com os princípios da agroecologia.

É importante trazer inicialmente nesta discussão o conceito de agroecologia. Visto que, existe uma simplificação do amplo significado do termo, trazendo muitos equívocos que “prejudicam o entendimento da Agroecologia como ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 6-7).

Nesta perspectiva, a agroecologia não deve ser considerada um sistema de cultivo, uma tecnologia específica, um movimento filosófico e, nem tão pouco, uma prática agrícola, como muitos pensam. Segundo Gliessman (2000), é uma ciência que deriva da ecologia e da agronomia, com enfoque científico, e que se propõe pensar a sustentabilidade como um todo. Mas, a agroecologia se apresenta mais do que uma ciência e traz consigo uma proposta multidisciplinar, sendo “uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2004, p. 23). É um campo plural que também traz o adensamento do conhecimento científico e popular. Por isso, no decorrer desta discussão irei agregando camadas ao conceito, trazendo uma (re)visão histórica.

No final da década de 1920, os ecologistas tentaram realizar uma junção entre a ecologia e a agronomia e, na década de 1930, propuseram o termo “agroecologia” aplicado à agricultura. Entretanto, com o desenvolvimento do conceito de ecossistema, na década de 1950, começa a emergir um interesse na ecologia de cultivo, surgindo trabalhos com a denominação de ecologia agrícola. A partir de então, o conceito de ecossistema proporciona a base para examinar a agricultura sob uma perspectiva ecológica (GLIESSMAN, 2000). Entre 1960 e 1970, o termo agroecologia ganha mais força, se tornando popularizado a partir de vários estudos publicados pelos pioneiros Miguel Altieri (2004) e Stephen Gliessman (2000), das universidades da Califórnia. Na década seguinte, o conceito se torna ainda mais conhecido e foi disseminado pela América Latina e Europa (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2004).

⁶ Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2018/09/05/sem-feminismo-nao-ha-agroecologia-2/>>.

Em suas pesquisas, Altieri (2004) utiliza a denominação de agroecossistema para os sistemas agrícolas pois, em seu entendimento, a agricultura é vista como um ecossistema, o que facilitou ainda mais o entendimento das relações humanas com os sistemas de cultivos baseados na ecologia.

Nesse aspecto, Siliprandi (2009) define agroecossistema como:

um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão) onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entenderem essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agrônômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura (SILIPRANDI, 2009, p. 109).

Portanto, os sistemas produtivos, vistos dessa forma, estão centrados na agroecologia que “deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes” (ALTIERI, 2004, p. 23). Assim, o conceito de agroecossistema se torna elemento-chave na estruturação da agroecologia como campo de conhecimento. Dessa forma, “a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam” (ALTIERI, 2004, p. 23).

Na década de 1980, com a intensificação dos debates sobre os efeitos do pacote tecnológico implantado pela Revolução Verde, “a agroecologia tinha emergido como uma metodologia e uma estrutura básica conceitual distintas para o estudo de agroecossistemas” (GLIESSMAN, 2000, p 56). Ainda nesse período, a agroecologia também teve forte influência sobre a conceituação do termo sustentabilidade na agricultura, que é hoje bastante difundido em discussões sobre sistemas alternativos de cultivo. A palavra sustentabilidade pode proporcionar diferentes significados para diferentes pessoas. Ainda assim, de modo geral, tem em sua base a ecologia. Em seu sentido literal, o termo sustentabilidade traz a noção da capacidade de sustentação de um sistema. Em princípio, é uma versão do conceito de produção sustentável (GLIESSMAN, 2000).

Para Gliessman (2000, p. 56), a agroecologia é ao mesmo tempo um “estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro lado, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável”.

Desta maneira,

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Consequentemente, as novas concepções teóricas se desenvolveram à medida que cresciam os diferentes movimentos de resistência ao modelo agrícola tecnológico. Assim, observa-se, nesse período, uma maior sensibilização de ambientalistas, pesquisadores, agricultores familiares e da população em geral que estava preocupada com os riscos e problemas que os insumos químicos poderiam trazer para à saúde humana e ambiental. Nesse sentido, as CEBs, juntamente com as igrejas, contribuíram excepcionalmente para o enraizamento, no cotidiano rural, do movimento agroecológico. Profissionais das ciências agrárias ligados às igrejas, que tiveram apoio internacional, elaboraram projetos técnicos locais e regionais e auxiliaram nas lutas dos movimentos sociais e de agricultores familiares para difundir a agroecologia (CARNEIRO et al., 2015).

Logo, a agroecologia passou a se afirmar como referência de princípios e técnicas que reforçam o protagonismo dos agricultores e, principalmente, das agricultoras familiares, na transformação de seus processos produtivos. Uma das principais características trazidas por esta nova ciência foi a enunciação desse protagonismo que, de acordo com Siliprandi (2009):

será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção da suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de co-evoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas se propõem a ter, portanto, um caráter emancipatório e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximaram-se politicamente das lutas por eco-justiça (SILIPRANDI, 2009, p. 108).

Há um bom tempo a humanidade vem buscando formas sustentáveis de produzir alimento que seja menos agressiva ao meio ambiente. E, a mulher, principalmente a ligada ao campo, sempre teve um papel muito importante na sustentabilidade da vida, na conservação dos recursos naturais e da biodiversidade. Intuitivamente, no passado, elas já praticavam a agroecologia, quando realizavam a seleção de sementes, a domesticação de espécies e quando asseguravam a qualidade da dieta familiar, através da introdução de diferentes plantas (REED, 2008; GARCIA, 2009). Elas já entendiam a dinâmica de se produzir em sintonia com a natureza

e a importância da estabilidade do ecossistema e da biodiversidade, muito antes da denominação da agroecologia como uma nova ciência. Assim, a agricultura nos primórdios já utilizava técnicas adaptativas de acordo com as variações ambientais, que foram se acumulando e aperfeiçoando ao longo dos tempos em suas práticas. Portanto, os princípios e métodos com enfoques ecológicos já eram utilizados muito antes do aparecimento do conceito de agroecologia. Então, com o surgimento do conceito houve apenas um resgate das práticas agrícolas tradicionais que foram sufocadas pela introdução de métodos e técnicas modernas (GLIESSMAN, 2000).

Com a implantação do agronegócio, grandes concentrações de terras ficaram sob o poder de uma minoria, que produz visando somente a exportação (as famosas *commodities*), o que gera um cenário desolador no país; a grande maioria da população passando fome, enquanto tem crescido o poderio agroexportador. Isso é preocupante, pois, existe no país um grande potencial para produzir alimento que extermine a fome, inclusive do mundo. No entanto, a má distribuição de terras, de recursos financeiros e a ambição egocêntrica, frutos de nossa herança colonial e agravada pelo sistema capitalista, coloca em segundo plano o investimento em uma agricultura pautada na produção alimentar para nossa própria população. Além disso, os efeitos socioambientais, causados pelo agronegócio, estão aumentando cada vez mais (CARNEIRO et al., 2015).

De acordo com Santos (2019) e Siliprandi (2009), quem mais se identifica com a agroecologia são as mulheres, não por acaso, mas pelas simples práticas agroecológicas que, naturalmente, elas já realizam em seus afazeres domésticos, em seus quintais e suas hortas. Dessa forma, em seus territórios e espaços íntimos, protegem a integridade dos recursos naturais por meio de seus saberes e conhecimentos tradicionais. Através da agroecologia, essas mulheres adquirem técnicas, ferramentas e metodologias necessárias para que consigam desenvolver uma produção estável, mantendo a integridade dos recursos naturais e estimulando uma relação harmônica entre os agroecossistemas, os seres humanos e o ambiente (ALTIERI, 2004).

Interessante observar que, na fala das agricultoras Rosa e Violeta, a ideia de que são as mulheres que mais se identificam com a agroecologia:

Uma coisa pelo pouco que eu conheço, que eu vejo, eu já vi que a maioria das agriculturas orgânicas ou agroecológicas são as mulheres. Porque os homens acham que a agricultura convencional vende mais, e é ilusão deles. Mas, as mulheres não, as mulheres são mais concentradas na agricultura agroecológica. Tem a visão do contato com a natureza, tem a visão da saúde. Principalmente da saúde da mulher. A mulher se trata muito com remédio caseiro (ROSA, 2022).

Violeta também expressa que: *“Os homens têm a cabeça fechada, ele só vê só o da frente, ele num vê [sic] o que pode acontecer com ele comprando veneno. Porque quando eles compram veneno, quando ele joga o veneno na planta, ele tá jogando veneno no ar, veneno nele, na família dele, em tudo”* (VIOLETA, 2022).

No entanto, por muito tempo, foi construída toda uma cultura de exploração. Exploração da natureza, dos animais, da terra, de todos os recursos naturais e, também, das mulheres. As mulheres sempre foram exploradas pela cultura patriarcal, que impôs ao feminino toda responsabilidade do trabalho reprodutivo. Coube às mulheres gerar filhos e educá-los para integrar a mão de obra necessária ao sistema capitalista. Tudo tinha e, ainda tem, que virar lucro nesse sistema que explora e exclui as mulheres (REED, 2008).

Conforme abordado anteriormente, as relações de poder no meio rural são marcadas pelas desigualdades de gêneros. O aprofundamento sobre essa problemática me fez entender a importância de programas de pesquisas e propostas de intervenção na construção do desenvolvimento rural sustentável que valorize a mulher. Mas, pude notar que, em muitos trabalhos sobre agroecologia, a mulher permanece na invisibilidade, sendo que, na maioria das vezes, são elas que assumiram os papéis de liderança nos sistemas de conversão das práticas agrícolas convencionais para as de base agroecológicas (SANTOS, 2019). Em concordância com Siliprandi (2009), é fundamental ter em mente que a base patriarcal dos paradigmas, modelos, processos, políticas e projetos necessita ser desmontada, por excluírem as percepções e prioridades femininas na hora de definir questões socioeconômicas. Não podemos omitir as reflexões sobre as questões de gênero nas diversas áreas, mas, especificamente, na agricultura.

Outra característica extremamente importante da agroecologia é a junção dos sistemas ecológicos e sociais e as relações que os agentes sociais mantêm com o ecossistema. Em sua essência, também abrange as dimensões políticas, culturais e éticas. Apresenta-se como uma proposta que quebra as barreiras impostas pelo discurso agrônomo convencional, que foi implantado pela Revolução Verde. Além disso, propõe a diversificação das atividades dos agroecossistemas, a valorização dos saberes, das experiências e das tarefas cotidianas, proporcionando o empoderamento das mulheres através do acesso à renda própria (SILIPRANDI, 2009). Dessa forma, as mulheres, por meio dos sistemas agroecológicos, protagonizam suas lutas, focalizando em um mundo mais justo e igualitário para todas e todos, em todos os espaços, momentos e territórios.

Desde o final da década de 1990, começaram a emergir uma série de iniciativas que visavam as instituições de ensino e pesquisa, os setores que trabalhavam sob as temáticas sociais, de gênero e raça, relacionadas à agroecologia, com o intuito de fortalecer experiências

e influenciar na criação de políticas públicas. Nesse caminho, em 2002, foi criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e ocorreu a organização em âmbito nacional dos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs). Posteriormente à criação da ANA, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2003, e, em 2004, a fundação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)⁷, que também tem grande influência na construção e consolidação do conhecimento agroecológico. O desenvolvimento de espaços acadêmicos para a discussão e divulgação da agroecologia, sob o enfoque técnico-científico, envolvendo pesquisadores, técnicos, estudantes, agricultores e agricultoras, tem contribuído, desde então, para o fortalecimento da agroecologia como um campo multidisciplinar (CARNEIRO et al., 2015).

Em síntese, a ANA tem grande importância como uma unidade política de diálogo entre o governo e a sociedade, sendo fundamental como um ambiente que articula e reúne “movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira, engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural” (ANA, 2022, s/p).

Em sua organização conta ainda com Coletivos e os GTs: “atualmente, estão ativos os GTs de Biodiversidade, Mulheres, Juventudes e Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), o Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e a Coletiva de Comunicação” (ANA, 2022, s/p). À vista disso, em 2004 foi criado o GT Mulheres da ANA, que se une às mulheres de diversas organizações e movimentos na luta pela sustentabilidade da vida. Desde então, tem contribuído com a luta das mulheres do campo para o despertar do reconhecimento do seu trabalho, coordenando as experiências agroecológicas das mulheres (ANA, 2022).

Em sua principal linha de trabalho estão,

a construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação (ANA, 2022, s/p).

A partir de então, surge no Rio de Janeiro a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), como “um movimento de organizações da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências procura se articular no estado com

⁷ Disponível em: <<https://aba-agroecologia.org.br/sobre-a-aba-agroecologia/sobre-a-aba/>>.

o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas” (AARJ, 2022b, s/p). Essa Articulação atua em seis regiões do Estado: Costa Verde, Médio Paraíba, Metropolitana, Norte Fluminense, Serrana, Serramar. Cada território, em suas particularidades, desenvolve ações que demonstram e afirmam autonomia e sustentabilidade em suas práticas agrícolas (AARJ, 2022b).

Associado ao GT da ANA, em 2013 é criado o GT Mulheres da AARJ. O grupo está focado no feminismo, na economia solidária e no bem-estar. Tem como objetivo fortalecer e apoiar as trocas de experiências agroecológicas. Em sua composição, os GTs são sempre bem heterogêneos, contando com agricultoras do campo e da cidade, assentadas da reforma agrária, indígenas, quilombolas, artesãs, técnicas, pesquisadoras, estudantes e ativistas. Em sua articulação, estão presentes os temas voltados para as questões de gênero, racial, socioeconômicas, de saúde, de meio ambiente, e da SSAN (AARJ, 2022a).

Em consonância com essas iniciativas agroecológicas no Rio de Janeiro, na Região Serramar é formada a Articulação de Agroecologia Serramar (AASM). Nesse cenário, se origina o GT Mulheres da AASM, em 2017, que “está inserido em uma estratégia mais ampla de auto-organização nos diversos espaços e redes regionais/estaduais que constituem a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)” (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 82). Essa auto-organização das mulheres em grupos, ligadas à agroecologia, permite a construção de um caminho que possibilita a transformação de suas vidas, trazendo renda e dignidade.

O movimento das mulheres do campo, como sujeito ativo no processo de mudanças no setor agrícola, trouxe grandes contribuições para o desenvolvimento de ações, projetos e políticas públicas, cujas concepções alternativas contribuíram e ainda contribuem com o desenvolvimento sustentável. Em suas mobilizações não estavam só a reivindicação dos seus direitos e benefícios, mas também, a luta política pela valorização dos agricultores familiares e dos saberes dos povos tradicionais, indígenas e extrativistas, por exemplo (AZEVEDO, 2019).

Por conta desse protagonismo das mulheres em movimentos sociais rurais, e como resultado da Marcha das Margaridas de 2011, no ano seguinte, foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Essa política tem como objetivo a implementação de iniciativas, ações e programas que visam a transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica como contribuição para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é possível promover a qualidade de vida da população, através do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (SAMBUICHI et al., 2017). Uma política importante para os consumidores, produtores orgânicos e agroecológicos, visto que o Brasil é campeão no consumo de agrotóxico, com um forte crescimento no atual governo (CARNEIRO, et al., 2015). Vale ressaltar que, essas são só

algumas das muitas ações, iniciativas e políticas públicas criadas no decorrer da trajetória agroecológica. Destaquei aqui nesta pesquisa somente as que julguei relevantes na história de vida das agricultoras participantes do estudo.

Indubitavelmente, o enfoque agroecológico vai dialogar favoravelmente com os movimentos sociais que representam as “minorias” e buscam por um estilo de agricultura mais sustentável, que articula a ciência, a história das lutas de libertação e os saberes locais sobre o manejo dos recursos naturais. Além de ser um palco muito propício para discutir a força das mulheres rurais. A partir do fortalecimento dos movimentos agroecológicos, ganham ainda mais destaque as lutas das mulheres rurais para saírem da invisibilidade, o que contribui para a sua valorização, lhes trazendo autonomia financeira e novas perspectivas de vida. Logo, as mulheres encontram nas práticas agroecológicas, a libertação de muitas amarras patriarcais, culturais, sociais e econômicas.

Em suma, compreendo que a agroecologia é mais do que uma ciência, é também um projeto de vida, que visa por transformar as relações entre as pessoas, o sistema de produção e a natureza, alicerçada nos princípios da autonomia, da igualdade, da solidariedade e da justiça. Dessa maneira, a perspectiva feminina é representada na agroecologia, buscando a transformação do modelo socioeconômico, o que representa um cenário de esperança para nossa sociedade. Por isso, traz dentro da concepção de trabalho, além do seu valor monetário de mercado, as experiências e relações de afeto e cuidado.

A legitimidade das mulheres é reafirmada pelos marcos e processos citados ao longo do texto que foram conquistadas graças às suas ações reivindicatórias, durante a trajetória da agroecologia. Todavia, as mulheres precisam estar em vigilância constante para não correr o risco de retroceder os avanços. Assim, a perspectiva agroecológica proporciona às mulheres um potencial emancipatório, por reconhecer os seus saberes e valorizar o seu conhecimento e trabalho. Nesta perspectiva, o diálogo permanente entre os movimentos feministas e agroecológicos tem estreitado, além das desigualdades de gênero, as desigualdades econômicas, culturais, étnicas, sociais e políticas. Além disso, tem ampliado o debate sobre as questões relacionadas à agricultura familiar, ao racismo e à soberania alimentar. Sem dúvida, os GTs se destacam como força de junção dos diferentes movimentos de mulheres ligados ao ambiente rural. Além de ser uma ponte que interliga conhecimento popular e acadêmico, informação, troca de experiências, afetividade, geração de renda e soberania alimentar.

2.1.3 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: mulheres gerando alimento a partir de seus quintais

A alimentação é uma das necessidades biológicas básicas e um direito do ser humano. É através dela que é possível fornecer energia e nutrientes que o nosso corpo necessita para se desenvolver. Mas, para manter em dia a saúde física e mental, não basta só se alimentar de qualquer alimento. Antes de mais nada, o que se prega atualmente, é que, para ter uma alimentação verdadeiramente saudável é preciso investir em alimentos diversificados, *in natura* e livres de resíduos químicos e contaminações (CARNEIRO, et al., 2015). Porém, nas condições atuais, isso nem sempre é possível. Com a alta dos preços, a gritante desigualdade socioeconômica e o novo cenário imposto pela pandemia da Covid-19⁸, milhões de pessoas não tem acesso a sequer uma alimentação básica por dia. O que vemos é um sistema de produção alimentar contraditório: abundância de alimentos e fome ao mesmo tempo (REDE PENSSAN, 2022).

Depois do Brasil ter sido referência internacional no combate à fome, entre 2004 e 2013 (BRASIL, 2014), nesse cenário em que o país se encontra, o problema da fome voltou a assombrar os discursos públicos. Já são 33,1 milhões de pessoas passando fome, de acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela rede PENSSAN (REDE PENSSAN, 2022). Além de toda crise econômica que a pandemia deixou, o sucateamento de políticas públicas e programas de apoio à agricultura familiar e à proteção e à promoção da SSAN, deixou a população ainda mais refém da fome. Ainda segundo a pesquisa realizada pela Rede PENSSAN, a Insegurança Alimentar (IA) também está centrada no gênero, afirmando que os lares chefiados por mulheres estão dentro dos que mais passam fome: “6 de cada 10 lares comandados por mulheres convivem com a insegurança alimentar” (REDE PENSSAN, 2022, p. 50). Somado a isso, ainda temos as questões raciais, econômicas, de grau de escolaridade e de localidade. Nosso país possuía grande notoriedade no que tange às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar, mas, que foram extintas no período pandêmico, durante o governo de Jair Bolsonaro (REDE PENSSAN, 2022).

Além das mulheres, a população da agricultura familiar, que é um dos pilares da SSAN, abastecendo o mercado interno, também está entre quem mais tem passado fome nos últimos

⁸ A pandemia COVID-19 causada pelo novo coronavírus chamado de SARS-CoV-2 estava em curso durante a realização dessa pesquisa.

tempos. Parece irônico, mas quem planta tem cada vez menos o que comer. Segundo a Rede PENSSAN (2022):

Entre os domicílios rurais, o segmento da agricultura familiar sofreu o impacto da crise econômica, mas foi especialmente afetado pelo desmonte das políticas públicas voltadas para o pequeno produtor do campo. As formas mais severas de IA (IA moderada ou grave) estavam presentes em cerca de 38,0% dos domicílios de agricultores(as) familiares/ produtores(as) rurais. A prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações (REDE PENSSAN, 2022, p. 41).

A fome constitui-se numa problemática mundial que a Revolução Verde prometeu resolver e que exige uma profunda reflexão no contexto dos direitos individuais. Esse modelo apenas fomentou a mecanização da produção agrícola com a introdução de sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos, e causou extrema desigualdade social e prejuízos ambientais (MOREIRA, 2000). Essa modernização no setor agrícola favoreceu o fortalecimento e o surgimento dos grandes latifundiários e das indústrias de insumos, deixando o pequeno produtor dependente de seus produtos. E, conseqüentemente, consolidando as monoculturas e não promovendo a segurança alimentar para os sujeitos sociais. Nesse sentido, fica nítido que o progresso econômico não consegue acompanhar a resolução de muitos problemas sociais, como a fome (MATOS, 2011).

A ideia de segurança alimentar é usada há muito tempo para se discutir a fome no mundo. No começo, o conceito padrão significava disponibilidade contínua de alimentos básicos. Passou a ser amplamente utilizado logo após a Primeira Guerra Mundial, na Europa, diante da necessidade de garantir a autossuficiência alimentar da sua população. O conceito se tornou popular e foi associado à segurança nacional da quantidade permanente e qualidade adequada dos alimentos até 1970. Neste período, esteve largamente associado à escassez de estoque de alimentos em relação à produção agrícola (SILVA, 2014).

O crescente debate em torno das preocupações com a fome no pós-guerra deu forças para a realização da Conferência de Alimentação de Hot Springs, nos Estados Unidos, em 1943. Esta teve como desdobramento a criação de uma agência especializada das Nações Unidas, intitulada Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization* - FAO), em 1945, estando presente no Brasil desde 1949. No sentido de erradicar a fome no mundo e combater a pobreza, a FAO hoje é referência como a principal iniciativa de articulação que presta assistência aos seus países membros. Em seu papel, preocupada com a segurança alimentar das nações, auxilia os países na elaboração de estratégias e ações para um desenvolvimento econômico, político e social sustentável, visando

proporcionar o desenvolvimento agrícola e melhorias alimentares e nutricionais. Logo em seguida, em 1974 foi realizada a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em Roma, em um momento em que a escassez alimentar era ainda mais severa. Isso favoreceu o discurso da modernização do setor agrícola, dando ainda mais impulso à Revolução Verde (SILVA, 2014).

Em 1996, a FAO promove a Cúpula Mundial da Alimentação (CMA), associando o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à garantia da SAN. O DHAA reconhece que a alimentação adequada em termos de quantidade e qualidade nutricional é uma necessidade básica e um direito do cidadão, devendo ser garantido pelo Estado. Após a criação da FAO, o debate em torno da fome ganha dimensões econômicas, políticas e sociais, sendo reconhecido que a fome estaria intrinsecamente relacionada com a pobreza (SILVA, 2014).

A partir de então, começaram a surgir muitos movimentos sociais que impulsionaram ações, programas e políticas públicas para tentar tirar o Brasil do mapa da fome. Em uma dessas iniciativas, houve a criação, em 1993, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que foi extinto em 2019 pelo governo de Jair Bolsonaro⁹. Sua função era promover a articulação entre os governos municipal, estadual e federal e a sociedade civil. Ademais, realizar ações de combate à fome com trabalhos sendo desenvolvidos em torno da alimentação saudável, como o incentivo à agricultura sustentável, além de cobrar do governo soluções estruturais. O CONSEA foi muito importante para a população por promover a participação da sociedade na elaboração, na fiscalização e no julgamento de políticas públicas voltadas a impulsionar a SAN. Além do CONSEA, muitos avanços ocorreram no país em relação à proteção e à garantia do DHAA, como a sua inclusão na Constituição de 1988 (SILVA, 2014).

Também ocorreu a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), em 2006, que logo em seguida instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) (MOURA, 2017). Outro marco no combate à fome foi a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), como o “conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para a população, promovendo a nutrição e a saúde. Deve ser sustentável, articulando condições que permitam sua manutenção a longo prazo” (CONSEA, 2007, p. 7). Além disso, outras políticas públicas e programas, de fortalecimento da agricultura familiar, como o inicial Fome Zero, posteriormente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tiveram grande impacto na trajetória do combate à fome (SAMBUICHI et al., 2017).

⁹ Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/destaques/161-noticias-destaques-grande/1796-extincao-do-consea>>.

É interessante observar que, com o passar do tempo, o conceito de SAN foi ficando mais completo e, principalmente, a partir da criação da LOSAN. Assim, ficou estipulado que,

segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006b, art. 3º).

No Brasil, o conceito de SAN se encontra em constante estruturação, com a introdução de um novo conceito, o de Soberania Alimentar, que vai muito mais além do que o conceito inicial de segurança alimentar. A soberania exige que se considere as relações socioeconômicas que estão por trás da oferta de comida. Leva em consideração as diferentes situações em cada território e, inclusive, a cadeia de produção, para que tenha trabalhadores em condições dignas, em uma lógica cada vez mais ecológica. Mesmo parecendo um novo conceito, este já era utilizado na década de 1980, mas foi popularizado através da Via Campesina, em 1990, sendo definido em 2001, durante o Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Cuba (ALTIERI, 2012).

Segundo o CONSEA (2007, p. 6), “cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda população (soberania alimentar), respeitando as múltiplas características culturais dos povos”. Em sua proposta, a soberania alimentar exige enxergar os alimentos a partir de um conjunto de etapas para a produção e consumo, centrada na justiça social para quem produz e consome. Por essa razão, Altieri (2012, p. 30), pontua que “a soberania alimentar foca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor”. É um paradigma que entende que a produção alimentar deve estar em harmonia com a natureza, por esse motivo a agroecologia é elemento central nesse novo conceito.

As crises climáticas que o mundo tem enfrentado revelam o quão vulneráveis são os sistemas agroalimentares em sua função de fornecer alimento em quantidade e qualidade para as populações de todas as nações. Arelado a isso, tem ganhado força a noção popular sobre SSAN, aliado, principalmente, ao protagonismo das mulheres na agroecologia como sinônimo de alimento saudável. Nesta perspectiva, os fundamentos da agroecologia também vêm ao encontro da noção de sustentabilidade, intimamente relacionados ao conceito de SSAN. Assim, tem estado cada vez mais em pauta, repensar a produção e o consumo alimentar sob a

perspectiva da agroecologia, tendo como princípio a qualidade da vida humana e o meio ambiente, considerando o direito humano à alimentação adequada.

Há um bom tempo que o ato de comer deixou de ser um simples processo nutritivo e se tornou símbolo de ativismo ético, ambiental, social e político. As pessoas se sentem cada vez mais pressionadas a comer de forma saudável e sustentável. Mas, infelizmente, grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros contêm um grau de contaminação por agrotóxicos acima dos admissíveis ou resíduos de produtos não autorizados para consumo (AZEVEDO, 2019). Isso é apenas uma das consequências da modernização da agricultura, que trouxe um pacote de produtos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos. Estes são constantemente utilizados de forma indiscriminada, devido principalmente à falta de fiscalização e assistência técnica adequada aos agricultores familiares. Importante ressaltar que, o uso indiscriminado dos agrotóxicos põe em risco os trabalhadores rurais, a saúde da população, contamina o meio ambiente, além de causar sérios impactos à biodiversidade (CARNEIRO et al., 2015). Nesta perspectiva, a população tem aumentado cada vez mais a sua sensibilização quanto aos perigos dos agrotóxicos e dos OMGs na alimentação, o que tem aumentado o consumo de produtos orgânicos e agroecológicos paulatinamente.

É importante esclarecer que, apesar das duas formas de produção serem consideradas sinônimos de alimentos saudáveis, existe uma diferença entre elas. Ambas as formas são produzidas através da agricultura familiar, mas a principal diferença entre agroecologia e produção orgânica está na forma como se produz. Dessa maneira, a agricultura orgânica pode ser entendida como uma prática de valor, onde não se utiliza insumos químicos para produzir o alimento. É um conjunto de técnicas, normas e procedimentos, que visam produzir alimento saudável e conservar o ambiente e que está focada na ciência do solo, nos princípios de equidade, justiça social e na saúde ambiental e humana. E, para que os produtos sejam comercializados como orgânicos necessitam passar por um processo de certificação, que pode ser por auditoria ou participativa, através das certificadoras credenciadas e fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Não cabe aqui nesta discussão, entrar em detalhes sobre a história do movimento da agricultura orgânica. Mas, resumidamente, este se iniciou por volta de 1940, com os estudos sobre o solo do agrônomo inglês Sir Albert Howard (SAMBUICHI et al., 2017).

Já a agroecologia, conforme já foi discutido anteriormente, é uma ciência multidisciplinar, cujo princípios estão centrados na Ecologia. Busca o entendimento do funcionamento do agroecossistema, com produção de culturas diversificadas, de forma que haja uma harmonia nas relações como um todo: plantas, animais, homem e ambiente. Todos

coexistindo e se beneficiando mutuamente. É um movimento social que une saberes acadêmicos e populares, levando em consideração as trajetórias das famílias. Além disso, as questões ligadas à agricultura familiar e à soberania alimentar são destaques nessa forma de produção. Os produtos também são certificados pelo MAPA, porém, o processo de certificação é menos rígido, ocorrendo de forma participativa (GLIESSMAN, 2000; ALTIERI, 2004).

Traçando um paralelo à realidade dos alimentos saudáveis, nos espaços rurais emergem os quintais produtivos. Estes se constituem como uma potência para resguardar a soberania alimentar, o acesso a uma alimentação saudável adequada, o desenvolvimento da economia local e o empoderamento de mulheres, gerando autonomia e independência financeira. Segundo as pesquisadoras envolvidas no projeto das Cadernetas Agroecológicas do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), em Minas Gerais, o quintal é um “local de trabalho e experimentação, de forma autônoma da mulher, para produção da agrosociobiodiversidade, soberania e segurança alimentar” (ALVES et al., 2018a, p. 10). Essa definição foi importante para que se unificasse o termo quintal nas diferentes regiões do Brasil.

Para a mulher rural, o quintal representa um espaço de renda e liberdade, tanto financeira quanto alimentar, pois além de poder vender o que se produz, também é possível alimentar a sua própria família (SILVA; ANJOS; ANJOS, 2016), evitando assim a compra de muitos produtos:

Do meu quintal eu aproveito tudo, pra consumir e vender. Tem a jaca que vendo a jaca e faço carne de jaca. O coco que eu vendo a fruta, a água de coco e também faço óleo de coco. Tem as mangueiras que vendo a manga. Tem o abacate que também vendo a fruta. Tem o pé de ora-pro-nóbis, que também vendo. E aí, tem as galinhas que põe ovos e dá pra vender e consumir. E o espaço da hortinha que tá desativada no momento, mas vou refazer. Tem maracujá, tem laranja que plantei. (MARGARIDA, 2022).

No atual cenário alimentar em que o Brasil se encontra, isso representa uma fuga do sistema capitalista e do agronegócio, que deixa milhões de brasileiros passarem fome. A segurança alimentar começa nos quintais, onde é possível manter uma pequena diversidade produtiva de fácil acesso, utilizando os princípios básicos da agroecologia. Assim, os quintais representam um importante espaço que integra vários subsistemas, como jardim, hortas, fruteiras, plantas medicinais e a criação de pequenos animais. Também, é nesse espaço que as mulheres socializam suas produções, podendo trocar excedentes, doar e compartilhar experiências, práticas agroecológicas e mudas. Para além do valor monetário, de compra e venda dos quintais, também estão presentes as relações de solidariedade para a manutenção da vida comunitária (ALVES et al., 2018b). Além do mais, é um espaço que movimenta a

economia local, pois é possível vender na própria região tudo que o quintal produz, conforme a entrevistada Margarida afirmou e enfatizou em uma de suas falas: “*comida sempre vende, sempre tem quem compre*” (MARGARIDA, 2022).

Os quintais permitem “otimizar o uso de recursos disponíveis no próprio local combinando os diferentes componentes do sistema agrícola, isto é, plantas, animais, solo, água, clima e população, de modo que estes complementem uns aos outros e que tenham o maior sinergismo possível” (ALTIERI, 2004, p. 110). Representam um espaço estratégico gerido pelas mulheres que contribuem para que as metas dos ODS sejam alcançadas. Através dos quintais, as mulheres estão resgatando culturas alimentares, difundindo práticas agrícolas de conservação e uso de sementes crioulas ou tradicionais, defendem seus territórios e mantêm uma relação harmoniosa com a natureza. Dessa forma, estão diminuindo a fome e praticando uma agricultura sustentável, perspectivas essas presentes no ODS de número 2: Fome zero e agricultura sustentável (BRASIL, 2022).

Segundo a FAO (2018), as mulheres por si só, produzem cerca da metade dos alimentos no mundo, mas ainda estão sendo desvalorizadas e pouco representadas no poder público, nas políticas e programas destinados à agricultura familiar. Às mulheres dos espaços rurais foram destinadas o cultivo de hortas, criação de animais, beneficiamento de alimentos, panificação e derivados de leite, artesanato, e até mesmo o trabalho das lavouras, mas sem remuneração, além de realizar seus próprios serviços domésticos e para terceiros. Frequentemente, essas mulheres não recebiam remuneração pelos serviços prestados e ficavam dependentes economicamente de seus familiares homens (TEDESCHI, 2007). Todas essas tarefas, que são monetizadas, não eram “vistas” pelos homens e muitas vezes nem mesmo pelas próprias mulheres, por não terem uma ferramenta de controle visível.

Nesse sentido, surgiram as Cadernetas Agroecológicas em 2011, através do Programa Mulheres e Agroecologia, do CTA-ZM, em Minas Gerais, em parceria com as agricultoras da região, mulheres do GT da ANA. O intuito foi de criar as cadernetas como instrumento de construção de ações afirmativas para a igualdade de gênero e para tirar as mulheres da condição de invisibilidade e submissão, para que elas “pudessem registrar todo o seu trabalho no quintal e também a sua produção de artesanato e assim conseguissem visualizar o trabalho que realizavam diariamente” (ALVES et al., 2018a, p. 2).

Dentre seus principais objetivos estão:

Ser um instrumento simplificado para a mensuração da produção das mulheres; sistematizar os resultados econômicos, monetários e não monetários, do trabalho das

agricultoras familiares e camponesas; dar visibilidade à contribuição das agricultoras na manutenção da unidade produtiva, promovendo a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional e a geração de renda (ALVES, et al., 2018a, p. 6).

A Caderneta Agroecológica enquanto “instrumento político-pedagógico”, é mais do que um recurso metodológico, onde essas mulheres anotam tudo o que se produz, vende ou doa. Além do registro da renda direta e indireta, este recurso trouxe autonomia e empoderamento para as mulheres. Assim, a partir do momento em que as mulheres passam a ter consciência de suas capacidades e potencialidades, elas deixam a zona da submissão e tomam controle da sua própria vida, se empoderando, gerando autonomia no sustento da família, ressignificando seus espaços, alcançando visibilidade e poder (ALVES et al., 2018a).

Sobre a importância da Caderneta Agroecológica, Margarida relata com satisfação e alegria ter participado do seu desenvolvimento em uma vivência em Minas Gerais e reforça a importância da sua utilização para dar visibilidade ao seu trabalho (Figura 1):

Em 2014, quando eu fui para uma vivência em Minas Gerais, a gente recebeu uma caderneta que hoje, vez ou outra até passa aí a importância da caderneta das mulheres, que chamam de cadernetas dos quintais. E eu fiquei muito feliz porque eu ajudei, é. Quando a gente foi pra Minas, né, foi para ajudar a elaborar essa caderneta. E hoje essa caderneta, ela tá aí, né, funcionando, ajudando. É a caderneta que ajuda a viabilizar o trabalho das mulheres nos seus quintais. E essa caderneta, quando nós mulheres recebemos é anotar o que a gente consegue, né, dentro do nosso quintalzinho, né, produzir e vender. E vai pra além de produzir e vender. Vai pra [sic] o produzir, vender, trocar, dar ou doar, né. [...] Essa caderneta foi de suma importância pra gente e mostrar pra mulherada quanto que a gente consegue, às vezes só num pedacinho pequenininho, ou plantando na laje, ou separei ali um pedacinho enquanto fiz a minha horta, né [...]. (MARGARIDA, 2022).

Figura 2 – Caderneta agroecológica da Margarida

Qnt	Consumiu	R\$	Qnt	Deu	R\$	Qnt	Trocou	R\$	Qnt	Vendeu	R\$
5K	Tarôta		3K	Mandras	4,50				4K	Sabão Branco	20
10	Banana		10	Banana	2,50				2K	EM PO	4,00
30	Manga		2K	Tarôta	2,00				3K	SB Líquido	15
8K	Batata doce								30	Caculêdo	30
15	Coco Verde								16	Banana	40
10	Coco Seco								5K	Manga	20
3K	Abacaxi								6K	Tarôta	12,00
2K	Salta								16	Castanha	30
4K	Quijano								10	Quijano	30

Qnt	Consumiu	R\$	Qnt	Deu	R\$	Qnt	Trocou	R\$	Qnt	Vendeu	R\$
50	Lula		5K	Pimenta	10,00	1K	Melancia Doce	20,00	2K	Abacaxi	20
30K	Beterrã		1K	Abacaxi	2,00		Brinquido		1K	Pimenta	2,00
1K	Pimenta		5K	Lula	10,00				3K	Canola Verde	6,00
5K	Lula		1K	Manga	2,00				2K	"Lula	4,00
3K	Manga		15K	Coco Verde	30,00				5K	"Manga	10,00
3K	Coco Verde		5K	Lula	10,00				20	Sabão Branco	40
1K	Abacaxi Verde								1K	Castanha	2,00
3K	Quijano										
2K	Quijano										
3K	Quijano de Pêso										
3K	Banana										
4K	Coco Seco										

Fonte: A autora, 2022.

Um instrumento simples e de fácil utilização pelas agricultoras, a Caderneta possui quatro colunas para anotação do que se produz: consumiu; deu; trocou; vendeu. À primeira vista, pode parecer sem muita importância o hábito de anotar o que os quintais produzem, mas a partir do momento em que ocorre a anotação de todo trabalho que as mulheres realizam, elas tomam dimensão do quanto estão contribuindo com a economia e alimentação de sua própria família. E o quanto elas trabalham durante o dia. Isso é muito importante no processo de transformação de suas vidas (ALVES et al., 2018a).

Todo domingo eu levava o queijo pra igreja, pro café da manhã. Aí lá em São Paulo, quando participei de um encontro sobre a caderneta, eu coloquei na caderneta e uma pessoa me ajudou a fazer a conta, aí que eu fui ver o quanto eu tinha que eu doava. Eu poderia vender, que se eu vendesse eu ia ganhar. Mas o quanto tava [sic] doando, pude ver através da caderneta. Quando fizeram a conta comigo, aí que eu fui entender essa matemática e vi o quanto eu produzia [...] (VIOLETA, 2022).

Tão importante quanto a anotação que as mulheres realizam, também é a realização do trabalho em rede das várias organizações pelo Brasil, com a posterior sistematização das Cadernetas feita por uma equipe da Universidade Federal de Viçosa (UFV) com o apoio da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Casa Civil). Essa

ponte entre a Universidade e as agricultoras, sem sombra de dúvidas, se torna essencial para o sucesso das cadernetas e, conseqüentemente, para o trabalho das mulheres na agroecologia (ALVES et al., 2018a).

Pesquisas realizadas no âmbito das Cadernetas Agroecológicas demonstraram o quanto os quintais contribuem para o desenvolvimento da autonomia das mulheres e suas famílias, permite a utilização dos princípios agroecológicos, o que colabora com a sustentabilidade dos agroecossistemas, proporcionando melhorias na qualidade do solo, além de contribuir com outros serviços ecossistêmicos. Para além de uma simples anotação, essas cadernetas se tornam referência no empoderamento das agricultoras, permitindo que elas se reconheçam enquanto mulher e agricultora, mudando as relações de poder dentro das famílias. Além disso, essas cadernetas proporcionam a essas mulheres terem mais um documento de comprovação de sua profissão nas situações de acesso às políticas de crédito rural, como o PRONAF e aos benefícios da previdência social (ALVES et al., 2018b).

Concordo com Silva, Anjos e Anjos (2016) que plantar no próprio quintal traz estímulo, comodidade, esperança e a visão de novos horizontes. É investir na agricultura estando em casa e próximo à família e a seus afazeres domésticos, ganhando tempo para executar as atividades de cultivo, manejo e colheita. É colher com dignidade, aumentar a renda, o autocuidado e a autoestima. Outro aspecto importante dos quintais é a geração de trabalho para toda a família, pois é um espaço em que todos participam desde as mulheres, até as crianças e os idosos, estimulando a troca de saberes e ensinamentos. A mudança no modo de perceber o entorno de suas residências, tem como resultado o desenvolvimento da soberania alimentar, da sustentabilidade, da solidariedade e do empoderamento feminino ALVES et al., 2018b).

De fato, os quintais representam um caminho estratégico para as mulheres rurais saírem da invisibilidade e conquistarem sua independência financeira, o que pode ser comprovado através de pesquisas como essa, com as Cadernetas Agroecológicas (ALVES et al., 2018a). Entretanto, muitas mulheres ainda não reconhecem a força dos seus quintais. Mas, somando ações em redes de mulheres rurais e suas práticas femininas na agroecologia, permite emergir uma nova figura feminina. Essa nova figura feminina está em constante luta coletiva para desconstruir a estrutura de uma sociedade patriarcal que hierarquiza e divide sexualmente o trabalho, impondo à mulher um lugar desvalorizado (TEDESCHI, 2007). Assim, é a potência feminina, em suas práticas diárias, que está desfazendo os nós das desigualdades nas relações de gênero que, infelizmente, constituem um obstáculo à construção de estilos de vida mais sustentáveis.

2.2 Percepção ambiental: conceito e importância na agricultura familiar de base ecológica

Para viver, o homem deve ver algum valor em seu mundo. O agricultor não é exceção. Sua vida está atrelada aos grandes ciclos da natureza; está enraizada no nascimento, crescimento e morte das coisas vivas; apesar de dura, ostenta uma seriedade que poucas outras ocupações podem igualar. De fato, pouco se sabe sobre as atitudes dos agricultores para com a natureza. O que existe é uma vasta literatura, em grande parte sentimental, sobre a vida rural, escrita por pessoas com mãos sem calosidade (TUAN, 1980, p. 113).

A agricultura, por ser uma atividade ligada diretamente à natureza, suas práticas para a produção alimentar estão mais propensas a causar problemas ambientais. Nessa perspectiva, a questão ambiental, atrelada à agricultura, tem se tornado cada vez mais emergente perante a desenfreada destruição do planeta, o que está levando a sociedade ao eminente caos ambiental. A crise ambiental é complexa e envolve múltiplas dimensões, como sócio-histórica, econômica, política e cultural. Com todas as agressões humanas ao ambiente, chegou-se à atual situação: desequilíbrio do clima, alimentos contaminados por agrotóxicos, água poluída, solo cada vez mais infértil, diminuição das áreas verdes, ameaça à biodiversidade, desigualdade social, fome, aumento de doenças e degradação da condição humana. Isso é só o que podemos observar superficialmente. No entanto, a tomada de consciência, principalmente por parte dos agricultores e agricultoras, está entre os principais fatores para que seja possível a desaceleração dessa destruição, uma vez que, “não se pode entender que o ambiente esteja externo a nós e sim que ele faz parte de nós” (ALTEMBURG, 2011, p. 19).

Mas, para entendermos a essência dessa crise precisamos buscar compreender as particularidades existentes em cada indivíduo, com seus comportamentos, crenças, valores, tradições, cultura e realidade em que está inserido (TUAN, 1980). Nesse sentido, a percepção ambiental tem se tornado um tema recorrente no meio científico e acadêmico e hoje representa um importante caminho para a construção de uma consciência e prática coletivas, culminando no desenvolvimento de uma melhor inter-relação entre o ser humano e o ambiente. Visto que, “as pessoas não são somente observadoras do ambiente, mas interagem com o mesmo de forma positiva ou negativa quando tomamos o ponto de vista da conservação biológica” (VENDRUSCOLO; CONFORTIN; DICKMANN, 2016, p. 8).

Quando levamos em consideração que,

as pessoas fazem parte do ambiente e interagem com ele, assim como as outras espécies, nos deparamos com algumas questões importantes, principalmente relacionadas com as representações de meio ambiente que as comunidades possuem, tendo em vista, que estas não utilizam os conceitos científicos para defini-lo [...] A interação sociedade-ambiente nos permite avançar para uma compreensão de sociobiodiversidade, compreendida como a inter-relação entre todas as formas de vida que existem em diferentes contextos socioambientais, tanto natural como construído (VENDRUSCOLO; CONFORTIN; DICKMANN, 2016, p. 8).

Percepção, atitudes e valores formam a base para uma compreensão interior, o que é muito importante, pois “sem a auto-compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos” (TUAN, 1980, p. 01). Assim, tratarei aqui de esmiuçar os significados de percepção ambiental e sua importância para a preservação do meio ambiente, no que tange às práticas agrícolas, bem como serão relatados trechos do meu diário de bordo sobre algumas observações daquelas que possuem nas mãos a calosidade da labuta diária de produzir alimentos, ajudando a elucidar as questões levantadas nesta pesquisa.

Através da revisão bibliográfica, pude notar que, atualmente, estudos sobre percepção ambiental na área da agricultura familiar são propostas consideravelmente recentes, se comparado à inserção deste tema em outras áreas de conhecimento. Suas discussões nesta área podem ser o caminho para construir as bases do desenvolvimento sustentável (ALTEMBURG, 2011). Quando lancei o olhar para as agricultoras do GT mulheres da Serramar, estava buscando entender de forma individual, a partir da trajetória das integrantes que fazem parte deste estudo, como estas se comportam em relação às suas práticas agroecológicas, que visam promover uma agricultura saudável que preserva a vida e o meio ambiente.

Neste sentido, Machado (1999), ressalta que,

Para se entender as atitudes de um determinado grupo, é necessário conhecer a história, a cultura e a experiência dele no contexto de seu meio ambiente físico, pois cada atitude envolve sempre um conjunto organizado de sentimentos e experiências, que influenciam a conduta individual e de grupo. A conservação de qualquer meio ambiente é sempre sinônimo de respeito adequado ao patrimônio natural e pode ser considerada como a grande força que o modela, por meio de ações, escolhas e condutas quanto ao uso desse meio ambiente (MACHADO, 1999, p. 110).

As primeiras pesquisas sobre percepção ambiental começaram a emergir por volta do fim da década de 1950, início da década de 1960, em virtude da psicologia ambiental e diante de uma crescente preocupação de tentar compreender como os valores e atitudes de uma população interferem no meio ambiente (MENDES, 2006).

Porém, Amorim Filho (1999), observa que,

As pesquisas em percepção ambiental viriam a consolidar-se efetivamente como uma das linhas mestras dos estudos do ambiente humano durante a década de 70, a partir da criação do Grupo de Trabalho sobre a Percepção do Meio Ambiente, pela União Geográfica Internacional (UGI), e do Projeto 13: Percepção da Qualidade Ambiental, no Programa Homem e Biosfera, da UNESCO. Enquanto o grupo da UGI previa uma série de estudos internacionais comparativos sobre os "riscos do meio ambiente e os lugares e paisagens valorizados", o projeto da UNESCO preconizava o estudo da percepção do meio ambiente como contribuição fundamental para uma gestão mais harmoniosa dos recursos naturais e dos lugares e paisagens de importância para a humanidade (AMORIM FILHO, 1999, p. 141).

Esse conceito transita pela psicologia e por diversas outras áreas, tornando-se uma discussão interdisciplinar. Dorin (1984, p. 163) compreende a percepção a partir da psicologia como “um processo pelo qual tomamos consciência imediata dos objetos e fatos e de suas relações num dado contexto ambiental”. Neste âmbito, a percepção é sempre uma concepção particular de um acontecimento externo.

Pacheco (2009) alerta

como esse conceito tem estabelecido conexões entre um estudo sobre o meio físico, afeito aos métodos da geografia ou da arquitetura, e uma reflexão sobre as relações desse meio com a subjetividade, própria do instrumental psicológico. Parece ser exatamente por se colocar no meio do terreno que esse conceito tem sido definido de maneira ora mais próxima às ciências naturais, ora mais próxima aos saberes que, no passado, foram chamados —ciências do espírito (PACHECO, 2009, p. 19).

No entanto, “embora o conceito de percepção possua longa história na Psicologia, foi na Geografia Humana que o conceito de percepção ambiental encontrou uma utilização mais difundida e uma maior preocupação em se determinar sua validade teórica” (ALTEMBURG, 2011, p. 23).

No Brasil, as pesquisas sobre percepção ambiental ganharam destaque a partir das traduções das clássicas obras *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, e *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, de Yi-Fu Tuan (1980; 1983), feitas pela professora Livia de Oliveira, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), de Rio Claro. Posteriormente, com os estudos da professora Livia de Oliveira com o arquiteto Vicente Del Rio (1999), seguidos dos seus estudos sobre solos (2002).

Ao abordar assuntos referente às questões ambientais, imediatamente me vem à mente as palavras conservação e preservação, que, na maioria das vezes, são utilizadas como sinônimos, mas que, em sua essência, carregam significados diferentes e muito importantes para a sensibilização ambiental. Diferenciar o significado destes termos é fundamental para uma melhor abordagem da construção mental de processos que visem amenizar ou eliminar os

problemas ecológicos. Os dois termos tratam das perspectivas de cuidados ao meio ambiente, tanto no meio urbano quanto rural. Mesmo que de forma distinta, eles se comunicam entre si e muitas vezes são empregados como sinônimos para se tornar de fácil entendimento por parte da população leiga. No entanto, cabe aqui nesta pesquisa o importante papel de trazer à luz da discussão a diferença existente entre esses dois conceitos.

Historicamente, os dois conceitos surgiram a partir de correntes ideológicas preservacionistas e conservacionistas do século XIX. O termo conservação indica a utilização dos recursos naturais de forma racional, considerando as leis ambientais e os princípios éticos, no intuito de garantir a utilização dos mesmos pelas gerações atuais e futuras. Visa uma forma sustentável de utilizar os recursos ambientais, integrando ser humano e meio ambiente. Já o conceito de preservação ambiental evoca o sentido de proteção integral das áreas naturais, sem a presença humana, de uma forma mais radical, exprimindo a ideia de intocabilidade. É utilizado principalmente em ambientes onde há sérios riscos de perda da biodiversidade (COSTA; OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

Além disso, a principal pauta da percepção ambiental é o meio ambiente, e observo que seu conceito sempre foi vinculado à noção de um ambiente natural, onde passamos “a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano” (CARVALHO, 2012, p. 35). Esta visão que, na maioria das vezes, está fortemente impregnada em nossa interpretação de mundo, e interfere diretamente na conceituação que temos sobre meio ambiente, é construída “principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural construído em oposição ao mundo humano. A “natureza do naturalismo” é aquilo que deveria permanecer fora do alcance do ser humano” (CARVALHO, 2012, p. 35-36).

Porém, também acredito que cabe aqui “captar a questão por outro ângulo: o socioambiental” (CARVALHO, 2012, p. 36), e trazer a sua definição através da visão crítica de Reigota (1995):

Defino meio ambiente como o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 1995, p. 14).

Feitos os devidos esclarecimentos e definições acima, sigo agora para as importantes definições do conceito de percepção ambiental. Inicialmente, busco definir percepção ambiental a partir de Tuan (1980), como sendo:

tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 4).

Ainda de acordo com Tuan (1980), a nossa percepção se dá através dos órgãos de sentido: visão, olfato, tato, paladar e audição, juntamente com as atividades cognitivas. Mas, segundo este autor, desses cinco sentidos:

o homem depende mais conscientemente da visão do que dos demais sentidos para progredir no mundo. Ele é predominantemente um animal visual. Um mundo mais amplo se lhe abre e muito mais informação, que é espacialmente detalhada e específica, chega até ele através dos olhos, do que através dos sistemas sensoriais da audição, olfato, paladar e tato (TUAN, 1980, p. 7).

A visão, por ser um dos sentidos que o ser humano tem maior dependência, como destacou o Tuan (1980), é muito valorizada socialmente. Tuan (1983), em sua obra *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*, pontua que a visão é extremamente importante porque,

Ver e pensar são processos intimamente relacionados. Em inglês, "eu vejo" significa "eu entendo". Há muito tempo, que já não se considera a visão apenas um simples registro do estímulo da luz; ela é um processo seletivo e criativo em que os estímulos ambientais são organizados em estruturas fluentes que fornecem sinais significativos ao órgão apropriado (TUAN, 1983, p. 11).

Entretanto, mesmo todos os seres humanos compartilhando dos mesmos órgãos sensoriais, a forma e as habilidades com que cada um os utilizam são totalmente diferenciados. Algumas pessoas podem ter alguns sentidos mais apurados do que as outras, de acordo com suas características locais, biológicas e particulares. Assim,

uma pessoa em determinada cultura pode desenvolver um olfato aguçado para perfumes, enquanto os de outra cultura adquirem profunda visão estereoscópica. Em ambos os mundos predominam o aspecto visual, mas em um, será enriquecido por fragrâncias e o outro pela agudeza tridimensional dos objetos e espaços (TUAN, 1980, p. 14).

Visão e audição juntos, aumentam consideravelmente nossa percepção. Muito do que não é possível de visualizar, potencializa nosso sistema auditivo que capta os sons e nos auxilia

a adquirir mais informações ambientais. Dessa forma, “nossa experiência de espaço é aumentada grandemente pelo sentido auditivo, que fornece informações do mundo além do campo visual” (TUAN, 1980, p.11).

De fato, ao rever o diário de bordo da pesquisa, essa ampliação de sentidos pode ser captada:

Durante a entrevista com Margarida, enquanto nós estávamos na sala conversando, era possível, em meio ao silêncio do lugar, ouvir os pássaros cantando, as galinhas ciscando pelo quintal, os cachorros brincando e latindo, dando uma ideia da extensão do quintal da casa. E quando a participante começou a relatar sobre a área de plantio do feijão preto, para além do quintal, numa porção de terra depois de um morrinho onde tinha aipim plantado, como ela mesma mencionou, consegui de forma rápida visualizar mentalmente o tamanho da propriedade, só ouvindo o que ela dizia e através dos sons que vinham de fora da casa (FERREIRA, 2022).

Esta potencialização dos demais sentidos, se torna extremamente importante, uma vez que, a visão é um sentido mais objetivo e não envolve de forma profunda as emoções. O olfato, por exemplo, pode trazer lembranças, carregadas de emoções (TUAN, 1980), como pode novamente ser observado no relato do meu diário de bordo:

No transcorrer da entrevista com a Margarida, sua neta foi até a cozinha, onde pude ouvir os barulhos de milho sendo postos na panela, e logo em seguida o som do milho estourando e o aroma de pipoca tomou conta da sala. E automaticamente, fez despertar em mim as lembranças de quando morava na casa dos meus pais, na roça, e a tarde fazia pipoca para o café. Me recordei do meu falecido pai, que sempre reclamava do cheiro da pipoca e dizia odiar, mas mesmo assim, sempre estendia as mãos me pedindo um pouquinho para comer. Isso me encheu os olhos de lágrima, pois a saudade que sinto dele e daquela época é imensa (FERREIRA, 2022).

Na agricultura, o tato é um outro sentido bastante utilizado, devido ao trabalho braçal que é desenvolvida no processo de produção agrícola. Essa força braçal é muito utilizada durante todas as etapas, que vão desde o preparo do solo, como roçar, capinar, cavar e fazer valas para escoar a água da chuva, além dos trabalhos relacionados ao plantio, cultivo, colheita, armazenamento e transporte. Através deste sentido, o sujeito entra em contato direto com o solo, a água, os animais e as plantas (BARROS, 2010). Tuan (1980) também pontuou que na agricultura o contato físico é muito utilizado. Por isso, reconheço o tato como sendo um dos sentidos mais utilizados no processo perceptivo de agricultores, sendo, portanto, essencial na agricultura.

De acordo com Del Rio (1999, p. 3), “entendemos a percepção como um processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos”. Já para Oliveira, (2002, p. 42)

“pode-se dizer que a percepção do meio ambiente se preocupa com os processos pelos quais as pessoas atribuem significado ao seu meio; sendo, pois, uma interface entre o indivíduo e o grupo, as decisões políticas e o meio ambiente.”

Também me amparo na definição de Panceri (1997), que diz que,

a percepção envolve um ator ativo, pertencente a um determinado ambiente, que constrói e reconstrói suas percepções. Na medida em que suas estruturas de sensibilidade e cognitivas vão se transformando, transforma sua forma de olhar, percebendo os espaços com novas imagens e valores adquiridos com a interação com o ambiente a partir de novas lentes de observação. Assim toda forma de perceber envolve um saber, um relacionar e um agir (PANCERI, 1997, p. 29).

Como pontua Mendes (2006, p. 42), essa “diversidade de conceitos e interpretações existentes para a percepção, faz-se necessário que destaquemos a concepção que julgamos mais apropriada para a condução de nosso trabalho”, por isso não pretendo aqui impor quais definições discriminam melhor uma realidade, porém, elucidar pontos de vista científicos, sociais ou políticos que estão relacionados por intermédio desse conceito. Assim, diferentes concepções científicas proporcionam diferentes olhares sobre o mundo de forma contextualizada (PACHECO, 2009).

Partindo desses pressupostos, entender as relações ser humano/meio ambiente, levando em consideração a forma como este enxerga, interpreta, convive e se adapta à realidade do meio em que está inserido, é ponderar que qualquer ação positiva ou negativa refletirá em nós, no modo como vivemos e como nossos descendentes irão viver no futuro. Portanto, as diferenças individuais proporcionam que cada pessoa tenha a sua maneira própria de perceber, reagir e responder de modo único aos estímulos que recebe do ambiente. O que significa que, “duas pessoas não vêem a mesma realidade, nem dois grupos sociais fazem a mesma avaliação do meio ambiente” (TUAN, 1980, p. 06). Apesar disso, “todos os seres humanos compartilham percepções comuns por viverem em um mesmo mundo e por possuírem órgãos sensoriais comuns” (TUAN, 1980, p. 06).

Nesta relação, o homem concretiza suas potencialidades criativas, seu trabalho e suas relações socioculturais como instrumentos de mediação entre as expectativas de subsistência e as reais características ambientais. Nesta interação, a natureza apresenta-se como realidade ambiental transformada e adaptada às necessidades humanas [...] (FERRARA, 1999, p. 62).

O modo de utilização dos recursos naturais sempre fez aflorar nesta relação ser humano/meio ambiente a submissão da natureza ao homem, incentivando cada vez mais o individualismo e a oposição entre sociedade e natureza. Todavia, é preciso entender que o ser

humano faz parte da natureza e que as transformações feitas pela humanidade no meio natural fazem parte do processo histórico-cultural de construção das sociedades. O ser humano está sempre exercendo um papel transformador na natureza, que nem sempre é de forma destrutiva (REIGOTA, 1995).

A esse fato, concordo com a observação de Carvalho (2012) que diz que,

em muitos dos ambientes naturais considerados “intactos”, é possível reconhecer vestígios das trocas e transformações geradas pela presença humana, a qual, com suas interferências, pode ter aumentado o nível de troca e a biodiversidade. Optar por essa perspectiva permite-nos, por exemplo, falar em sociobiodiversidade, como um fator de diversificação desejável para a vida que vai além da simples diversidade biofísica (CARVALHO, 2012, p. 36).

Nesta mesma perspectiva, Moscovici (1975), já vinha retratando sobre essa interação onde:

Natureza e sociedade não se excluem mutuamente. A primeira nos abrange, como resultado de nossa intervenção. A segunda existe em toda a parte: não surgiu com o homem, e nada leva a supor que irá morrer conosco. O homem situa-se na confluência da estrutura e do movimento de ambas: biológico, por ser social, social por ser biológico, não é o produto específico nem de uma nem de outra (MOSCOVICI, 1975, p. 27).

Muitas vezes, pelo fato do ser humano ter a percepção de que ele é um elemento à parte do meio ambiente, se posicionando somente como explorador e/ou observador, fundada na visão antropocêntrica (REIGOTA, 1995), torna difícil o entendimento de unicidade entre ser humano e natureza, o que prejudica o desenvolvimento da sensibilização quanto ao uso sustentável dos recursos naturais, de forma socialmente justa e economicamente viável. Mas, quando o sentido de lugar é atribuído pelos indivíduos a determinado espaço, é expresso uma “pausa no movimento” (TUAN, 1983, p. 153), que permite o nascimento dos sentimentos de valorização e proteção. Muito da conservação ambiental está imbuída no sentimento que se cria por determinado ambiente. Quando as pessoas reconhecem o ambiente como lugar, e se inserem nele, cria-se um sentimento de *topofilia* (TUAN, 1980), e, junto a ele, surge a sensibilização para a proteção e conservação ambiental.

São extremamente complexos os sentimentos e as idéias relacionados com espaço e lugar do homem adulto. Originam-se tanto das experiências singulares como das comuns, e pelo contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos, o lugar pode adquirir profundo significado para o indivíduo. Quando o espaço nos é inteiramente familiar torna-se lugar (MACHADO, 1999, p. 104).

Essas inter-relações natureza/sociedade são influenciadas pela percepção, que é única em cada pessoa e define a nossa realidade. Sendo que, nossa percepção é baseada para além dos órgãos de sentidos e sistema cognitivo. Ela vai ser influenciada pelos sentimentos, estado psicológico, conhecimentos, cultura, valores, pela ética e pelo modo individual de como cada pessoa se relaciona com os outros e com o espaço onde está inserida (MIRANDA; SOUZA, 2011). Uma vez que, “o ser humano é, a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social, histórico” (MORIN, 2001, p. 15). Assim como as ações que interferem diretamente no ambiente são resultadas dessas percepções, além, das experiências, julgamentos e expectativas presentes em cada um, “também variam as atitudes e os valores atribuídos ao meio ambiente” (OLIVEIRA, 2002, p. 47). Dessa forma, cada um tem uma visão única de mundo que compõe um conjunto de realidades subjetivas que interfere de maneiras diferentes nos ecossistemas.

Trazendo Paulo Freire para enriquecer ainda mais esta discussão, em sua caminhada pelo mundo na aplicação de processos de ampliação da conscientização popular, Freire (1974) nos mostra que conhecer a realidade nos diversos aspectos de nossa existência, das nossas relações pessoais, históricas, políticas, culturais, tecnológicas e econômicas, traz contribuições para a formação da nossa criticidade. “Nesse sentido, quanto mais [o ser humano] conhecer, criticamente, as condições concretas, objetivas, de seu aqui e agora, da sua realidade, mais poderá realizar a busca, mediante a transformação da realidade” (FREIRE, 1974, p. 12).

O entendimento de perceber o meio ambiente e suas questões se torna essencial para trazer uma visão crítica da realidade e poder transformá-la, assim como assinala Freire, (2006):

a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade (FREIRE, 2006, p. 46).

Quero enfatizar que pesquisas voltadas para a percepção visam compreender e valorizar a relação entre o indivíduo e o ambiente em que vive. Então, neste tipo de trabalho devem ser levados em consideração os aspectos sociais, culturais, políticos, ambientais, econômicos e históricos que moldam o perfil deste indivíduo e que podem influenciar na transformação de sua realidade (ALTEMBURG, 2011). Através da utilização da percepção ambiental se torna possível apreender e examinar a maneira como o ser humano interage, percebe, analisa, e se adapta às características do ambiente onde vive, como lida com as questões ambientais e suas influências em seu cotidiano. E essa maneira individual pode influenciar os comportamentos

da coletividade, seja no âmbito urbano ou rural (VENDRUSCOLO; CONFORTIN; DICKIMANN, 2016).

Essa relação sujeito/mundo, é uma relação complexa que está em constante construção. Seus processos perceptuais são enriquecidos continuamente por suas experiências e são parte integrante das atitudes que se estabelecem por intermédio diário das relações cotidianas. Mas, “para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos” (TUAN, 1980, p. 68), e acredito que a utilização do método história de vida possa contemplar todas essas particularidades. Nossas experiências ficam gravadas em nossas memórias e, quando evocadas, nos levam ao verdadeiro reencontro com os lugares vividos de nossa história, o que influencia significativamente nossas percepções, quem somos e como atuamos em determinadas situações (BOLÍVAR, 2014).

Nesse sentido, para sabermos como as agricultoras percebem, interagem e agregam à significância da conservação ambiental, utilizarei suas histórias de vida. E através dela poderei descobrir se suas percepções ambientais podem ser evidenciadas e se são mais propensas a estimular a conservação do meio ambiente. No tocante, a análise da percepção ambiental que as agricultoras do GT mulheres da Serramar possuem, pode contribuir para a construção de um caminho reflexivo sobre os problemas ambientais, e as formas de soluções que vão subsidiar o planejamento de ações sustentáveis para a conservação ambiental no setor agrícola. Visto que, o desenvolvimento sustentável está atrelado ao uso consciente dos ecossistemas naturais e a manutenção da qualidade da biodiversidade. O compartilhamento das experiências gravadas no âmago de cada ser contribui para enriquecer a percepção que temos do meio ambiente, diminuindo as fronteiras entre o que se pensa e o que se faz no cotidiano.

É interessante salientar, quando se busca a compreensão da percepção ambiental de determinado indivíduo sobre determinado ambiente em que ele está inserido, deve ser levado em consideração os aspectos econômicos, sócio-históricos, culturais, psicológicos, comportamentais, afetivos e tudo que está relacionado com a esfera de sua vida. Entender as percepções, atitudes e valores ambientais é extremamente complexo, pois, “uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser” (TUAN, 1980, p. 284). Logo, a utilização das histórias de vida como uma abordagem metodológica de análise, vem ao encontro desses aspectos, dentre outros, diminuindo essas complexidades, dando sentido às vivências, ressignificando a experiência narrada e extraíndo lições dos acontecimentos. Sua utilização, possibilita desvelar caminhos e

descaminhos que os indivíduos perpassam enquanto constroem a sua identidade (DURAN, 2014).

Portanto, a observação da prática perceptiva é o ponto de partida para compreendermos o dinamismo existente entre o meio ambiente e a população dos espaços rurais. Nessa lógica, o conhecimento das percepções das agricultoras, pode possibilitar o desenvolvimento de ações que auxiliam na construção da autonomia e empoderamento dessas e de outras mulheres. Além de incentivar as agricultoras a produzir alimento de qualidade, aumentando a aquisição econômica das mulheres, fortalecendo a permanência delas no campo, valorizando o seu trabalho, utilizando de forma sustentável os recursos naturais, e assim, conservando a saúde humana e ambiental.

3 DO CULTIVO À COLHEITA: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao me deparar com o material coletado, através do método história de vida, na qual foram as participantes que decidiram o que iriam relatar, pude perceber que as análises das informações vão além do objetivo principal de se tentar analisar a percepção ambiental dessas mulheres. Os discursos me mostraram que “não há como abordar somente a percepção, mas também a lembrança, a imaginação, o julgamento, dentre outras vivências, considerando suas diferentes intencionalidades (MIRANDA; SOUZA, 2011, p. 173).

Cada detalhe nesse processo irá construir um arcabouço investigativo para se chegar aos objetivos da pesquisa. O importante, durante todo o processo de coleta de dados, foi estar atenta para captar além do que eu queria. Foi no processo de pesquisa que me dei conta das dimensões e particularidades existentes no espaço rural, e da complexidade que envolve ser uma agricultora. Para as agricultoras a terra é mais do que um local de trabalho, ela é casa, é sustento, é luta, é transformação, é pausa, é afeto e apego. Conseqüentemente, busquei valorizar não só as suas falas, mas também tudo que envolve essa ligação que elas possuem com o ambiente em que estão inseridas. É essa ligação que irá influenciar no modo como elas interagem com o meio ambiente.

Neste trabalho, foram relatadas, além da história de vida, as emoções e os sentimentos inerentes a minha pessoa e às entrevistadas. Por isso, o respeito à ética foi fundamental para não comprometer o trabalho e as participantes.

A leitura e releitura das histórias de vida transcritas e das observações anotadas no diário de bordo, me permitiu comparar e estabelecer relações entre as informações coletadas.

Quero também destacar algumas dificuldades e limitações para a realização deste estudo. Por se tratar de uma investigação realizada com mulheres agricultoras, que possuem uma sobrecarga de trabalho e residem em locais afastados, houve uma certa demora para que eu conseguisse começar as entrevistas. E também, no dia das entrevistas foi bastante corrida a coleta de dados, pois tentei ao máximo não interferir em suas atividades diárias, porque sei como o tempo é precioso para quem trabalha na agricultura, principalmente, para as mulheres que, além dos trabalhos rurais, também têm as tarefas domésticas.

A falta de reuniões presenciais do GT Mulheres da Serramar, por conta da pandemia do novo coronavírus, me impossibilitou de conhecer melhor as dinâmicas do grupo e suas participantes. Isso prejudicou bastante o meu envolvimento e aproximação com as agricultoras para poder convidá-las a participar da pesquisa.

Também destaco a dificuldade das análises de dados das histórias de vida, por seu grande volume de conteúdo. E, a importância de aprender fazendo. Tanto na coleta de dados, quanto na análise dos dados, fui descobrindo e aprendendo à medida que ia mergulhando no processo investigativo, como bem aponta Glat (2009), Pletch (2005) e Ribeiro (2020).

3.1 **Cultivando histórias de vida: frutificando as falas das agricultoras**

Neste momento as histórias de vida serão reconstruídas, ou melhor, fazendo uma analogia à agricultura, serão cultivadas e frutificadas, a partir das memórias plantadas, inicialmente, pelas participantes. Adiciono às narrativas das participantes desta pesquisa a minha visão de pesquisadora, e guiarei o(a) leitor(a) a uma pausa reflexiva sobre o conhecimento, sobre a trajetória e sobre as percepções, analisadas a partir do nível experiencial, sentimental e emocional.

Ao falar sobre essas mulheres falo de um lugar ao qual também faço parte. Como já mencionado, além de ser filha de agricultores eu também já fui uma agricultora. Portanto, minhas falas, impressões, sentimentos, também fazem parte dos dados empíricos coletados, inclusive dão sentido para esta pesquisa.

Quando chego na casa da participante para entrevistá-la faço questão de iniciar nossa conversa de forma descontraída contanto com orgulho que sou filha de agricultores e também já fui uma agricultora. Dessa maneira, fico com a sensação que elas sentem que eu vou entender melhor a trajetória delas e, acredito também, que elas se sintam mais próximas a mim por também fazer parte do universo delas (FERREIRA, 2022).

3.1.1 As raízes das flores

Neste segmento irei apresentar as narrativas das participantes, reconstruindo suas trajetórias a partir dos recortes de suas lembranças da infância e de seus familiares para melhor compreendermos como se deu a construção de suas identidades agrícolas. Priorizei nesta etapa, apresentar as trajetórias de forma individual. Porque, embora as histórias de vida no meio rural sejam muito parecidas, como pode ser observado em nos estudos de Tedeschi (2007), Santos

(2019) e Ribeiro (2020), elas possuem acontecimentos únicos que necessitam ser analisados e discutidos de modo que se mantenha e preserve as peculiaridades de cada uma.

Muitos dados presentes aqui nesta discussão e ao longo deste estudo, foram obtidos através das minhas observações, enquanto inserida em campo, e das falas das participantes em momentos de conversas fora da gravação da entrevista. Então, como uma boa pesquisadora, anotei, no meu diário de bordo, tudo o que observei, senti e ouvi, para posterior consulta e análise.

Posto isto, apresento a seguir as biografias, ou melhor, as raízes das flores, considerando a cronologia apresentada pelas próprias participantes e seguindo a ordem em que foram coletadas: a) Margarida; b) Rosa; c) Violeta; d) Camélia.

a) Margarida

Margarida tem 54 anos, é separada, mãe, avó e assentada desde 2012 no Assentamento Visconde, no município de Casimiro de Abreu, estado do Rio de Janeiro. Além de agricultora ela também é artesã, produzindo o sabão de mamão verde.

Filha de agricultores assentados, ela nasceu em uma fazenda em Nova Iguaçu, RJ. O fato de seus pais serem agricultores, também assentados, proporcionou a ela, desde a infância, já estar envolvida com a luta da reforma agrária e com a agricultura. Ela passou a infância com seus pais, morando e trabalhando de fazenda em fazenda, até que seu pai enjoou do trabalho na fazenda e foi trabalhar na cidade, onde ele conseguiu comprar um terreno dentro da área urbana, mas que possuía espaço para uma pequena plantação de subsistência. Segundo ela, *“esse limite entre o rural e a cidade não impedia que a gente plantasse porque os terrenos eram grandes, o ar era de roça”* (MARGARIDA, 2022).

A minha história de vida começou em fazenda. Eu nasci em fazenda. Né? É... Meus pais trabalhavam nessa fazenda [...] Daí fiquei nessa fazenda. Meu pai falou que quando eu tinha, acho que 1 ano e 8 meses, saíram de lá para uma outra fazenda e assim eu fui vivendo de fazenda em fazenda. [...] a gente morava num lugar que o terreno era grande, tinha plantação de banana, milho, batata doce, essas coisas que a gente já estava acostumada a plantar. Então, sempre estivemos com o pé no rural (MARGARIDA, 2022).

Em 1975, sua família decide se mudar para Macaé/ RJ, por conta da violência e devido a sua mãe querer ficar perto da mãe dela. Mas, continuaram em uma região rural:

Lá começou a ficar violento, aí foi naquela época de tal de mão branca, num sei [sic] o que que talvez não seja da sua [época], mas foi da minha [risos]. Tava na época de vestígio de ditadura. E aí meu pai saiu de lá. Eles pegavam lá na cidade pra vir matar

cá na roça, como a gente dizia, aí a gente começou a ficar muito assustado com isso e saímos de lá. Minha mãe queria vir pra perto da mãe dela que morava aqui em Macaé, e viemos todos pra Macaé. Mas, de novo conseguimos um lugar pra ficar, na roça, mas perto da cidade. Então assim, a roça estava sempre presente, né (MARGARIDA, 2022).

Ela casou-se entre 1987 e 1988, saiu de Macaé e foi para Casimiro de Abreu, RJ, onde morou por um ano e meio no centro da cidade, pois seu marido tinha uma casa lá. Logo em seguida, com o dinheiro de um terreno que havia vendido em Macaé, comprou uma casinha, a qual ela possui até hoje, em Rio Dourado, distrito de Casimiro de Abreu, RJ. E lá, continuou com pequenas plantações de subsistência:

Em Rio Dourado eu comprei ainda era lugarzinho tamém [sic] mais afastadinho, era roça, mas não aquela roça, roça igual aos outros lugares que morei. Aí, [pausa longa], mas era um lugar também que era mais afastado, então eu conseguia plantar minhas plantinhas, criar uma galinhazinha de fundo de quintal, e cultivar tudo aquilo que eu cultivava ou metade do que eu cultivava na roça (MARGARIDA, 2022).

Em 2003, quando ela já estava em um processo de separação de seu marido, ela decide que queria levar seus filhos para a área rural, confirmando a sua identidade rural:

E dali, é [pausa] em 2003 eu comecei a querer conquistar a meu pedaço de terra. Falei: “não, eu preciso de uma coisa maior, preciso levar meus filhos pra roça, preciso viabilizar essa boa vivência, mas lá no mato, porque eu sempre me sinto bem é no mato. E aí, eu já tava [sic] também num processo de separação do meu marido (MARGARIDA, 2022).

Como Margarida já tinha muitos conhecimentos sobre o processo de reforma agrária, ela começa, a partir de 2003, o seu processo de luta por seu pedaço de terra para plantar e morar, reafirmando através de sua luta, o apreço pelo espaço agrícola:

E aí eu falei bom, vou pro mato, mas não sabia como. Falei: não tenho dinheiro pra comprar um sítio, mas já tinha acompanhado outros processos de acampamento, do MST, como que era o processo pra se obter uma terra da União. E aí, como alguém chegou um dia na minha casa e falou assim: “olha só, tem um acampamento lá em Macaé no Atalaia, você num [sic] que ir?” E eu falei assim: “posso até ir, mas estou ajudando meu sogro (eu tava num processo de separação, mas a gente tava junto ainda e meus sogros já tinham entrado num acampamento aqui em Silva Jardim). Aí, eu tava ajudando ele, porque ele trabalhava na prefeitura. Então, tinha dia que ele não podia ir na reunião, aí no caso, minha sogra e eu, a gente ia pra lá pra reunião pra depois passar pra ele o que que tinham conversado, porque nem sempre dava pra ele ir por causa do trabalho. Aí eu falei: “bom eu já sei mais ou menos como funciona então eu vou entrar e, também, pra dá esse tempo no casamento pra ver como é que ficava”. E assim, e nesse processo eu fui convidada pra acampar. Aí eu falei: “bom, eu já conheço mais ou menos como é que funciona o sistema, eu vou” (MARGARIDA, 2022).

Então, mesmo com toda dificuldade enfrentada, ela não desistiu do seu sonho de ter o seu terreno para permanecer na agricultura. Viveu seis anos acampada em uma barraca à beira da rodovia até conseguir ser instalada em um terreno no Assentamento Visconde:

Aí arrumei alguns materiais e fui fazer minha barraca ali em Rocha União, em Fazenda Três Marias. Não, primeiro eu fiz em Atalaia, que é indo pra Córrego do Ouro, subindo, Macaé. Aí, lá fiquei três meses só, porque percebi que as coisas num tavam bem do jeito que eu queria, não estavam caminhando no trilho, aí eu preferi sair. E aí algumas pessoas aperceberam também e se dividiu o acampamento Atalaia. Algumas pessoas vieram, porque a Fazenda Três Marias, que já tinha sido vistoriada e já tinha dado improdutiva. Viemos pra Três Marias, aí me convidaram e eu fui [pausa para chamar atenção do neto] E aí, assim, é né, nesse processo de acampamento ficamos seis anos, até que o INCRA, junto com a Autopista, que tava incumbida da duplicação [sic] da rodovia, da Br, também queria a beira da estrada liberada, né. E ali, se encontravam muitas famílias ainda acampada, resolveu ver, né, enquanto o Três Marias, o processo não saía, né, é [pausa], quais seriam os assentamentos que teriam lotes para retomadas. E aí, aqui foi um dos que vieram nove pessoas de Três Maria para o Assentamento Visconde, inclusive minha família. E aí, assim, eu me instalei aqui e tô aqui até hoje, dez anos já, vai fazer onze. Nossa, com muita dificuldade, mas estamos aqui, tamo na luta, né. E aí assim, quando a gente veio, a gente tentou ficar nesse processo de tentar conseguir alguma coisa do INCRA, né, pra que ajudasse, né. Porque a gente tinha cara e coragem, dinheiro nenhum (MARGARIDA, 2022).

É nítido como ela se sente vitoriosa por conseguir conquistar seu terreno, após tantos anos de luta:

pra mim foi uma conquista, né?! Quando chegar na quinta-feira eu acho que vai ser o “aus”, porque a gente, há três semanas atrás, né, veio um grupo lá do INCRA, um representante do INCRA e mais duas pessoas e falou que está voltando quinta-feira pra entregar a titulação. Então aqui já vai ser titulado, né. Aqui hoje tá em nome da minha filha. Eu botei no nome dela, né, porque na época ela tava acampada também, e nem todos os sítios aqui saíram. Na época o oficial de justiça voltou com três pendência, daí eu preferi deixar eu na pendência. Ai segundo eles, eles ainda vão rever o meu caso, caso tenha que sair alguém daqui pra fazer a minha colocação. E aí o dela eu deixei no nome dela, aqui. Então é um momento que a gente tá aguardando com um misto de alegria (MARGARIDA, 2022).

Nesse processo, ela se percebe enquanto agricultora, por ter lutado por seis anos até conseguir chegar à titulação de sua terra e poder pagar tranquilamente com a renda do que planta:

Chegando à titulação você tem 100% de certeza que é seu, né! Chegando você tem que pagar. É bem pouco que se paga. Vinte e Cinco, acho que não, acho que é vinte e oito mil, alguma coisa assim. Então assim, a gente vai quitando, dá em torno de mil e duzentos por ano. É, e aí assim, a gente vai tá tranquilo, porque a gente sabe que a gente consegue tirar isso na roça, né! Então, assim, a espera é tá quitando isso aí pelo menos uns cinco ou seis anos, tá todo quitado. E aí, a gente já pagando, já vai tá bem tranquilo, pra se morar. [...] E aqui, né, o plantio das coisas, a gente, né, vai vivendo do que gente planta, do que a gente tem (MARGARIDA, 2022).

Atualmente, Margarida mora com sua filha, seu genro e seus 3 netos. Nas plantações, trabalha ela e sua filha e seu genro aos fins de semana. Ela planta em seu sítio feijão, milho, aipim, banana, além de ter uma horta, frutíferas e a criação de galinha em seu quintal, utilizando práticas agroecológicas. Ela e sua família conseguem viver com a renda que é 100% obtida em seu sítio e da produção de seu sabão de mamão verde.

Apesar disso, o seu genro trabalha fora, mas nas horas vagas também ajuda nas tarefas do sítio, pois segundo ela,

ele não consegue, hoje, ficar 100% na roça, porque ele é uma pessoa que sempre foi acostumado a trabalhar fora, né. Diferente de mim que mais fui criada na roça. Ele busca lá fora também. Mas, assim, ele é uma pessoa que trabalha lá e trabalha cá. Ele levanta cedo. A gente prende o bezerro cedo, né. Ele levanta tira o leite da vaquinha e vai para o trabalho, né. Final de semana ele tá roçando, tá capinando, tá na roça. Né, mexendo com uma cerca, fazendo uma coisa e outra. Também dá esse apoio pra gente. E, é isso, a gente vai pegando no que dá pra fazer aqui e vivendo daqui. **Porque dá pra se viver da roça** (MARGARIDA, 2022, grifo nosso).

Margarida também deixa claro que utiliza seu quintal com sabedoria, aproveitando tudo que produz neste espaço no sustento da família e para gerar renda: *“Eu acredito muito assim, na evolução do meu quintal. Então assim, tudo que tem no meu quintal, hoje, eu vendo e consumo”* (MARGARIDA, 2022).

Sua boa experiência em agroecologia, se dá através dos eventos, oficinas, cursos e vivências proporcionados pelos grupos de apoio ao qual já fez e faz parte. Além do GT Mulheres da Serramar, que hoje ela desenvolve a função de “antena” captando outras mulheres para grupo e divulgando informações, ela relata que também faz parte do *“grupo GT mulheres da AARJ, do grupo Mico Leão, e do grupo da Serramar em Agroecologia. Que é o que hoje dá o suporte”* (MARGARIDA, 2022).

É possível notar que Margarida possui uma ligação muito forte com a terra e com a agricultura, que já vem desde sua origem, onde ela sempre esteve residindo em espaços rurais ou próximos ao rural. Desde sua infância ela já carrega consigo a importância da luta pela terra, de ter autonomia e segurança alimentar e nutricional, proporcionada através das plantações de subsistência de sua família, e da utilização dos recursos naturais de forma consciente, conforme também apontam Siliprandi (2009), Santos (2019) e Ribeiro (2020) em seus estudos com agricultoras.

b) Rosa

Nascida no município de Cuité, na Paraíba, Rosa tem 76 anos, é separada, mãe, avó, nordestina e filha de agricultores. Ela também, além de ser agricultora, é artesã, doceira, microempreendedora rural e guardiã de sementes.

Antes de sua entrevista começar, muitos assuntos foram surgindo à sua memória e a deixei à vontade para ir relatando. Mas, em determinado momento, solicitei que me contasse a sua história de vida, através da “pergunta-chave”: “Como foi a sua história de vida até chegar na agricultura, especificamente, a começar a utilizar as práticas agroecológicas e chegar no GT Mulheres da Serramar?”

Então, ela faz uma pausa com sorriso no rosto e começa dizendo: *“eu sempre gosto de contar a minha história, num [sic] é porque ninguém acha que eu sou boa não. Porque eu acho que a minha história é uma história de vida”* (ROSA, 2022). Nesse momento ela se emociona e seus olhos se enchem de lágrimas. Foi muito bonita a sua reação e pude sentir a sua emoção e logo meus olhos marejaram também.

Ao lembrar de seus pais e sua família, ela dá ênfase a quanto eles eram bons pais: *“Eu tinha um pai maravilhoso e uma mãe. Minha família são pessoas assim, sinceramente, num [sic] é puxando o saco não. O meu pai era de uma família rígida, mas não era rígido. A minha mãe que era de uma família mais aberta, era mais rígida do que meu pai”* (ROSA, 2022).

Ela nasceu e cresceu na roça. Por conta de estar envolta pelo trabalho agrícola, com apenas 7 anos de idade ela já começa a trabalhar e ganhar seu próprio dinheiro, estimulada pelo exemplo dos irmãos mais velhos que já trabalhavam e tinham sua própria renda.

E, quando eu tinha 7 anos de idade, a gente morava na roça, todo mundo, e eu via meus irmãos trabalhando, né. Chegava final de semana estava com dinheiro. A minha irmã mais velha tecia, fazia rede, recebia dinheiro e eu ficava assim: “ai meu Deus, quando é que eu vou receber? Quando é que vou ter meu dinheiro?” Eu ficava pensando, né. Ai quando foi um dia, meu vizinho chegou lá em casa e falou assim: “ah, hoje eu vou plantar minha roça de algodão”. Eu falei assim: O Zé Paulo, deixa eu plantar algodão pra você? Ai ele disse: “você num [sic] sabe plantar algodão nada”. Eu disse: “eu sei que eu planto com meu pai”. Ai fui pra lá plantar o algodão dele. Plantei, ficou direitinho, né. Ai ele pagou, 7 anos de idade (ROSA, 2022).

A narrativa de Rosa sobre sua infância continua marcada por este primeiro acontecimento importante que estava interligado a outras aventuras que a marcaram profundamente:

O filho dele [do Zé Paulo], lá em Remígio, tinha uma fábrica de tecido que vendia os retalhos para as pessoas de porta em porta, o filho dele era caixeiro viajante e vendia esses tecidos. Ele chegou lá em casa, também se chamava Zé. Eu falei “Zé, deixa eu ver os tecidos que você tem aí” “Que que você quer ver pano menina? Vixo, teu pai vai pagar? Vai pagar Josué?” Pro meu pai. Ai meu pai falou: “ela tem dinheiro”

[risos]. Aí ele me mostrou. Peguei um tecido linho branco. **Eu lembro disso assim parece que foi hoje, sabe? Peguei aquele tecido linho branco, comprei, paguei com aquele dinheiro que eu tinha ganho.** Aí falei: Mãe, (minha mãe era costureira) faz um vestido pra mim bem bonito pra eu ir pra missa de São José. Aí minha mãe fez um vestido branco pra mim, de saia bem rodada, bem linda [risos]. Garota, eu arrasei [gargalhadas] (ROSA, 2022, grifo nosso).

Ela continua contando, empolgada, sobre os fatos que se sucederam após esses episódios, que a marcaram muito:

Era batizado da minha irmã mais nova, né. E lá fomos nós pra missa. E quando vai no caminho, naquela época, isso foi em 1952, tava saindo bicicleta lá no Nordeste. Aí meus primos tudo tinha comprado, tudo tinha dinheiro, tudo tinha comprado bicicleta, né. Aí vinha aquele monte gente de bicicleta, eu nunca tinha visto bicicleta. Minha mãe vai para um lado da trilha, era uma ruazinha de carro, mas estreita, e eu fiquei de outro lado, quando eu olhei que eu não vi as bicicletas e não vi a minha mãe, sai correndo no meio das bicicletas [risos]. A bicicleta pegou aqui em mim [no braço], o cicleteiro [sic] caiu lá num canto e eu sai correndo, num cai não [risos]. **Aí isso é uma coisa que eu lembro, porque essas duas coisas que aconteceram na minha vida, vesti meu vestido branco, eu não cai, que eu não queria cair pra não sujar meu vestido** [risos] (ROSA, 2022, grifo nosso).

A partir de então ela começou a trabalhar e ter sua própria renda, desenvolvendo sua independência financeira, já na infância:

Aí eu nunca mais eu dependi do meu pai e de minha mãe pra comprar nada pra mim. Aí tinha que apanhar algodão eu ia apanhar algodão. Tinha que catar milho eu ia catar milho, tinha que catar feijão. O que os agricultores tinham na roça, principalmente esse moço, Zé Paulo, que era nosso vizinho de agricultura, o do meu pai era aqui o dele era assim [gesticula mostrando a distância dos terrenos], pertinho, né. Então, **eu fazia tudo lá pra eu receber meu dinheiro e comprar as minhas coisas.** Aí depois eu comprei um sandálio [sic] novo pra mim, sei que eu fui comprando as coisas, foi comprando, comprando (ROSA, 2022, grifo nosso).

Um outro momento importante de sua infância, que também ficou marcado, foi quando começou a vida escolar. Suas lembranças continuaram com a descrição de um evento que se tornou o principal marco de toda a sua vida.

Eu comecei a estudar com 6 anos de idade. Por que que eu estudava cedo? Porque nossa escola era muito longe e eu tinha uma prima que ela já tava na época de estudar e ela tinha que ir pra escola e precisava de companhia. Então, meu pai me botou na escola pra fazer companhia a ela. Mas eu estudava mesmo, num ia só pra brincar não. Com 6 anos, nessa época, né. Aí, eu ia pra escola e escutei um borreguinho [ovelha] berrar [ela faz o som imitando], aí eu fui lá no caminho, entrei lá na frente, a mãe tinha tido ele, ela tinha morrido e ele tava vivo. Aí eu voltei pra casa com o borreguinho naquele dia, falei assim: “pai eu vou perder a aula, mas eu vim salvar esse borreguinho”. Aí meu pai deixou eu ficar em casa. Era uma borreguinha. **Essa borreguinha foi a minha história de vida [sua voz fica muito emocionada]** (ROSA, 2022, grifo nosso).

Ela continua relatando sobre a sorte que teve com essa ovelha que se multiplicou e foi a sua principal fonte de renda por um longo período, e a proporcionou adquirir muitos bens materiais. Inclusive ajudar seu ex-marido:

ela deu cria, criou. Ela tomava conta do rebanho, ela ia pro mato, a gente chamava, mimi, ela vinha pra casa com todos os rebanhos. E assim, com ela eu passei a me vestir, me calçar, a comprar minhas coisas, tudo. Comprei enxoval de casamento, comprei casa pra morar com minhas ovelhas e até a passagem dele [aponta para a casa do ex-marido que mora em seu quintal] pra vir embora pro Rio de Janeiro eu comprei com as minhas ovelhas. Porque elas foram criando, foram aumentando, foi produzindo, produzindo. Por isso que eu quero criar ovelha aqui, eu vou criar ovelha aqui, vou comprar um casal de ovelha e vou criar aqui, porque eu tenho muita sorte com ovelha. Não tenho muita sorte com galinha, mas com ovelha eu tenho. Eu tive muita sorte com ovelha (ROSA, 2022).

Com 11 anos ela sai da roça e vai para a cidade para tomar conta da sua tia que estava doente, este foi um outro momento importante de sua vida: *“fui tomar conta da minha tia que estava com diabetes e tinha que ficar na cidade pra tomar remédio todo dia. Eu fui pra cidade ficar com ela, foi quando eu conheci a cidade, eu não conhecia, com 11 anos de idade, porque a gente morava na roça”* (ROSA, 2022).

Mas, a sua tia acabou falecendo e a sequência de acontecimentos que ocorreram no dia de sua morte, acabou fazendo com que Rosa se tornasse conhecida na cidade pelos seus atos.

Aí essa história com a minha tia também foi uma história muito bacana, porque no dia que ela passou mal, todo domingo a gente ia à missa, né. Aí um dia de domingo ela amanheceu o dia e não acordou pra ir pra missa. Aí eu chamei ela, chamei, chamei “madrinha Severina, tá na hora de ir pra missa, o sino já bateu 3 vezes”. Ela não acordou, aí eu fui botei a mão (porque lá no Norte a gente não pode botar a mão em ninguém), mas eu fui lá pertinho dela, quando eu botei a mão nela, vi que ela tava [sic] respirando, mas não tava acordando. E a porta lá era umas portas altas, trancada de chave lá em cima e eu não conseguia abrir a porta, eu pulei uma janela que era baxinha e chamei a vizinha. Aí a vizinha veio, pulou a janela também, pra poder abrir a porta, e falou assim “vai lá chamar o farmacêutico”, porque naquela época não era médico, era farmacêutico. Aí eu saí. Eu fui pra chamar o farmacêutico, eu fui pra chamar o padre depois que acabou a missa pra vim lá vê-la. Então, depois eu fui chamar alguém pra ir chamar a filha dela que morava longe. E até hoje eu sou conhecida na minha cidade lá por causa disso que eu fiz, que as pessoas começaram a falar. Quando eu chego lá as pessoas “ah, você é a Rosa, que trabalhava com dona Severina, né, filha de Josué?” Aí eu falei sou. Aí eles lembram. Agora num tem mais ninguém que lembra porque a maioria já morreu e os que não morreu num vai lembrar mais, né (ROSA, 2022).

E ela termina de relatar os fatos de sua infância e adolescência contando as outras profissões que aprendeu a trabalhar nessa época:

Olha, na roça eu trabalhei, eu tecia, eu sei tecer, eu sei fiar, fazer fio, fazer esses barbantes. Sou tecelã, sou fiadeira, eu sou roçeira de verdade [voz carregada de

emoção]. Eu sou rapadeira de mandioca para as casa [sic] de farinha, eu ajudava a fazer farinha, né. Faço panela de barro, faço artesanato manual, faço também bonequinha de pano. Tudo isso eu aprendi a fazer da minha infância pra adolescência. Então a minha vida foi assim, foi sempre de muita luta (ROSA, 2022).

Então, com 17 anos ela se casa, com 18 teve a sua primeira filha e com 19 teve seu segundo filho. No período em que estava grávida de seu filho, seu marido partiu para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida, a deixando sozinha com os filhos na casa de seus pais. Ela ficou por 2 anos na casa de seus pais, mas, seu sogro obrigou seu marido a buscá-la. Assim, ela chega no Rio de Janeiro com apenas 20 anos de idade, sem nenhuma estrutura financeira e familiar, para acompanhar o marido a tentar uma vida melhor. Nesse momento ela se emociona demais e respira fundo para continuar relatando as dificuldades que enfrentou por conta de seu marido.

Cheguei aqui [no estado do Rio de Janeiro] em 66. [respira fundo para continuar a falando com muita emoção e lágrimas nos olhos]. E cheguei aqui enfrentei uma vida dura [ênfase] porque ele só gostava de beber [pausa]. Tudo que ganhava era pra beber e farra, dançar, ir para as farras, namorar e dependendo da família dele pra sobreviver (ROSA, 2022).

Diante dessa situação, ela começa a trabalhar de costureira em casa para conseguir sobreviver com os filhos pequenos em uma cidade grande e sem apoio.

Aí eu fui trabalhar de costureira, como eu tinha meus filhos pequeninhos [sic] eu fui trabalhar com costura, pega as costuras, trazia e fazia em casa. Meu sogro, pai dele, obrigou ele (ele tinha um revólver), meu sogro obrigou ele a trocar o revólver por uma máquina de costura pra mim. Aí eu fui vivendo, fui vivendo. Então, eu fui sobrevivendo assim (ROSA, 2022).

Algum tempo depois, o seu marido lhe abandona com os filhos pequenos para ir morar com uma amiga dela que era sua vizinha.

Aí quando foi em 70 ele foi embora de casa, com a minha amiga, morava assim porta com porta [expressão de indignação]. Aí eu morava em Caxias [Rio de Janeiro] numa casa minha que meu tio tinha me dado. Ele [o marido] me levou pra Queimados [Rio de Janeiro] pra pagar aluguel, e pegou a minha casa pra botar a mulher dentro [pausa pensativa e emocionada] (ROSA, 2022).

Após esse relato ela fica ainda mais emocionada, deixando transparecer a dor que passou naquele momento. Por conta dessas atitudes de seu ex-marido, ela acabou passando muitas dificuldades com seus filhos, o que me comoveu bastante.

Lá ele não pagou o aluguel, o que eu ganhava não dava, só dava muito mal pra eu comer com meus filhos. Aí eu fiquei na rua [voz tremula e olhar de tristeza]. Entreguei a casa [secando as lágrimas] e fiquei na casa da minha vizinha que era uma quitinete, era quarto, sala, cozinha e banheiro, pequenininho. Era do tamanho dessa casa aí do meu filho [mostra a casa do filho em frente onde estávamos], mas ela tinha um sobrinho que morava com ela. Quando era de noite eu botava o colchão no chão e dormia com meus filhos e minhas coisas tudo no meio do quintal, poucas coisas que eu tinha, né [bastante emocionada, sendo possível sentir a sua dor naquele momento]. A minha máquina ficou dentro da casa dela, que era o que eu costurava, de onde eu vivia (ROSA, 2022).

Era quase impossível não sentir a sua emoção e não ficar emocionada também. Essa metodologia tem esse poder, de nos permitir sentir a dor do outro e imaginar toda dificuldade enfrentada, simplesmente ouvindo atentamente.

Depois desse doloroso momento, ela se levantou e foi a luta e começou a trabalhar fora para conseguir sobreviver com os filhos com mais dignidade.

Aí eu comecei a trabalhar fora, aí comecei a andar pra conseguir trabalho fora, aí comecei a trabalhar fora. Comecei como vendedora de livro, mas ganhava muito pouco. Aí depois fui vender carnê do baú, mas ganhava pouco. Aí depois eu fui trabalhar na rádio Globo, porque antigamente os comerciais não eram feitos na televisão, eram feitos nas portas das lojas. Aí tinha um palhaço, que esqueci o nome, que fui trabalhar com ele na rádio Globo, ele ficava na rua fazendo a palhaçada e eu tocando disco lá, eu era disdeí [DJ], hoje em dia é disdeí, né [risos]. E eu ficava lá botando os discos pra ele tocar. Aí depois fui vender cafezinho na rádio Tupi, aí eu fazia rádio Tupi, que era na praça Mauá, e a Félix Pacheco, então eu vendia cafezinho neles dois ali (ROSA, 2022).

Nas diferentes ocupações que teve nesse período, a que mais marcou sua vida foi quando ela foi trabalhar no canteiro de obras da construção da ponte Rio-Niterói, onde ela conta com orgulho e emoção “*eu vi a Ponte Rio-Niterói ser feita*”. Lá ela iniciou como garçõnete e saiu como chefe de cozinha, foi aí que nasceu o amor pela cozinha e a experiência necessária para manter uma cozinha profissional, sem saber que essa experiência que lhe seria útil no futuro.

No período em que trabalhou no canteiro de obras da ponte Rio-Niterói ela conheceu o seu segundo marido e pai da sua filha mais nova, que lhe proporcionou melhores condições de vida. Nesse período ela também volta a costurar.

Aí lá na ponte eu conheci esse rapaz que me ajudou muito, que é o pai da minha filha mais nova. Me ajudou a cuidar dos meus filhos, me deu casa, me deu tudo, né. Eu tava [sic] com ele quando fiquei grávida da minha filha mais nova, aí ele falou “ah, para de trabalhar fora, fica em casa”. Mas eu nunca gostei de viver só da vida de homem, né (não ter seu próprio dinheiro). Aí eu voltei a costurar de novo pra fora. Costurei pra diversas firmas grandes, tanta firma grande que tem aí. Tem uma que ainda existe que minha irmã até costura pra ela também, que não lembro o nome (ROSA, 2022).

No entanto, ela se separou ficando sozinha novamente. Então, ela volta a trabalhar fora em diversos empregos e depois retorna de novo para a costura, chegando até a montar uma confecção com um sócio, onde trabalhou por 17 anos até que decidiram fechar por conta da queda nas vendas. Nessa época, ela já estava no período de se aposentar. Entretanto, ainda teve que trabalhar fora por 3 anos para completar o tempo necessário para receber o benefício previdenciário. Segundo ela isso ocorreu *“porque durante o tempo que eu tava [sic] de confecção eu não paguei o INSS. Ai faltava 3 anos pra eu me aposentar, voltei a trabalhar como acompanhante. Meu último emprego foi de acompanhante”* (ROSA, 2022).

Anos mais tarde ela pôde voltar as suas origens na agricultura, quando recebeu um convite de um amigo alemão, para tomar conta de seu sítio, porque ele teve que voltar para o seu país. E já tem 24 anos que ela está nessa propriedade.

Aí vim pra cá. Aqui foi uma história muito legal. Eu tinha uns amigos, tenho até hoje, que eles eram alemão [sic] e a irmã dele veio pra cá e comprou esse sítio e foi embora pra Alemanha e ele ficou aqui. Aí ele teve que voltar pra Alemanha também e me pediu pra vir tomar conta do sítio dele e eu tô aqui até hoje [risos]. 30 de outubro eu faço 24 anos que eu tô aqui. Cheguei aqui em 30 de outubro de 98 (ROSA, 2022).

Ela conta que quando chegou no sítio só tinha mato, agrotóxico e uma terra desgastada, quase sem vida, por conta da agricultura convencional. E que, aos poucos, ela foi transformando a realidade daquele local, com o apoio de suas filhas e de algumas empresas e projetos. Assim, ela começou plantando mudas de frutíferas com práticas agroecológicas.

Aqui era tudo convencional [agricultura] e só tinha meeiro. Num tinha nada, só tinha casa, mato, o resto era só plantação: milho, feijão, aipim, quiabo e um monte de coisa. Aí foi quando eu conheci esse projeto [um projeto voltado para agroecologia que ela não especifica], que eu fui e me engrejei [engajei] com ele. Aí depois que eu me engajei nesse projeto eu comecei a pensar em trabalhar com agroecologia. Aí comecei a plantar alguma coisa. Uma empresazinha me dava umas mudas, outra vinha e me dava outras, e foi multiplicando e foi virando. As minhas filhas começaram a gostar também, aí a gente começou a ficar nessa de trabalhar com a agricultura não convencional, agroecológica. Aí elas gostaram também e a gente começou a trabalhar com isso. Isso foi em 2005 que eu comecei com esse projeto. Aí depois foi me reativando e fomos plantando, fazendo lago. [...] E veio o sítio Santa Bárbara com Agroecologia e tô aí nessa vida e só saio daqui quando eu morrer, se Deus quiser! (ROSA, 2022).

Rosa é uma mulher de 75 anos bastante ativa e se encontra com disposição total para as tarefas diárias do sítio. Em continuidade a fala anterior ela complementa dizendo que só sai do sítio se morrer ou se já não tiver mais em condições de cuidar de si, e esboça ser de sua vontade ir para um asilo.

não, quando eu morrer não, se eu não morrer boa, uma pessoa lúcida, já falei, no dia que eu não puder lavar a minha roupa, fazer a minha comida, cuidar de mim, pode me botar no asilo. Já fiz até uma carta, se alguém falar “poxa as filhas largaram ela no asilo”, largaram não, ela pediu. Eu estou pedindo lúcida e estou falando com todos os meus amigos a mesma coisa. Pra depois quando os meus filhos me botarem no asilo não achar que foi [sic] eles que me abandonaram. Não, sou eu que não quero dar trabalho dobrado pra eles. Porque eu sei o trabalho que é. Eu tive um irmão aqui, eu tive o trabalho dobrado. [...] Eu trabalhei em asilo. Os velhos ficam dentro de casa sem ter ninguém pra dar bom dia, sem ter ninguém pra conversar. Porque as filhas não tem tempo pra ele. No asilo, ele tem com quem conversar, pessoas da idade dele. Tem com quem brigar, tem tudo. Tudo que um velho gosta tem dentro de um asilo. [...] falo sempre isso, me ponha no asilo (ROSA, 2022).

Em conformidade com esse momento, ela declara ser uma mulher de personalidade forte que não tem medo da opinião dos outros a seu respeito e possui muito amor próprio:

A gente precisa ter muita consciência para realmente se valorizar. Porque quando a gente não se valoriza, ninguém te valoriza. **Eu não me incomodo de ninguém tá achando que eu tô certa ou que eu tô errada. Eu acho que eu tenho que ser eu.** Eu tô certa? Eu tô bonita? Eu posso tá todo mundo achando que eu tô feia, mas se eu achar tô bonita. Eu me visto do jeito que eu me gosto. Às vezes eu boto uma roupa, dizem: “Ah, tá bonita”, mas eu vou no espelho, eu não gosto, eu não visto. **Porque eu acho que primeiro lugar a gente tem de gostar da gente. Nós temos que nos amar pra podermos amar o outro** (ROSA, 2022, grifo nosso).

Ela também fala que em sua região muitas pessoas não gostam dela pelo simples fato de ser separada e seu ex-marido morar em seu quintal. Mas, ela deixa claro que não se abala com isso.

Por que que eu vou ter vergonha de dizer que eu sou separada? Eu não tenho vergonha disso! Eu tinha vergonha de viver com um homem com ele me batendo todo dia, aí eu tinha vergonha. Agora, dizer que eu sou separada, de jeito nenhum. Dizer que eu criei meus filhos sozinha, num [sic] tenho vergonha nenhuma, pra mim é motivo de orgulho, pra mim é um grande orgulho. Se alguém não gostou, problema de quem não gostou. É porque ele é machista, é egoísta ou tem alguma coisa. **Eu não faço questão que ninguém diga que não gosta de mim porque eu sou separada. Não gosta, problema.** Aqui mesmo eu sei que tem muita gente que não se dá comigo porque eu sou separada, porque o pai dos meus filhos mora aqui no meu quintal, mas eu não ando atrás dele, não falo para ninguém que ele é marido meu, porque ele não é. As pessoas não gostam. Outro dia eu cheguei num sei aonde a mulher disse: “a mulher do Deda” eu disse: “mulher de quem? Quem é mulher do Deda? Você? Porque eu não sou não”. Ora, eu hein (ROSA, 2022, grifo nosso).

Interessante ressaltar a fala sobre as sete coisas que são muito importantes para ela, expressando ser detentora de uma grande sabedoria de vida:

Primeiro é Deus, segundo é nossa mãe Terra, porque nós não fazemos nada na nossa vida que não vem da mãe Terra. Até quando nós morremos nós voltamos pra mãe Terra. Terceiro: a nossa saúde. Se nós não tivermos saúde nada nós fazemos na vida. Quarto: a nossa família. Se nós não tivermos a nossa família para nos dar apoio nós

não somos nada. Quinto: os nossos amigos. Porque se nós não tivermos amigos não somos nada na vida. O que que você estaria fazendo aqui se eu não tivesse um amigo que tivesse me indicado pra você? Então, tudo na nossa vida depende dessas pessoas que são os nossos amigos. Sexto: o nosso trabalho. Porque nós temos que trabalhar para viver. Sétimo: o dinheiro, que é o menos importante nisso tudo que temos, mas que, infelizmente, nós precisamos do dinheiro. Mas, ele é o sétimo porque se nós tivermos o dinheiro, mas não tivermos todas essas outras seis coisas pra trás, o dinheiro não vale de nada pra você (ROSA, 2022).

Em seu estudo, Siliprandi (2009), as falas de suas entrevistadas vêm dialogando com esse ponto de vista de Rosa, que da mesma forma que elas, também vem deixando um legado inspirador. Em sua simplicidade, ela demonstra um olhar diferente para as diversas partes da vida, transparecendo um comportamento sustentável, livre da ganância financeira, no qual o mais importante em sua vivência é estar em constante luta em defesa do meio ambiente e da saúde humana. Além disso, ela também preza por construir e fortalecer as relações familiares e sociais para melhoria da qualidade de sua vida.

Ainda sobre o relato de quando ela chegou em seu sítio, teve um momento, no dia da entrevista, antes de começar a narrar sua história de vida, e que não estava sendo gravado ainda, Rosa conta que, quando começou a plantar suas primeiras frutíferas no sítio, ela também foi trabalhar em uma cozinha comunitária, próxima à sua casa. Essa cozinha foi feita através de um projeto para o processamento e beneficiamento de sobras da agricultura familiar. Enquanto ela me contava esse acontecimento, utilizei meu diário de bordo, onde eu anotei o seguinte:

essa cozinha era usada por cerca de 20 mulheres agricultoras familiares. Lá ela pôde colocar em prática os dotes culinários e a experiência adquirida quando trabalhou no canteiro de obras da ponte Rio-Niterói. Além disso, também teve a oportunidade de se aprimorar em um curso de especialização em doces, desenvolvido por um professor de gastronomia da UFRRJ. Depois essa cozinha acabou fechando devido a problemas na infraestrutura. Foi então que ela decidiu construir sua própria cozinha comunitária. Ela vendeu uma casa que tinha no Rio e construiu a sua própria cozinha industrial, a cozinha Colher de Pau, com o dinheiro da venda e com a ajuda de amigos e projetos (FERREIRA 2022).

Atualmente a cozinha Colher de Pau é uma cozinha industrial e comunitária (Figura 3) que ela permite que outras agricultoras possam usar para fazer o processamento e beneficiamento do que plantam. Lá ela processa e beneficia tudo que planta e colhe em suas terras, realizando o aproveitamento de cascas e folhas, por exemplo. Sua produção conta com mais de 20 tipos de geleias em compota, com sabores que vão desde o mais simples, como goiaba, até combinações mais exóticas e sofisticadas, como de manga com pimenta e laranja com especiarias. E também farinhas, bananada e banana passas e pastas com o aproveitamento

de partes de frutas que seriam descartadas como, por exemplo, a pasta de chaya com caroço de jaboticaba e especiarias (Figura 4).

Figura 3 – Cozinha industrial comunitária Colher de Pau



Legenda: Banner de entrada da cozinha (A). Interior da cozinha (B e C). Equipamentos para o processamento dos alimentos (D).

Fonte: A autora, 2022.

Figura 4 – Produtos que são processados, beneficiados e vendidos no sítio de Rosa



Legenda: Geleias, compotas e pastas (A). Banana passas (B). Bananada (C). Farinha de berinjela (D).
Fonte: A autora, 2022.

Além das frutíferas que, segundo ela, hoje já são mais de 60 pés, Rosa também planta aipim, quiabo, feijão e outros produtos. Tudo com práticas agroecológicas. Seu sítio se tornou uma potência na produção de frutas e produtos agroecológicos. Com diversidade, sombra, solo fértil, alimento e renda, o sítio Santa Bárbara se tornou referência em agroecologia e recebe muitos visitantes, para almoços comunitários, vivências em agroecologia, oficinas de boas práticas de cultivo sem agrotóxicos, oficinas de aproveitamento integral de alimentos, compostagem, plantio de mudas, construção de lagos com garrafas PETs e oficinas de produção de sabão.

Ela se tornou uma microempresendedora rural e sua empresa hoje fornece seus produtos para eventos, feiras orgânicas e para a merenda escolar de algumas escolas do Estado do Rio de Janeiro através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Rosa, assim como outras mulheres rurais, que teve contato ao longo da vida, teve muita dificuldade para conseguir desfrutar dos benefícios e financiamentos rurais. Ela conta, indignada, como foi e ainda é difícil o reconhecimento da profissão agricultora na hora de acessar um financiamento, pelo simples fato de ser mulher.

*[...] eu sei porque eu nasci na roça e me criei na roça. Isso é do tempo dos nossos bisavós e tataravós, as mulheres que trabalhavam e os homens que são os donos das coisas e tem direitos aos recursos financeiros. **É revoltante como que a agricultura não reconhece as mulheres como agricultora de verdade. É muito difícil. E nem elas próprias se reconhecem, na maioria das vezes** (ROSA, 2022, griso nosso).*

Quem está de fora do setor agrícola não acredita que ainda existe essa desigualdade de gênero, mas ela é real e dificulta muito a vida das trabalhadoras. Sobre esse assunto ela complementa: “*A mesma coisa, a mulher vive com o homem, aí vem um projeto do governo, ela diz: “não, eu sou casada”. Mentira, ela não é casada no papel, ela pode dizer que ela é solteira, ela ter o direito dela e ele ter o dele*” (ROSA, 2022).

Com muita persistência e participação em diferentes coletivos e grupos de apoio, como o GT Mulheres da AARJ e o GT Mulheres da Serrmar, que discutem, apoiam e trabalham pela agroecologia, ela tem conseguido superar estes e outros desafios.

Hoje Rosa é referência em agroecologia no Estado do Rio de Janeiro, sendo bastante reconhecida por seu trabalho dentro da agroecologia e por sua luta pelos direitos da mulher. Ela já ganhou o segundo lugar na premiação do Sebrae, Mulher de negócios. Tem diversas menções honrosas e certificados que exhibe com orgulho em seu escritório (Figura 5). Já foi notícia de jornais, já apareceu em um programa da Globo, e já foi até para Londres para falar do seu trabalho em seu sítio e adquirir outras experiências.

Figura 5 – Escritório da agricultora Rosa



Legenda: Prêmio Sebrae Mulher de Negócios (A). Certificados e menções honrosas (B).
Fonte: A autora, 2022.

Uma mulher de fibra, guerreira, agricultora de sorriso cativante e abraço apertado, que me recebeu com muito carinho e atenção. Seu passado foi relatado com detalhes e emoção que me deixou encantada e honrada de ter tido a oportunidade, através deste estudo, de conhecê-la.

c) Violeta

Nascida em Casimiro de Abreu/ RJ, Violeta tem 51 anos, é mãe, separada, viveirista e agricultora, também assentada no Assentamento Visconde em Casimiro de Abreu/RJ, desde 2005. Ela começa contando que sua relação com a terra vem de seu signo, Capricórnio, dando ênfase que “Capricórnio é da terra mesmo”. Seu interesse por plantar e se relacionar com a natureza começou a aflorar ainda criança, através de sua mãe:

*Eu sempre gostei de roça e de plantar. Minha mãe também sempre gostou de plantar. Ela morava assim na área urbana, mas não era tão urbana, que era ali em Professor Souza [distrito de Casimiro de Abreu/RJ]. Antigamente era urbana agora tá mais movimentado de casa. **Eu vim pegando esse jeito dela então até chegar aqui.** Quando cheguei aqui, e sempre gostei de andar ali pelos morros de Professor, ia com o pessoal mais velho, eu era criança. A gente ia pegar coco de pindoba, ia pegar lenha, então sempre gostei de tá no chão, pé no chão, de pegar e fazer coisa da natureza mesmo, só que não entendia (VIOLETA, 2022, grifo nosso).*

Em 2005 Violeta chegou em sua propriedade atual e foi transformando-a: “Quando entrei pra cá isso aqui era cheio de mato. Aí eu fui pegando a enxada e fui limpando e aí fui limpando”. Mas, foi só em 2006 que ela começou a trabalhar com a agricultura e entender de fato como é esse processo de produzir alimento: “Aí fui entender mesmo em 2006, aí que eu fui passar a entender a agricultura e conhecer mais essas coisas. Só que eu sempre gostei e sempre tive no meio. Só que eu não entendia” (VIOLETA, 2022).

Posteriormente, ela recebe um convite para fazer parte do Projeto da Associação do mico-leão-dourado¹⁰, como viveirista, para fazer mudas nativas, que são importantes para ajudar no reflorestamento de árvores das espécies que se encontram ameaçadas de extinção devido à fragmentação de seu habitat. De acordo com Violeta, o projeto, atualmente, conta com 7 viveiristas que realizam o plantio das mudas de árvores nativas, que são então compradas e utilizadas no reflorestamento da Bacia hidrográfica do rio São João, onde se encontra a espécie do mico-leão-dourado. Em suas palavras:

E aí em 2014 um rapaz que trabalhava no Mico leão veio aqui procurando alguém que se combinasse com o projeto que ele tava [sic] querendo. Quería um agricultor que tivesse família e gostasse realmente da roça. Porque tem gente que mora na roça, mas não gosta da roça. Ele mora lá porque ele gosta de sossego não porque ele quer plantar e quer viver disso. É uma associação que estava precisando de 7 viveirista, porque o mico-leão estava em extinção. Então, eles estavam procurando 7 pessoas que pudesse plantar a árvore nativa da bacia (hidrográfica) pra esse mico-leão, porque só é encontrado nessa bacia. Então, eles têm que comer as árvores daqui comer as cascas de árvores e as frutas dessa bacia. Então, por isso que os viveirista são de Silva Jardim e eu aqui de Casimiro, porque está envolvido nessa bacia do Rio São João. Então, aonde passa o Rio São João faz parte dessa bacia. Então, a gente tem que plantar pra ele, pra aumentar a floresta pra fazer corredor [ecológico] pra eles passarem de um lado para outro, essas coisas (VIOLETA, 2022).

Em sua narrativa, relembra como foi o dia em que decidiu entrar para o projeto e fala sobre o viveiro que foi construído em sua propriedade para que pudesse fazer as mudas.

Aí chegou até aqui em casa, eu tinha levado as crianças pra creche, meu marido já conhecia ele e mostrou os potes de guaravita que eu plantava as plantinhas. Aí ele foi se interessando. Aí quando eu cheguei da escola de tarde, ele ainda tava [sic] aqui, ele foi conversando comigo e perguntou se eu queria entrar no projeto de viveirista, pra plantar muda nativa. Aí eu me interessei, entrei no projeto. Aí eles fizeram o viveiro. Aí em 2014, em dezembro eu vendi as primeiras mudas. Aí de lá pra cá eu continuei nesse projeto e aí foi aparecendo mais e mais projeto e eu tô sempre entrando, e é isso. Aqui em Casimiro só tem eu de viveirista, o resto estão tudo lá em Silva Jardim. Aí eu planto pra eles (VIOLETA, 2022).

¹⁰ Disponível em: <<https://micoleao.org.br/agricultura-familiar-e-producao-de-mudas/>>.

Então, o viveiro (Figura 6) foi implantado em sua propriedade através do “Projeto Restaurando Paisagem e Implantação de Viveiros em Propriedades de Agricultores Familiares, executados pela Associação Mico Leão Dourado (AMLD)” (ASPTA, 2023), gerando renda e contribuindo para a conservação florestal. Desde então ela tem realizado esse trabalho com satisfação e orgulho, sendo perceptível em sua fala.

Num [sic] parece não, mas até lá nos EUA tem foto minha [risos]. Tem um pessoal lá de Miami que todo ano vem pra cá, e aí vem a Associação e querem vir para o viveiro pra conhecer. Tem um professor que traz os estudantes pra cá, os alunos que estudam biologia. Ai eles ficam aqui uma semana. Todo ano é uma turma diferente. Ai pra eles mostrarem pra os pais saberem pra onde os filhos estão indo, tem lá a minha história, a minha foto, tem a foto de alguns da Associação do Mico-Leão, a foto do tradutor pra poder convencer os pais a deixarem os filhos virem a participar do projeto aqui no Brasil. E isso aí já é nota para as crianças (VIOLETA, 2022).

Figura 6 – Viveiro de Violeta



Legenda: Algumas mudas que já estão prontas para venda (A). Violeta mostrando as mudas de epífitas (B).
Fonte: A autora, 2022.

As mudas são produzidas a partir de sementes coletadas das árvores matrizes da região, o que é extremamente importante por garantir condições ecológicas parecidas entre os locais de produção das mudas e de reflorestamento (ASPTA, 2023). Essas sementes são, então,

plantadas em saquinhos plásticos, o que incomoda Violeta, pois esses saquinhos, se descartados incorretamente, acabam poluindo a natureza. Por isso ela tem testado plantar na casca do cacau (*Theobroma cacao*). Em seus testes iniciais, ela plantou algumas mudas de plantas da família Cactaceae (Figura 7), o que tem gerado bons resultados.

Figura 7 – Muda de Cactaceae plantada na casca do cacau



Fonte: A autora, 2022.

Durante suas narrativas, Violeta relembra que no período da pandemia acabou perdendo 1700 mudas de canela amarela (*Nectandra lanceolata*), cujas sementes foram coletadas por sua família em uma região de morro, próximo a sua casa. Esse episódio marcou bastante a sua fala, com expressão de tristeza ao lembrar:

minha filha menor ela tava sem blusa só de shortinho e ela achou um lugar que só tinha dessa semente, porque a semente dessa árvore é uma bola e cai e sai rolando morro abaixo. E ela achou um lugar que a semente foi caindo, ela ficou um tempão com o copinho de guaravita enchendo. Aí eu trouxe a semente pra casa e plantamo [sic] pra vender pra associação. Aí veio a pandemia, parou tudo e as sementes continuaram crescendo no saquinho. Aí tava com 90 cm, já não ia plantar mesmo, eu abandonei elas, então foi triste ver as plantas secando, já tinha passado a época de plantar. Então aquilo me entristeceu muito, porque eu vi as crianças pegando as sementes, as crianças ficavam muito felizes em achar as bolotinhas de semente. Aí resultado: entristeceu, eu dei uma parada do plantio. Agora eu vou começar de novo porque tem pra quem vender (VIOLETA, 2022, grifo nosso).

Como a pandemia está mais controlada, ela já está conseguindo uma demanda mais alta de mudas para reflorestamento. Tanto que, no dia da entrevista, tinha um caminhão saindo de sua propriedade cheio de mudas que foram compradas, zerando seu estoque e ela irá retomar as etapas de produção novamente.

Vou começar a plantar agora, porque ele [o comprador das mudas] falou que não vou perder. Agora essas plantas que foram hoje, foi também para reflorestamento. Aí acabou as plantas. Agora vou começar a plantar de novo porque esse rapaz garantiu que em dezembro vai pegar mais. Aí vou começar a coletar semente (VIOLETA, 2022).

Uma das etapas primordiais em seu trabalho é a coleta das sementes das árvores existentes em sua região. Durante sua fala, comentou que a próxima remessa de mudas seria da árvore Guapuruvu (*Schizolobium parahyba*), conhecida como a árvore dos índios e cujas sementes, quando friccionadas umas contra as outras, emitem som de moedas e encantam as crianças. Ela me contou a sua história, que por sinal é muito bonita e interessante.

Essa é a árvore dos índios. A história dessa árvore é que quando nascia um menino o pai plantava uma semente dessa. Aí quando a árvore já estava na época de fazer uma canoa, o próprio índio, a criança que já era adulta, cortava essa árvore que o pai havia plantado pra ele e fazia a canoa dele. Então a primeira canoa dele era com essa árvore que o pai plantava. É uma história muito bonita (VIOLETA, 2022).

E ela continua dizendo que “cada árvore tem a sua história e uma história mais bonita que a outra”. Essa frase foi uma das mais bonitas que ela disse durante a entrevista e realmente me marcou, senti nitidamente como ela faz seu trabalho com amor.

Hoje ela está à frente de sua produção de mudas e de outras plantações sozinha. Segundo ela, suas filhas, que já são adolescentes, não gostam mais de realizar as tarefas rurais, ficando apenas com as tarefas de casa.

Minhas filhas só ajuda em casa [sic]. Quando eram menor até ajudavam no viveiro, mas agora cresceu não quer mais saber. Geralmente as crianças não querem ficar na roça por causa do jeito que são tratadas na roça. Eu não obrigo as minhas filhas a me ajudarem na roça, porque eu não gosto de nada obrigado. Não gosto de obrigar ninguém e não gosto que ninguém me obrigue a nada. Então eu não obrigo elas, eu deixo só elas ver. Se elas me ajudassem mais na roça a gente ia plantar mais e ia vender mais. Porque se você planta, você vende, mas eu não obrigo ela. Eu mostro pra elas esse lado. Mas ela ainda tá com a mente fechada, quando ela abrir a mente, aí sim vai ser diferente, ela vai passar a gostar da roça (VIOLETA, 2022).

Em um outro momento ela relata que seu marido foi embora há cerca de um ano, mas, que também não gostava de ajudá-la com as atividades rurais. Assim como acontece em muitas

famílias rurais, o homem acaba desvalorizando o trabalho feito pela mulher na roça (TEDESCHI, 2007). Na família de Violeta não foi diferente: “*Típico de homem da roça que não gosta de ajudar a mulher que acha que plantar é fácil, então ele falava ‘isso é coisa de mulher’, e não me ajudava*” (VIOLETA, 2022).

Além de fazer as mudas de árvores nativas que são compradas pela Associação do mico-leão-dourado, ela também faz mudas de suculentas e cactos (Figura 8), que são vendidas na feira da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) de Macaé/RJ, e planta em sua propriedade feijão, milho, alho e cebola, tudo com práticas agroecológicas e são vendidos localmente e para uma cooperativa.

Figura 8 – Mudanças de suculentas e cactos



Fonte: A autora, 2022.

Muitos de seus conhecimentos com as plantas e sobre as histórias das árvores vem da sabedoria tradicional adquirida com as pessoas mais velhas e observando a natureza:

eu gosto muito de observar a natureza e de ouvir as pessoas mais velhas, as pessoas mais experientes. Porque o melhor conhecimento que você pode ter na vida é você ouvindo os mais velhos. Os mais velhos têm para te oferecer. E é de graça, basta só você parar pra escutar eles (VIOLETA, 2022).

Além disso, ela também é bastante engajada com as causas da agroecologia, participando de grupos de apoio, como o GT Mulheres da Serramar. Aliás, o fato de fazer parte da Associação do Mico-Leão-Dourado proporciona à Violeta poder participar de oficinas,

eventos e cursos. A sua participação em eventos e vivências agroecológicas permitiu a ela adquirir as experiências necessárias para desenvolver seu trabalho.

Para além da questão financeira, é fácil reconhecer seu envolvimento afetivo em suas atividades de viveirista. Violeta demonstra ter uma ligação muito forte com a natureza e, principalmente, com as árvores. Ela sabe a história das árvores que tem em sua propriedade e que utiliza para fazer as mudas. E, está tão mergulhada nessa ação de produção das mudas, que a história das árvores e a vida dela acabaram se entrelaçando, moldando a sua história de vida. Então, as histórias das árvores, de alguma forma, também fazem parte da história da vida de Violeta.

Um outro ponto importante a ser comentado é o fato dela também fazer parte da luta pela terra através da reforma agrária, pois mora em um assentamento. Contudo, Violeta não deixou explícito sobre isso em sua entrevista. Em sua fala, ela priorizou contar sobre o seu trabalho como agricultora e viveirista, enfatizando e refletindo, em diferentes momentos, sobre as questões ambientais e de gênero na agricultura.

d) Camélia

Natural de Cabo Frio/RJ, Camélia também é assentada no Assentamento Visconde em Casimiro de Abreu/RJ, tem 58 anos, é casada e mãe de 3 filhos biológicos e “3 do coração”, segundo ela, e também é avó. Atualmente só o filho mais novo mora com ela e o marido, pois os outros já se casaram e saíram de casa. Filha de agricultores, nasceu e cresceu imersa na agricultura:

Eu nasci dentro da agricultura. Meus pais já eram agricultores e então eu fui acostumada com muita fartura, né? Então, saco de batata doce, abóbora no canto. Cebola e alho, aquelas tranças na porta pendurada. Carne de porco naquela época não era frio assim [não tinha geladeira] era nas latas [também tinha] galinha caipira. Então, muita fartura de alimento (CAMÉLIA, 2022).

Logo após se casar, ela sai da roça e vai para cidade para trabalhar, em busca de melhores condições de vida. Só depois que ela consegue retornar para a agricultura:

Depois de um tempo surgiu uma proposta e eu fui para Itaboraí e lá surgiu a proposta de um sítio. Aí, eu já tava [sic] morando, mas era sítio dos outros. Aí, saiu uma proposta pra aqui [Assentamento Visconde]. Aí, voltei pra cá e já tô há 22 anos trabalhando dentro da agricultura (CAMÉLIA, 2022).

Fica evidente que retornou para o setor agrícola por conta de ter sido acostumada pelos seus pais com muita fartura, proporcionada pela agricultura. Dessa forma, ela traz essa experiência para o seu cotidiano. Assim, ela expõe que,

além de gostar da casa farta eu tenho outra coisa: eu sempre falo que eu sempre gostei de comer bem, né? (risos). E acostumada com a horta de quintal, alface, tomate. Isso aí minha mãe sempre tinha, direto, o ano inteiro. E aí eu trouxe isso aqui pra dentro da nossa cultura também (CAMÉLIA, 2022).

Atualmente, ela só trabalha em seu sítio, mas nem sempre foi assim:

Quando eu vim morar aqui comecei vendendo aipim na rua. Vendi muito aipim em Rio das Ostras, no início em caixa. Eu comecei vendendo 4 caixas de aipim, depois já tava [sic] vendendo 30 caixas de aipim, por semana. Fornecia pros quiosques, salgadeira. E depois um dos clientes dos quiosques, surgiu a proposta de fazer já as porçõezinhas pra entregar. Aí passei a fazer as porçõezinhas, passei a entregar nos quiosques, nos restaurantes de Rio das Ostras e Cabo Frio (CAMÉLIA, 2022).

Nessa época ela e sua família também mantinham plantações de subsistência, o que ajudava na parte financeira da casa: *“além da gente produzir o aipim pra gente revender, eu tinha sempre um pouco de feijão pra gente. Aí eu plantava só pra casa, milho e sempre verdura, uma couve, uma mostarda, uma beterraba. Então a parte de horta sempre fizemos”.*

Ela demonstrou muito orgulho ao falar como economizou nas despesas com sua família e aproveitou a renda que fazia no verão com as vendas de aipim para reformar a sua casa:

quando eu vim pra cá, minha casa era só no tijolo, não tinha varanda, não era embolsada, não tinha nada. E com isso eu comecei, né, cuidando. E no verão a gente comprava roupa, calçado que dava pro ano inteiro. Aí, eu tinha meu filho pequeno, o caçula, eu comprava 4 ou 5 camisas que aí eu já sabia que dava para o ano inteira. De 2 a 3 shorts, uma calça e 1 par de sapato, que aí passava natal e o ano novo, né, de roupa nova. E o restante fica pro decorrer do ano. E assim eu fui fazendo. Porque no verão ganhava mais e na baixa temporada o que entrava era só pra manter as despesas (CAMÉLIA, 2022).

Quando seus filhos eram pequenos todos ajudavam nas atividades desenvolvidas nas plantações: *“naquela época eu já tive 600 pés de alface, todo muito pegava junto” (CAMÉLIA, 2022).*

Mas atualmente só trabalha ela e o esposo, com a ajuda esporádica do filho mais novo. No entanto, ela deixa transparecer que seu marido não gosta muito da roça, dando a entender que quem está à frente das plantações é ela: *“meu esposo também num [sic] gosta muito de roça não, anda meio cansado (risos com pausa). Aí sou eu mais meu filho que tem 22 anos. Tem época que fica na lavoura, tem época que sai” (CAMÉLIA, 2022).*

Hoje sua renda é toda do seu sítio, por meio das plantações de feijão, milho e abóbora, e agora também, alho e cebola que começaram a produzir em parceria com a cooperativa Agroverde.

Por conta de sua idade e por ser uma trabalhadora rural, ela já pode receber o benefício previdenciário. Porém, a situação ainda é de espera: “*Eu dei entrada com 55 anos, dei entrada pelo fundo rural, e eles me negaram, né. Ai eu tô [sic] aguardando*” (CAMÉLIA, 2022).

Em um outro momento de sua narração, Camélia conta que começou a fazer parte do grupo de Agroecologia da Serramar e depois, quando surgiu o GT Mulheres da Serramar, ela entrou com a função de “antena” do grupo que, segundo ela, tinha a função de captar outras mulheres e divulgar informações do grupo e para o grupo.

Camélia é vizinha de Violeta e, no dia de sua entrevista, que foi realizada no mesmo dia da entrevista com a Violeta, ela chegou à casa da amiga quando estávamos finalizando a entrevista, e aproveitamos para realizar a sua ali mesmo. Tive a impressão de que, pelo fato dela não estar em sua residência, e na presença de sua vizinha, sua história de vida tenha sido mais sucinta.

Na forma como ela se expressou e por ter relatado que sempre foi uma agricultora orgânica fica nítido seu comprometimento com a agroecologia. Além disso, por ela também ser uma assentada no Assentamento Visconde em Casimiro de Abreu/RJ, é possível perceber que ela também está envolvida com a luta da reforma agrária. Embora, ela não tenha relatado especificamente sobre como se deu seu processo de aquisição do seu sítio, que foi através da reforma agrária.

3.1.2 Resumo das informações sobre as participantes da pesquisa

A seguir é apresentado o Quadro 1 que sintetiza e explicita um panorama geral das principais informações das participantes desta pesquisa (Figura 11), que foram emergindo em suas falas em diferentes momentos. Dessa forma, pode-se visualizar, de forma rápida, as informações sobre as agricultoras que moldam o seu perfil agrícola.

Quadro 1– Informações básicas sobre as participantes da pesquisa

Participantes	Margarida	Rosa	Violeta	Camélia
Idade	54 anos	76 anos	51 anos	58 anos
Naturalidade	Nova Iguaçu/RJ	Cuité, Paraíba	Casimiro de Abreu/RJ	Cabo Frio/RJ
Estado civil	Separada	Separada	Separada	Casada
Filhos/Netos	Sim/Sim	Sim/Sim	Sim/Não	Sim/Sim
Pais agricultores	Sim	Sim	Sim	Sim

Tempo na agroecologia	11 anos	24 anos	17 anos	28 anos
Tipo de moradia	Assentada	Comodato	Assentada	Assentada
Aposentadoria	Não	Sim	Não	Não
Participação em outros grupos além do GT Mulheres	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: A autora, 2022.

Figura 9 – As participantes da pesquisa: Margarida, a pesquisadora e sua filha, Rosa, Violeta e Camélia



Legenda: Margarida, eu e Maitê, minha filha (A). Rosa e eu (B). Eu e Violeta em sua lavoura de milho (C). Eu e Camélia.

Fonte: A autora, 2022.

Através das informações coletadas e analisadas em suas histórias de vida, é possível perceber que essas mulheres partilham de uma vida sobrecarregada e, ao mesmo tempo, de uma força para lutar por mudanças, que outras agricultoras apresentaram em outros estudos voltados

para a temática das mulheres na agricultura (TEDESCHI, 2007; SANTOS, 2019; RIBEIRO, 2020). No entanto, é importante frisar que não devemos romantizar essa força feminina e a sobrecarga de trabalhos que essas mulheres possuem, que ocorre por necessidade de sobrevivência. Porém, cumpre “reconhecer que essa força vem de dores, lágrimas, mas também de muita esperança, luta e solidariedade, sobretudo entre as próprias mulheres (SANTOS e SCHOTTZ, 2021, p. 91-92).

A escuta atenta (AUGRAS, 2009) de suas histórias de vida me permitiu identificar as categorias analíticas que serão apresentadas a seguir.

3.2 As categorias analíticas

Após a análise material coletado, observei que nas falas sobre as experiências atuais das participantes, na agricultura, alguns temas se repetiam, em pelo menos duas histórias de vida. Por isso, julguei pertinente a construção do Quadro 2, apresentando como as categorias analíticas foram formadas a partir dos conteúdos frequentes que emergiram nos relatos. Nesse quadro exponho os conteúdos mais frequentes nas entrevistas, em relação às atividades agrícolas atuais, mostrando seu significado nas falas das participantes e que categoria irá formar.

Quadro 2 - Relação entre conteúdo abordado, seu significado e a categoria formada

Conteúdos mais frequentes	Significado	Categoria formada
Orgulho de ser agricultora	Quando elas se autodeclaram agricultoras com orgulho e felicidade	O do autorreconhecimento como agricultora
Caderneta agroecológica	Onde elas realizam as anotações de suas produções	O do autorreconhecimento como agricultora
Participação nos GTs e apoio na pandemia	Quando elas falam da ajuda que recebem dos grupos de apoio.	A importância dos grupos de apoio
Estimulação dos sentidos	Quando é relatado sobre parar para ouvir a natureza	Percepção ambiental e práticas agroecológicas
Sentimento <i>topofílico</i>	Quando elas relatam preferir a tranquilidade da roça ao invés da cidade	Percepção ambiental e práticas agroecológicas

Troca de sementes; Rotação de culturas; Plantio de milho; Urina de vaca; Adubação verde; Plantar em sintonia com a natureza;	Quando elas relatam as práticas alternativas que utilizam em suas produções.	Percepção ambiental e práticas agroecológicas
Uso dos quintais;	Quando elas relatam sobre aproveitar tudo que o quintal produz para consumo e renda.	Percepção ambiental e práticas agroecológicas
A reaproveitamento de óleo; Aproveitamento da casa da banana.	Quando elas relatam sobre o reaproveitamento do óleo de fritura para fazer sabão e o aproveitamento de partes de frutas que seriam descartadas	Percepção ambiental e práticas agroecológicas.
Veneno	Quando elas falam sobre plantar sem usar agrotóxico.	Percepção ambiental e práticas agroecológicas
Reflorestamento	Quando elas falam sobre a importância de plantar e proteger as árvores em seus sítios.	Percepção ambiental e práticas agroecológicas

Fonte: A autora, 2022.

À vista disso, as categorias que se seguem emergiram das falas das participantes. São elas: O autorreconhecimento como agricultora; A importância dos grupos de apoio e da Serramar; Percepção ambiental e práticas agroecológicas.

Dessa forma, nas categorias abaixo apresento e discuto as falas das participantes, individualmente para melhor interpretá-las.

3.2.1 O autorreconhecimento como agricultora

Esta categoria foi formada a partir de um assunto importante para as mulheres rurais, que é a valorização de seu trabalho no campo. Suas falas demonstram a visão que elas têm sobre se autorreconhecerem na profissão de agricultora.

Ouvir atentamente a história de vida das entrevistadas me permitiu observar que todas elas, ao narrar suas trajetórias, passam por um processo reflexivo e vem se autorreconhecendo enquanto agricultora e pertencente ao espaço rural, em diferentes momentos. É interessante refletir, como as histórias de vidas de mulheres rurais são únicas, mas, ao mesmo tempo, possuem questões que se assemelham. Talvez, por partilharem da mesma rotina sobrecarregada,

dos mesmos desafios e por, historicamente, terem muitas questões a serem superadas, por vezes, em seus relatos, chegaram até a usar as mesmas palavras, mesmo sem estar presente durante as narrativas umas das outras.

As participantes se autorreconhecem como agricultoras, relatando o orgulho que sentem por sua profissão e por serem protagonistas no campo, sendo perceptível em suas falas e semblantes.

Margarida (2022) diz com sorriso no rosto: *“Eu sempre fui uma pessoa feliz por ser agricultora. Eu gosto. Eu sempre troquei a cidade pela tranquilidade, né! E isso me deixa bem tranquila na roça”*.

Durante sua fala ela reflete sobre a sua infância, onde admite que a sua mãe não se reconhecia como agricultora, situação essa muito comum antigamente e que pode ser confirmada no estudo de Tedeschi (2007).

antes a gente não se reconhecia como agricultora, né. Via a minha mãe falando: “não, eu tô ajudando meu marido, eu ajudo ele na roça”. [...] fazia tudo de casa, ia na roça, trabalhava, ajudava na geração de renda, ficava sem renda, e ainda, né, se intitilava dona de casa, ajudante. Num [sic] era nunca a pessoa que tava ali na lida trabalhando, né, ganhando também. E era difícil (MARGARIDA, 2022).

Ainda, de acordo com essa fala, ela afirma que muitas mulheres, ainda hoje, têm muita dificuldade em se apoderar da titulação de agricultora e reconhecer como uma profissão de geração de renda: *“até hoje, dependendo da área que você tá, ou da pessoa que esteja do seu lado, é difícil a mulher, né, falar assim; ‘não, eu sou agricultora, eu sou, né, uma pessoa que trabalha, que ajuda a trazer renda pra dentro de casa”* (MARGARIDA, 2022).

Rosa já iniciou a narração de sua história de vida afirmando com ênfase: *“Eu sou agricultora! Nasci e me criei na agricultura”*, e expressava satisfação em suas palavras.

Além dela se autorreconhecer como agricultora, outras pessoas também reconhecem seu trabalho. Ela, inclusive, exibe com orgulho os prêmios, certificados e menções honrosas que ganhou ao longo de sua trajetória na agroecologia, as imagens podem ser observadas em sua biografia (Figura 7). Rosa relata com felicidade: *“já recebi diversas homenagens por ser agricultora. É muito bacana você vê que está sendo reconhecida por um trabalho para ajudar as outras pessoas, num [sic] é pra você. Quando você planta, você tá plantando pra ajudar outra pessoa”* (ROSA, 2022).

Violeta em sua fala foi mais profunda ao explicar o porquê de sentir tanto orgulho de ser agricultora, buscando referência na espiritualidade. De acordo com seu pensamento, foi

Deus quem deu essa profissão ao ser humano. Afirmar isto significa ter uma forte ligação com este trabalho. Ela também sinaliza a importância de honrar esta profissão:

Sempre me vi como agricultora, sempre gostei. Sabe por que? Porque eu sempre gostei dessa palavra agricultora, porque foi a primeira profissão que Deus deu para o homem. Então, as pessoas acham agricultor uma pessoa roqueira, uma pessoa suja, mas agricultor é um nome muito abençoado, é um nome que todo mundo que trabalha na roça deveria honrar. E muitas vezes as pessoas não honram, e eu honro muito esse nome, porque foi a primeira profissão do ser humano. E quem deu essa profissão não foi o homem não, foi Deus que deu. Então, a gente tem que honrar muito esse nome, e eu honro. Eu gosto quando me chamam de agricultora. Eu abro a boca e falo que eu sou agricultora mesmo. Tem gente que não quer nem assinar a carteira como agricultor, aí me dá uma raiva disso! (VIOLETA, 2022, grifo nosso).

E ainda, aponta que a desvalorização da profissão ocorre por conta da visão distorcida que as pessoas acabam tendo da agricultura. Por ser uma área ligada à natureza, à terra e à simplicidade, por vezes, não é bem vista pela sociedade. Ocasionalmente, acaba sendo comparada só à sujeira, insetos picando, estar mal vestido e trabalhar em condições ruins: sob sol forte ou sob chuva. Mas, a agricultura é mais do que isso, como ela mesmo comenta em sua fala. Então, ela se autorreconhece nesse processo de olhar para o “lado bom” da agricultura:

É porque as pessoas também não têm outra visão, só olha para o lado da agricultura. Mas, as pessoas só veem esse lado mais castigado, mas tem o lado bom. Você vive mais, você não fica tanto doente como o pessoal da cidade que tem que trabalhar na cidade. A sua pele fica melhor, mais limpa, porque você não fica sofrendo com aquela poluição de carro da cidade. Então, as pessoas não veem esse lado bom da agricultura, só veem esse lado de você usar roupa suja, de você trabalhar pesado, você usar roupa rasgada, só esse lado que eles veem. O outro lado eles não veem. Então, a agricultura tem um lado muito bom, que eu gosto muito desse lado (VIOLETA, 2022, grifo nosso).

Camélia utiliza das mesmas palavras que Violeta para expressar seu autorreconhecimento como agricultora, mesmo sem ter escutado a sua fala. E conclui dizendo ser diferente dos irmãos que moram na cidade. “*Eu gosto muito da agricultura e sempre me vi como agricultora. Hoje até falei com a minha mãe sou diferente de todos eles [dos irmãos]*” (CAMÉLIA, 2022, grifo nosso).

Esse autorreconhecimento como agricultora foi e ainda é essencial para as trabalhadoras rurais, pois

Para ter acesso aos benefícios previdenciários, o acesso às políticas públicas de apoio aos/às agricultores/as e produtores/as e demais serviços voltados às famílias rurais é necessário esse reconhecimento enquanto mulher agricultora, produtora, camponesa, que participa das produções nos espaços rurais e da terra tira o sustento da família (RIBEIRO, 2020, p. 109).

Um outro ponto importante levantado pelas agricultoras, que remete a esta categoria, foi sobre a utilização das Cadernetas Agroecológicas. Estas cadernetas permitiram a essas e outras agricultoras a visualização, de forma materializada, de sua renda e produção, através das anotações. A partir disso, elas foram se autorreconhecendo como agricultoras nesse processo de utilização e construção das cadernetas (ALVES et al., 2018a). As cadernetas se constituem uma ferramenta de fácil utilização e muito importante para dar visibilidade para o trabalho desenvolvido pelas agricultoras, conforme já discutido anteriormente.

A utilização das cadernetas se tornou importante não só para mostrar o quanto elas estavam faturando, mas também doando, e assim reconhecer o quanto elas produziam de mercadoria. Através da simples anotação do que vendia, consumia e doava, era possível esse reconhecimento e, no final do mês, somando tudo, elas puderam entender a proporção do seu trabalho:

Com a caderneta ajuda muito, porque às vezes a gente tá dando coisa pros outros e a gente não tá nem se tocando de quanto que tá entrando. Pra gente dá pra alguém é porque a gente tem, se a gente vendesse ia ter um valor, entende? Então a caderneta ajuda nisso. E às vezes eu esqueço de usar a caderneta pra isso (VIOLETA, 2022).

Rosa conta que foi uma das agricultoras que participou desde o início de todo o processo de construção das Cadernetas Agroecológicas, estando presente nas pesquisas iniciais realizadas com as agricultoras em Minas Gerais:

Eu conheci o GT Mulheres Serramar num encontro que teve em Minas das Cadernetas Agroecológicas. Eu participei desde o começou da construção da caderneta. Como que a gente ia fazer como não ia. A gente visitou diversas agricultoras lá pra saber o que elas produziram. As cadernetas foram construídas porque as mulheres não se identificavam com o que elas faziam. Elas achavam que elas não tinha renda [sic], que elas não ganhavam dinheiro. Aí com essa construção das cadernetas foi descoberto que as mulheres, na participação delas dentro da roça, elas tem tanto quanto o marido. É porque só eles acham que é o dono, né? E elas na realidades podiam até ter mais renda do que eles. Aí foi nesse trabalho que a gente fez lá em Minas, visitando diversas agricultoras, e a gente começou a escrever o que que vocês vendem, quanto vendem, o que que seu marido leva seu que você planta que seu marido leva seu pra cidade (ROSA, 2022).

Em seu relato ela exprime que foi a partir dessas pesquisas iniciais que viram a importância e necessidade da construção das cadernetas para demonstrar o quanto as mulheres estavam arrecadando em seus trabalhos: “foi aí que a gente começou a descobrir que as mulheres ganham mais do que o marido na roça. Aí veio a ideia da construção da caderneta (ROSA, 2022).

Ela menciona que utiliza a sua caderneta até hoje, chegando até a me mostrar as antigas preenchidas e a nova que já está preenchendo. Diferente das outras entrevistadas, Rosa tem acesso mais fácil aos exemplares para sua utilização. Em sua fala, ainda ressalta que foi através do uso de sua caderneta que ela conseguiu adquirir a sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e reconhecer que a renda que obtinha por meio de suas plantações era maior do que a sua aposentadoria:

E eu consegui tirar a minha DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pela caderneta. Que eu achava que eu não ganhava, como eu era aposentada, por minha roça ser desse jeito, eu não ganhava mais que a minha aposentadoria. E com seis meses que eu tava fazendo, eu mostrei pra eles que na roça eu ganhava três vezes mais que a aposentadoria. Pelo GT mulheres regional que eu fui pra Minas fazer esse curso das Cadernetas. A caderneta foi muito importante pra gente. Eu uso a minha até hoje (ROSA, 2022).

Margarida, que também foi para Minas Gerais participar desse processo de construção das Cadernetas Agroecológicas, destaca a importância das cadernetas para o desenvolvimento do autorreconhecimento como agricultora, por meio da visualização de sua produção. Para ela foi um desafio por não acreditar que seria possível ter uma boa renda utilizando apenas o seu quintal para produzir: “*ela [a caderneta] ajudou muitas mulheres dentro do grupo ver que nós não éramos só ajudantes dos maridos. [...] Então, assim, isso foi muito bom, além de ser desafiador pra gente, que a gente achou que não, isso num vai, num dá, num [sic] é verdade. E era sim, sabe, conseguimos ver*” (MARGARIDA, 2022).

Mas, atualmente, nem todas elas possuem cadernetas novas para preencherem, por conta da dificuldade de se ter acesso ao material. Inclusive, Violeta chama a atenção sobre isso: “*E deveria ter mais caderneta também pra dar pra outras mulheres. Eu só tenho uma caderneta*” (VIOLETA, 2022).

No entanto, a agricultora Camélia, mesmo sem ter uma caderneta livre para fazer suas anotações, ela vem realizando em agendas para facilitar a contabilização dos seus produtos vendidos e doados.

Hoje eu tô sem a caderneta agroecológica, então tô fazendo na agenda, eu tirei dando para os meus vizinhos, separei e fora o que eu vendi, eu tinha tirado 33kg de feijão. Cada um eu dei um quilo, outro 5 quilo [sic] e eu fui anotando, depois não tinha somado, quando eu fui fazer o acerto, pra ver quanto eu tinha tirado ao todo do feijão, eu vi que tinha dado isso tudo. Eu tirei 260kg de feijão que eu vendi. Tirei 102kg do preto e do restante foi do feijão vermelho. E hoje o feijão vermelho a Agroverde não pega eu vendi tudo pelo meu status [WhatsApp]. Hoje assim, a minha forma para eu vender é o meu status. A galinha caipira também eu vendo pelo meu status (CAMÉLIA, 2022).

Por muito tempo o protagonismo das mulheres no campo foi sufocado pela divisão sexual (TEDESCHI, 2007) e social (ROSAS, 2010) do trabalho, e por uma sociedade machista que conseguiu ocultar todo o mérito feminino e ainda supor que a agricultura é um trabalho exclusivamente masculino. Essa divisão do trabalho que, acabou sugerindo que o trabalho das mulheres não gera valor econômico, o que causou a invisibilidade e o não reconhecimento da profissão de agricultora. Mas, a utilização das Cadernetas Agroecológicas auxilia no processo da valorização do trabalho das mulheres na agricultura, demonstrando que elas são capazes de gerar uma renda, na maioria das vezes, maior do que a dos homens da própria família.

Diante de todas essas falas, observo que a posse desse autorreconhecimento, presentes em suas narrativas, simboliza o empoderamento da representatividade feminina no campo, e tem o poder de romper com a discriminação contra a mulher nos mercados de trabalho rurais. Esse “empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudarem (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Isso amplia a capacidade das mulheres de cooperar com o desenvolvimento rural de modo sustentável. Assim, estudar e entender as agricultoras, por meio de suas narrativas, pode ser só uma parte do processo, mas, com um enorme potencial para reverter o quadro da desigualdade de gênero neste setor.

3.2.2 A importância dos grupos de apoio

Esta categoria abrange um outro assunto que foi apresentado por todas as participantes em suas entrevistas, caracterizando assim, a sua relevância nesta discussão.

Uma característica marcante do meio rural é a ligação entre as pessoas que mantêm uma relação de apoio, parceria e troca. “Isso resulta do fato de que uma pessoa é claramente dependente de outras para a sobrevivência biológica e para o conforto psicológico” (TUAN, 1980, p. 34). É muito comum na comunidade rural o hábito de se unir e se organizar, formando associações, cooperativas e grupos de trabalho.

Essa união possibilita a criação de espaços de reuniões para discussões sobre as novidades de modernização que facilitam o trabalho agrícola, de temas relevantes em suas produções e permite a trocas de experiências, sementes, mudas, produtos e afetos. Assim, “esses momentos são essenciais para impulsionar ações coletivas concretas que têm tido efeitos muito

importantes na vida de cada uma das agricultoras e do GT como um todo” (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 84).

Isso auxilia no empoderamento dessas mulheres, visto que, “dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres” (DEERE; LEÓN, 2002, p. 53).

Dessa forma, o GT Mulheres da Serramar, assim como o GT Mulheres da AARJ, são grupos formados por mulheres e pensado para mulheres, que tem sido destaque na vida dessas e de outras agricultoras que fazem parte desses grupos. O GT Mulheres da Serramar é um espaço de representatividade e acolhimento feminino que se constitui por uma diversidade de mulheres, sendo um grupo bastante heterogêneo, como já foi discutido anteriormente. A força desse grupo vem exatamente dessa diversidade de mulheres, que dão as mãos e se fortalecem, contando umas com as outras e se tornando autoconfiantes.

Na nossa realidade, ainda são as mulheres, principalmente as rurais, que acabam ficando sobrecarregadas e sofrendo com os desafios impostos pela sombra do patriarcalismo. Por isso, a importância de termos esses grupos de apoio, que tem como foco, não só, promover a articulação em agroecologia, mas dar visibilidade às experiências e ao trabalho desenvolvido pelas mulheres. Um outro ponto importante do grupo, é pensar as relações entre mulheres e sociedade, focando em todas as violências e opressões pautadas no feminismo.

Assim, a participação nesses GTs, proporciona as trocas de saberes que impulsiona a autonomia financeira e psicológica dessas mulheres, como pode ser observado na própria fala da agricultora: “*É bom participar do GT. O GT me deu um apoio financeiro e emocional muito bom*” (VIOLETA, 2022).

Rosa, que participou da criação do GT Mulheres da AARJ, ressalta como a participação nesses espaços coletivos a auxiliou na superação dos desafios enfrentados, por ser mulher. Em continuidade, ela conta como chegou no GT Mulheres da Serramar, mesmo sendo de uma localidade mais distante. Então, ela menciona que durante a participação do encontro para a construção das Cadernetas Agroecológicas em Minas Gerais, ela conheceu a Margarida ainda no percurso para Minas e então fizeram amizade. E, nesse momento, Margarida, que atualmente tem a função de “antena” do grupo, a convidou para dar um curso de culinária para as participantes do grupo. Esse curso foi voltado para o aproveitamento de alimentos e ocorreu na oficina culinária realizada no sítio da Violeta (FERREIRA, 2022).

Os grupos de apoio também foram essenciais para Margarida, durante seu processo de luta pela terra através da reforma agrária:

Mas assim, a gente teve ajuda dos grupos, porque já desde o acampamento a gente já conhecia alguns grupos, né, já sabia, mas eu não fazia parte de nenhum, né. Somente lá, da militância de lá do assentamento. E aí, quando a gente já se viu aqui, eu conheci o AARJ. E aí, a gente foi conhecendo outros e outros grupos que foram aparecendo (MARGARIDA, 2022).

No período da pandemia, o GT Mulheres da Serramar, se tornou um espaço ainda mais importante, por toda afetividade, acolhimento, cuidado e segurança assegurada às mulheres, diante de tantos medos e incertezas. Nos trechos dos relatos que se seguem, Margarida e Camélia enfatizam e deixam claro a importância que o grupo teve em suas vidas nesse período:

*os projetos e os grupos, nessa pandemia, foi o que mais nos ajudou. Um apoio bom mesmo, a gente, eu não tenho o que reclamar não. A gente não ficou, meio que sozinho, desamparado não. Eu pensei que fosse ficar muito difícil. Quando falou fechou tudo eu falei: “cabo, cabo o mundo, cabo tudo” [sic]. Mas ó, e aí, **foi muito importante os grupos, porque se ajudamos, né.** [...] Foi um momento de muita ajuda, sabe, de muita cumplicidade, companheirismo, de olhar, né, como é que tá a sua companheira, a sua vizinha, né. De poder ajudar até com alimentação mesmo, da gente se reunir e montar cesta pra quem estava precisando. Eu recebi, né, graças a Deus. A gente pode doar também, né. Porque naquele momento que a gente pensou: “poxa, cabou agora, como é que vai fazer?”, é, todo mundo se ajudou. E a gente conseguiu aí atravessar, e ainda tamo atravessando essa coisa toda, mas, agora com um pouco mais de calma, agora mais tranquilo (MARGARIDA, 2022, grifo nosso).*

E,

*No período de pandemia também foi bom porque, a gente chegou uma hora que a gente não tinha nem um pão em casa. E aí, chegava aqui a Violeta tinha, eu ia na rua e comprava, a outra e a Margarida também. **E assim, uma ia apoiando a outra.** E não para por aí, porque aí também tem a Luíza, a Maju que é de Lumiar, ela apoiou muito, porque ela é assistente social e também psicóloga. Aí as meninas que precisaram, ela deu palestra também, às vezes ligava (CAMELIA, 2022, grifo nosso).*

Foi também através do apoio dos grupos que foi possível manter a renda das mulheres, mesmo com tudo paralisado naquele momento pandêmico, por meio da criação de cestas agroecológicas para serem entregues aos clientes, já que as feiras estavam canceladas:

Na pandemia foi um desafio, porque a gente teve que entregar cesta porque as feiras estavam todas canceladas. Aí, começamos a bola, o grupo de mulheres, quando uma num tem uma ideia, a outra vem com uma ideia boa, e a outra já saca uma coisa, e aí a gente junta tudo e dá certo. Então, a entrega de cesta agroecológica. Daí assim, a gente conseguiu fazer a entrega de cesta. Foi o que deu uma alavancada, porque o pessoal tava [sic] dentro de casa, o que comprava-se muito. Então, a gente não parou de produzir. Daí, assim, conseguimos também, alavancar um dinheirinho a mais, pra trabalhar a terra. Então, isso também deu uma folgada boa, porque o que entrou com as cestas, né, e o que tava entrando de gente, né, que ligava pra comprar via zap também, a gente conseguiu pegar esse dinheiro, já investir mais em cerca, em trabalho, calcário, né, coisas pra terra. Então, a coisa foi, né, na pandemia não ficou tão difícil (MARGARIDA, 2022).

Além disso, foi criada uma cesta de autocuidado, nesse mesmo período, através de um projeto que tinha a verba destinada para comprar diretamente das mulheres que, além de produtos alimentícios, também faziam produtos artesanais de higiene e autocuidado. Essas cestas foram distribuídas para as mulheres, principalmente negras e de comunidades, em vários territórios no Rio de Janeiro.

Em um momento tão incerto e difícil como esse, a cesta de autocuidado permitiu ampliar a rede de acesso e troca, evidenciando a força da mulher. A cesta foi essencial, tanto para as mulheres que as receberam, podendo se cuidar, e assim, se fortalecer, quanto para as mulheres que confeccionaram os produtos presentes nas cestas, pois, assim, todas puderam manter a sua autoestima e a sua renda, a fim de que não passassem dificuldades e não desistissem da agroecologia.

Dentro do grupo de mulheres, tanto da Serramar, quanto o grupão de mulheres da AARJ, elas bolaram uma venda de cesta de autocuidado. E aí, a gente, também começamos a fazer esse trabalho com a cesta de autocuidado, né. É, a cesta cuida-se, ela é direcionada para mulheres. E aí, pra que a gente não ficasse sem renda nenhuma, essa cesta foi um ponta pé. Foi uma agricultora aqui, outra ali, foi pegando um pouquinho de uma um pouquinho de outra. E aí, assim, essa cesta de autocuidado vem com o sabão da Margarida, né, o sabão de mamão verde da Margarida, que eu produzo aqui em casa, né. É, a pomada da Darci, da Luiza que ensinou a Darci, né, e agora a Darci produz. As gotinhas de homeopatia da Marjorie, que é de São Pedro da Serra. E aí, foi pegando um pouquinho de cada um, e monta-se uma cestinha de autocuidado, né, e entrega pras [sic] mulheres. Essas cestinhas vão através de um projeto, né, que apoiou. E vem o dinheiro, né, desse projeto que compra o produto, né, de nós agricultoras. O meu sabão, a pomada da Darci, a homeopatia da Marjorie, e vai por aí, o salzinho com ervas pra escalda pé. Então, assim, também foi o que deu uma ajuda muito boa pra gente (MARGARIDA, 2022).

Outro desafio imposto durante a pandemia foi o aumento da vulnerabilidade de mulheres à violência doméstica. Com o novo cenário, muitas mulheres acabaram passando mais tempo dentro de seus lares, junto aos seus companheiros, o que aumentou a sobrecarga feminina com o trabalho doméstico e o cuidado com a família, além de restrições de movimento, limitações financeiras e insegurança. Isso acabou proporcionando, aos abusadores, poder e controle sobre as mulheres, o que agravou os casos de violência. Muitas acabaram sofrendo sozinhas e caladas a violência imposta por seus companheiros que, passavam mais tempo em casa, em virtude de medidas como *lockdowns* e interrupções de serviços essenciais. A violência contra a mulheres é uma questão complexa e delicada. Sua origem está centrada no sistema patriarcal que oprime, discrimina e desqualifica as mulheres, através de comportamentos violentos naturalizados e, muitas vezes, justificados socialmente. O distanciamento social acabou trazendo medo, solidão e insegurança para essas mulheres que ficavam impedidas de

contato físico e de, conseqüentemente, conseguir mais facilmente apoio para se proteger de seu opressor (MARQUES et al., 2020).

Nesse aspecto, o grupo GT Mulheres da Serramar, através de sua coletividade, representou uma força de superação para uma agricultora que sofria violência de seu companheiro, durante a pandemia, segundo o relato da Margarida:

Tivemos muitas ajudas, né. Inclusive dentro dos grupos, né, dentro da Serramar mesmo teve apoio de ONGs, advogados, a gente conseguiu apoiar mulheres, né, por estar muito tempo dentro de casa com seus maridos, seus companheiros, né, estavam sofrendo violência calada, a gente, né, como grupo conseguimos ficar sabendo e a gente pode ajudar com advogados, com psicólogos, né (MARGARIDA, 2022).

Violeta, que também passou por uma situação complicada com seu ex-companheiro, confirma a importância do apoio e do acolhimento que o grupo disponibilizou a ela:

*Esse ano fez um ano que meu marido teve que sair de casa, então aconteceu uns negócios que ele ficou doente com Alzheimer, aí tava fazendo coisa errada. Aí o GT mulheres teve uma influência muito grande na minha vida. **Talvez se não fosse o GT Mulheres eu não estaria nem aqui.** Ele [o grupo] me ajudou financeiramente, me ajudou em tudo. Até hoje se eu der um aí logo o GT Mulheres aparece, logo aparece gente aqui. Fizeram um grupo só de apoio a mim, se eu der um aí vem correndo uma porção de gente aqui pra me ajudar. É muito bom (VIOLETA, 2022, grifo nosso).*

Em complemento à fala anterior, Violeta destaca que o GT mulheres da Serramar é muito mais do que um grupo de articulação e apoio, e salienta a importância do grupo está em constante ampliação para aumentar a rede de apoio que as mulheres da agricultura precisam:

O GT Mulheres não deveria ser só um grupo de mulheres, deveria assim, ser uma grande empresa, porque presta muito serviço. Talvez elas não saibam o tanto de serviço que elas prestam pra outras mulheres, mas ela é de uma grande valia. E se esse GT perder, se algum dia se perder, que Deus não deixe se perder. Que Deus levante outras, porque é uma coisa muito boa. E quanto mais mulheres entrarem é melhor, porque uma vai ajudando a outra, vai aumentando a rede. E na agricultura precisa muito (VIOLETA, 2022).

Além disso, a união dessas mulheres, fortalecida pelo grupo, também proporciona a elas se juntarem durante as suas colheitas e ajudarem umas às outras para diminuir a sobrecarga de trabalho no decorrer desse processo:

O grupo é bom porque nós ajudamos umas as outras. Por exemplo, agora na colheita do feijão, nós em Visconde plantamos quase todo mundo pra essa cooperativa que entrou aqui a Agroverde. Aí na hora de colher o feijão, uma só desamina. Mas aí, por exemplo, juntou a Violeta, a Rose, então juntamos nós tudo e fizemos um mutirão lá

em casa, na colheita. Depois quando ela [Violeta] também [sic] veio tirar, aí nós viemos pra cá. Então é uma ajudando a outra (CAMÉLIA, 2022).

A coletividade proporcionou, além de ideias rentáveis, o apoio para mulheres que sofriam com violência doméstica, e também permitiu a renovação da esperança, da fé, manteve o afeto e a parceria, mesmo que de forma virtual, em um momento tão delicado. A junção dessas mulheres, através de grupos, gera ajuda, autonomia, segurança, empoderamento, diminuição da sobrecarga rural, por permitir a soma das forças e o compartilhamento de todas as experiências e sentimentos que cada uma carrega consigo.

Uma outra questão importante, que ocorre através das trocas nos grupos de apoio, é a formação do processo de se reconhecer como agricultora, quebrando a visão de que o trabalho da mulher rural é somente de “ajuda” (TEDESCHI, 2007). Por isso, torna-se relevante que as mulheres se reúnam em coletivos que lhes ofereçam informações e trocas de experiência, mostrando a importância de se autovalorizar e de se autorreconhecer como agricultora, conforme enfatizado no relato de Margarida, uma das participantes desta pesquisa:

Muitas mulheres pra dentro do grupo, também aprendeu que elas têm que se reconhecer como trabalhadoras rurais, né? Não, eu não tô [sic] ajudando, eu tô trabalhando, eu tô na igualdade ali, né, fazendo. Tô junto com ele, mas ele tá capinando de um lado, eu tô capinando do outro, tô fazendo as mesmas coisas [...] (MARGARIDA, 2022).

Assim, Santos e Schottz (2021), reforçam que o grupo,

Nessa curta trajetória, de 2017 até a atualidade, já é possível identificar a auto-organização das mulheres como motor em defesa da vida, o que supõe o enfrentamento à pobreza, ao patriarcado, ao racismo, à intolerância religiosa, ao preconceito contra a diversidade sexual, ao capitalismo. (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 91).

Perante a toda discussão em torno da luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos e pela equidade de gênero no setor agrícola, reforço a importância da formação de redes de mulheres, do coletivo de mulheres e da organização em grupos de apoio atuando em diferentes locais e em diferentes situações para se fortalecerem enquanto mulheres e agricultoras. Através da auto-organização das mulheres em grupos, elas conseguem adquirir informação, conhecimento e apoio, por meio das trocas de experiências, de articulação, de iniciativas e ações educacionais disponíveis neste espaço coletivo, entrelaçando as suas identidades femininas. Isso as qualifica a assumir uma postura crítica diante das situações enfrentadas em seu cotidiano, buscando melhores condições de vida, com segurança,

autonomia, competência e criatividade, ressignificando a sua luta através da produção alimentar.

Para além de sua função como instrumento de apoio, que proporcione o desenvolvimento, a manutenção de práticas agroecológicas e o reconhecimento das agricultoras, o GT Mulheres Serramar traz empoderamento, autonomia financeira e emocional. Por meio da agroecologia, as mulheres do GT Mulheres Serramar têm acesso à democratização das informações e do conhecimento de forma coletiva, dado que a agroecologia reconhece que o conhecimento científico deve ser construído a partir da prática social, de acordo com as necessidades materiais dos sujeitos. Além disso, se reconhece que as experiências pessoais também são conhecimentos que devem ser levadas em consideração e compartilhadas, pois essas influenciam no modo como o sujeito interage com o meio em que está inserido (SANTOS; SCHOTTZ, 2021).

Longo é o caminho que o GT Mulheres da Serramar tem para percorrer nessa luta que prioriza as mulheres, as questões raciais e a vida. O sucesso dos grupos só prova que as mulheres não estão sozinhas nesse território que pulsa machismo. Entendemos que a agroecologia e as lutas de soberania alimentar precisam ser para todo mundo. Por isso, a importância da criação e manutenção desses grupos de apoio, para levantar outras perspectivas dentro da agricultura familiar, principalmente, através dos encontros presenciais, onde as trocas são mais intensas. Uma vez que, as autoras supracitadas pontuaram que, “os encontros presenciais foram, e são, fundamentais para a criação de identidade e confiança do grupo” (SANTOS; SCHOTTZ, 2021, p. 91).

Assim como Santos e Schottz (2021), chamo a atenção, para a importância das auto-organizações das mulheres em movimentos e grupos de apoios nas comunidades, da formação das redes e dos projetos de articulação entre agroecologia e feminismo que contribuem no enfrentamento das dificuldades sofridas pela classe. O fortalecimento dos grupos consolida a mudança de mentalidade e a construção do conhecimento agroecológico, a partir das trocas de experiências. Dessa maneira, tem início o debate sobre um novo modelo de agricultura e fortalecimento das relações de solidariedade e dos processos de acolhimento.

3.2.3 Percepção ambiental e práticas agroecológicas

Esta categoria aborda a questão da percepção ambiental no que tange ao objetivo geral deste estudo: Analisar a percepção ambiental das agricultoras pertencentes ao Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), a partir de suas histórias de vida. E, a um dos objetivos específicos: Verificar se a utilização das práticas agroecológicas das mulheres agricultoras do GT Mulheres da AASM está de acordo com sua percepção ambiental.

Antes de começar a trabalhar as falas das agricultoras em relação à percepção ambiental, quero enfatizar aqui a importância das minhas observações e percepções para dar mais sentido às falas das participantes. Me amparando em Tuan (1980), a respeito da utilização dos cinco sentidos para a formação do processo perceptivo, na realização da coleta de dados, utilizar os meus sentidos, de forma atenta, foi muito essencial para a minha atuação como pesquisadora, enquanto inserida no ambiente de coleta das informações.

Segundo este autor, a visão é um dos sentidos que mais somos dependentes, e consequentemente, mais utilizamos. E, sem dúvidas, ela foi muito importante por me permitir observar o entorno da realidade em que as participantes estavam inseridas, além de seus gestos e o comportamento durante a fala. Isso, posteriormente, me permitiu realizar uma análise que ampliasse suas falas.

Porém, um dos sentidos que mais utilizei com o método história de vida foi a audição, pois, dispus-me a ouvir os relatos da trajetória das agricultoras, além de me permitir captar sons advindos de outros locais, próximos onde ocorriam as entrevistas, o que deu uma dimensão do espaço ao redor da casa (TUAN, 1980). Ainda, de acordo com Tuan (1980, p. 10), “os olhos obtêm informações muito mais precisas e detalhadas, sobre o meio ambiente, do que os ouvidos, mas, geralmente, somos mais sensibilizados pelo que ouvimos do que pelo que vemos”. Concordo plenamente com o Tuan (1980), pois, por mais que eu estivesse vendo a realidade em que as participantes estavam inseridas, o que me sensibilizou de verdade foi o que ouvi, com suas falas carregadas de emoções e sentimentos durante os relatos de sua trajetória.

Também pontuo os outros sentidos que foram importantes para o meu processo perceptível, durante toda a coleta de informações. O olfato e o paladar, por exemplo, também foram bastante utilizados, por me permitir sentir aromas e degustar o que me foi oferecido para beber ou comer, durante a presença na casa das entrevistadas. Isso possibilitou o despertar de lembranças em minha memória, que influenciou na escrita desta pesquisa. Como foi o caso da

primeira visita que, através do som e do aroma da pipoca sendo feita, e sua posterior degustação, me permitiu o acesso às memórias que trouxeram a saudade do meu querido pai, que já se foi desta Terra. Assim, “o odor tem o poder de evocar lembranças vívidas, carregadas emocionalmente, de eventos e cenas passadas” (TUAN, 1980, p. 10).

Sigo nesta discussão a respeito da utilização dos cinco sentidos para o processo perceptível, direcionando agora para as agricultoras. Em suas tarefas rurais cotidianas, por seu contato diário com a natureza, os seus sentidos são ainda mais estimulados, o que molda a sua percepção ambiental.

Percebo que dentre os cinco sentidos, os que são mais utilizados e, conseqüentemente, mais estimulados, são o tato, a visão, a audição e o olfato. O tato, na agricultura, é um dos sentidos mais utilizados, devido aos trabalhos manuais que são realizados para o plantio e cultivo das plantações e, também, no trabalho artesanal como, a fabricação de sabão, por exemplo. A lida com a terra exige bastante da força braçal para fazer cerca, roçar, capinar, semear, cultivar e colher. Por isso, classifico este sentido como sendo um dos mais utilizados no trabalho agrícola. Somado a ele está a visão que é bastante estimulada pela beleza presente na natureza.

A audição, recebe bastante estímulo pelos sons advindos dos rios, da chuva, do vento balançando as árvores e o som dos pássaros que remete à sensação de tranquilidade. E o olfato também recebe bastante estímulo pelos aromas que as plantas e a terra liberam, evocando as memórias, por exemplo, como bem colocou o Tuan (1980).

Assim, o ambiente tem o poder de estimular os sentidos, conectando essas agricultoras com a natureza, o que permite o reencontro de sensações e transmutar valores individuais e coletivos para a conservação da vida. Diante disso, a percepção ambiental é organizada e interpretada a partir das impressões sensoriais, que atribui significado ao meio (TUAN, 1980).

Conforme o exposto, em uma das falas da agricultora Violeta, ela deixa transparecer a sua percepção ambiental, que sofre forte influência dos estímulos ambientais sobre seu sistema sensorial. De acordo com o Tuan (1980), a sua visão e audição são mais apuradas, sendo evidente a partir do momento em que ela fala da importância de parar para ouvir e perceber a natureza: “*A natureza nos oferece só coisas boas, o negócio é você parar pra ouvir a natureza, parar pra perceber a natureza, porque natureza só te dá coisas boas, não precisa você maltratar ela*” (VIOLETA, 2022). Sendo assim, “o próprio meio ambiente físico tem efeito sobre a percepção” (TUAN, 1980, p. 285).

A partir desta compreensão, é possível supor que experiências externas que vão além de experiências cotidianas, ou até mesmo a possibilidade de conviver com ambientes ricos em cheiros, sons, texturas, nos fazem perceber a realidade de uma forma única e diferenciada, permitindo que as percepções sejam ao mesmo tempo únicas, mas também em consonância com o ambiente em que vive (TUAN, 1980, p. 68).

O trabalho agroecológico tem o poder de estimular o sistema sensorial e permitir aflorar uma variedade de significados e valores atribuídos ao ambiente que permite a utilização racional dos recursos disponíveis no planeta.

Sobre isso a agricultora Rosa ressalta:

Quando a gente fala da nossa mãe Terra nós estamos falando de agricultura e de tudo na vida. Porque se não for a Terra você não tem nada. Você não tem onde morar, você num [sic] respira, você num vive, você num tem nada. Primeiro Deus e segundo a Terra e mais nada na nossa vida. Deus deu a Terra pra gente para nós podermos viver nela e cuidar dela também. Porque se nós não cuidarmos dela também não temos nada (ROSA, 2022, grifo nosso).

Podemos ainda destacar que, nos espaços rurais, a interação das agricultoras entre si é muito forte, como visto anteriormente, e também com o lugar onde moram e trabalham. Essas relações são sempre carregadas de muita afetividade. Esse “elo afetivo entre a pessoa e o lugar” que Tuan (1980, p. 5), chama de *topofilia*, está presente entre as agricultoras e, é muito forte nos agricultores familiares de modo geral, como mostra Tuan (1980):

O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela. [...]. Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles - e a beleza, como substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. Este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato. A topofilia do agricultor está formada desta intimidade física, da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança (TUAN, 1980, p. 111).

Em concordância com o Tuan (1980), esse sentimento *topofílico* das agricultoras e agricultores é formado por intermédio do sistema sensorial, através do tato, da atividade braçal, do contato físico constante com a natureza e com a terra para gerar o alimento. Somado a isso, também tem o fato de residirem no mesmo ambiente em que trabalham. Por sua vez, isso faz com que o apego ao seu lugar e, conseqüentemente, à natureza, seja maior do que daqueles que residem na cidade, por exemplo, e seu trabalho fica em outro local, muitas vezes bem distante de sua casa, lhe custando a diminuição do tempo em seu espaço íntimo, o que torna o apego reduzido. Além disso, o tempo em que essas agricultoras estão inseridas nesse ambiente, vai construindo uma percepção carregada pelo sentimento de pertença e territorialismo.

Ainda com relação à fala do Tuan (1980), sobre o sentimento *topofilico* dos agricultores, destaco que foi muito bem colocada por este autor, pois é muito visível nessas agricultoras e em outros agricultores que tive contato durante a minha vida que, realmente, “os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato” (TUAN, 1980, p. 111). Isso ocorre por conta de a agricultura ser uma atividade que exige muito da utilização do corpo para desenvolver as tarefas de preparo do solo, plantio e cultivo.

Violeta (2022) foi muito sábia em sua fala ao relatar que a “*agricultura é perna suja, mosquito te mordendo, é sol, é sua pele queimada do sol, isso aí é a agricultura*” (VIOLETA, 2022). Sem dúvidas, de que os agricultores acabam sendo obrigados a trabalharem sob determinadas condições naturais que demandam muito do seu corpo físico.

Esta forma de experienciar e perceber o espaço rural cria significados junto à terra, acaba proporcionando o sentimento de pertencimento e uma preocupação para além da sua propriedade, moldando a percepção ambiental. Para Tuan (1983, p. 202), isto ocorre porque “com o tempo, a sensação de lugar se estende além das localidades individuais”, assim como pode ser notado no relato da Margarida, que demonstra profunda apreensão em relação ao que será do futuro das terras pertencentes ao assentamento onde reside, quando todos os moradores receberem a titulação:

É um momento que a gente está aguardando, com misto de alegria. E para além da alegria eu tenho uma preocupação, também porque quando você pega o título, e aí você paga essa terra (os 10 anos de carência já foi porque a gente já tem 10 aqui), então assim, se ela tiver o dinheiro pra quitar todo o sítio dela amanhã, porque ela pega o título hoje, se ela quitar todo amanhã será que ela vai querer mesmo ficar na terra? Vai querer continuar sendo agricultor? Porque eu já ouvi de muitas pessoas aqui, “eu tô [sic] esperando o título e assim que eu pegar vou vender minha terra”. E isso deixa a gente muito triste e muito preocupada com o que vai acontecer com o assentamento. É... a gente quer essa libertação do INCRA, porque ficar com o INCRA no pé, também, o tempo todo como umas coisas que rolam lá dentro que a gente sabe, né? É... está toda hora te ameaçando, “olha eu posso te tirar”, “olha, eu posso te notificar”. É o tempo todo uma tensão, mas ao mesmo tempo se você também pega uma documentação, você vai ficar? Será que quer mesmo isso? Porque muita gente já falou que não fica! Aí assim, a gente tá, né, aguardando agora na quinta-feira, né, qual vai ser o desfecho da história [...] (MARGARIDA, 2022).

Essa conexão com o espaço em que está inserida ocorre fortemente por ser “uma necessidade biológica de todos os animais, é também para os seres humanos uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um tributo espiritual” (TUAN, 1980, p. 66)

E, em continuidade à conversa, Margarida complementa:

[...] Tipo assim, chegando a titulação na quinta, eu quitar na sexta, ele é todo meu e faço o que bem entender. É.. e daí assim, eu não tenho dinheiro pra isso, mas tem gente aí que tem, né [...] pelo menos 30% falou que vai vender, só tá esperando o

documento. Então assim, ao mesmo tempo que a gente tá feliz porque, poxa, eu trabalhei tanto, eu lutei tanto pra tá aqui, e daí? E agora? Como vai ser? A gente tá se libertando, né, do INCRA, né, pra continuar tocando a nossa vida, mas tem uns que querem que isso aqui continue rural. E aí você vai ficar à vontade pra vender todo, pra começar a lotear, vender um lote aqui, um lote ali. O que que vai virar? Num [sic] se sabe se as pessoas que entrarem aqui se vão querer continuar trabalhando na terra. Se vão entrar pessoas boas, se não vão... é bem preocupante. Mas a gente tá aí nessa toada tocando, né! (MARGARIDA, 2022).

Em toda a sua fala, Margarida se autoafirma como agricultora e pertencente ao espaço rural, mostrando a sua territorialidade e o seu sentimento de apego pelo espaço rural. Assim, ela expressa sua preferência pela roça ao invés da cidade e afirma que dá para se viver somente da renda que este espaço lhe proporciona:

Eu tenho minha casa na cidade, que inclusive tô vendendo, né [foi bem enfática nessa fala]. Vou passa porque, hoje em dia não dá pra você manter uma casa na cidade. Meu vizinho que toma conta pra mim. “Estão pulando o muro. Olha, estão entrando gente aqui pra fumar” [faz gesto de telefone indicando que o vizinho liga para lhe contar o que acontece]. Eu aluguei por duas vezes, mas deu trabalhador [sic] danado, né. [...] Então assim, eu não me vejo na cidade. Eu gosto assim, de ir lá pra fazer o que eu tem de fazer e voltar pra minha tranquilidade. A cidade é só pra passear, [pausa] eu gosto. [...] sempre tive meu pezinho na roça, e falei não, esse aqui não é meu lugar, voltei pra roça. E aí, é isso, tô aqui até hoje ganhando meu trocadinho dentro de casa, né. Dá pra tirar o trocadinho e a gente vai vivendo. [...] E, é isso, a gente vai pegando no que dá pra fazer aqui e vivendo daqui. Porque dá pra se viver da roça (MARGARIDA, 2022).

Nas falas de Camélia (2022) também encontro essa mesma preferência da roça ao invés da cidade quando ela diz: “*minha família é toda de Cabo Frio e Arraial do Cabo, eu vou pra lá passo um dia ou dois, mas já tô [sic] doida pra voltar*”.

Ela ainda complementa expressando sua afetividade com olhar de gratidão pelo local em que mora e por seu privilegiado acesso à água mineral, além de poder produzir alimento para seu consumo e de sua mãe: “*Gosto muito de morar aqui, a água nossa é de qualidade, você pode pegar e beber. Nós temos aqui, alguns agricultores que têm a água mineral natural na torneira e eu sou uma dessas que Deus me presenteou. Aí você tira o alimento. Daqui eu tiro pra mim e pra minha mãe*” (CAMÉLIA, 2022).

Rosa, em sua narrativa demonstra partilhar dessa mesma identidade rural, também impregnada por esse sentimento *topofílico*, trazendo a valorização do espaço rural e do retorno às suas origens:

Eu voltei a viver aqui. Eu voltei a viver, porque eu voltei a minha origem. Eu nasci e me criei na roça, então eu voltei pra roça. No meu poema tem algumas frases que eu até lembro: Eu nasci roça, na roça me criei. Com muito sacrifício quatro filhos

eduquei. Hoje sou feliz, pois pra roça eu voltei (e por aí vai) [poema que ela fez em homenagem a todas as agricultoras e recitou neste momento] (ROSA, 2022).

Em síntese, esse “enraizamento do homem ao lugar é um aspecto que não pode mais ser colocado de lado pelos pensadores preocupados com o espaço humano” (MACHADO, 1999, p. 119), pelo fato de constituírem espaços de histórias de vida. Esse processo simboliza as transformações que exprimem significados. Sentir e perceber as ambiências dos vários espaços, sejam individuais ou coletivos, leva os seres humanos a agir e reagir sobre o meio ambiente.

Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência. A outro lugar pode faltar o peso da realidade porque o conhecemos apenas de fora através dos olhos de turistas e da leitura de um guia turístico. É uma característica da espécie humana, produtora de símbolos, que seus membros possam apegar-se apaixonadamente a lugares [...] (TUAN, 1983, p. 21).

Na verdade, esse sentimento de *topofilia* (TUAN, 1980), aumenta significativamente o sentimento de cuidado ao local onde essas pessoas residem e trabalham e, por consequência, aumenta a conservação do meio ambiente. As relações que mantém com a natureza e com o lugar de onde vivem e tiram o sustento de sua família fazem essas agricultoras expressarem sua percepção ambiental e perceberem a ligação de dependência entre elas e os recursos naturais, promovendo, assim, uma relação de respeito entre ser humano e meio ambiente (MACHADO, 1999).

Além do sistema sensorial e cognitivo somado ao sentimento *topofilico*, a questão do gênero também exerce forte influência sobre o processo perceptivo, de acordo com Tuan, (1980). Segundo ele, “nas culturas em que os papéis dos sexos são fortemente diferenciados, homens e mulheres olharão diferentes aspectos do meio ambiente e adquirirão atitudes diferentes para com ele” (TUAN, 1980, p. 70). Isso é muito forte na agricultura, devido à divisão sexual do trabalho (TEDESCHI, 2007), onde o trabalho das mulheres não tem o mesmo reconhecimento que o dos homens.

Na verdade, as mulheres dos ambientes rurais olham de maneira diferente para as plantas, para o solo, e para natureza, de modo geral. Elas estão atentas às questões ambientais e de saúde, dando preferência sempre por atitudes sustentáveis.

Eu sempre fui assim, o que não presta pra mim num [sic] vai prestar pra outro. Se eu sei que o veneno faz mal pra que que eu vou usar?! Porque às vezes a pessoa põe veneno mais ele acha que não tá sendo atingido, mas ele tá sendo mais atingido do que outro, porque ele tá em contato com o veneno. Uma, que ele tem que comprar o veneno, ele já é burro. Ele acha que ele é esperto, mas ele é burro, ele ter que comprar

o veneno e veneno é caro. Ele tem que pagar alguém pra pôr o veneno. Que às vezes ele compra o veneno, mas bota outra pessoa pra lançar na terra e ele acha que não estar sendo atingido, mas está. Porque a pessoa vai beber água com a mão suja no copo dele. A pessoa vai andar com bota suja na terra dele e depois ele vai pisar lá. Então ele tá sendo atingido (VIOLETA, 2022).

No tocante a esta realidade, durante as entrevistas pude observar que a relação que elas mantêm com seus arredores é realizada de modo harmonioso e respeitoso. Percebi também, que o cuidado com o ambiente é uma prática enraizada em seus hábitos cotidianos. Sendo assim, o quintal da casa, aparece como um ponto forte na fala dessas mulheres, sendo destacado como um local privilegiado, que proporciona alimento, renda, autonomia e liberdade. Neste aspecto, a percepção ambiental é reafirmada, quando elas dizem que utilizam tudo o que seu quintal produz, reconhecendo o seu valor econômico e sustentável (ALVES et al., 2018b).

Sobre esse aproveitamento do quintal foi muito visível em todas as visitas às propriedades e muito forte na fala da Margarida, como foi visto em sua história de vida e no tópico “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: mulheres gerando alimento a partir de seus quintais”. Fato este que, possivelmente, está associado aos preceitos da produção agroecológica.

Na entrevista com a agricultora Rosa, assim que cheguei em sua propriedade já fiquei encantada com a variedade de flores e plantas ornamentais que ela possui (Figura 10A). Após a narrativa de sua história de vida, ela me convidou para conhecer a sua propriedade, onde me mostrou com alegria as suas árvores frutíferas, seu galinheiro e um lago de peixe, que foi feito com garrafa PET doada pela população local, mas que se encontra desativado no momento. Cheguei a anotar em meu diário de bordo uma observação importante sobre as flores comestíveis que ela me apresentou e colocou na salada do almoço (Figura 10B):

Achei superinteressante a salada que ela me serviu no almoço incrementada com flores de begônia, de camarão, hibisco e amor-perfeito. Rosa contou que sua neta, de apenas 8 anos, que descobriu que essas flores eram comestíveis após observar que as borboletas pousavam nelas para se alimentar. E como ela havia visto, em algum programa de tv, falando que se a borboleta está se alimentando é porque podemos comer também, logo passou essa informação para sua vó (FERREIRA, 2022).

Figura 10 – Propriedade da agricultora Rosa



Legenda: Quintal com flores e plantas ornamentais (A). Salada com flores comestíveis (B).
Fonte: A autora, 2022.

Camélia, em suas narrativas, também fala sobre a utilização do seu quintal, e sua produção de ovos e temperos serve para o consumo interno, venda e doação:

no meu quintal tem meu galinheiro que vendo os ovos por aqui mesmo. Também utilizo a minha hortinha de tempero com hortelã, alfavaca, mas é só pra casa e a família. Mas, o que sobra a gente divide com os amigos e até clientes. Porque assim, quando a gente tem a gente passa, quando a gente não tem alguém passa pra gente. E assim uma passa pra outra (CAMELIA, 2022).

Ainda de acordo com a influência do gênero sob a percepção ambiental, aliado a utilização dos quintais, um outro momento em que ela também foi evidenciada, foi quando comentaram sobre a reutilização de produtos da culinária que seriam descartados de forma incorreta, como o óleo de fritura, por exemplo. Além do aproveitamento de partes de alimentos que corriqueiramente não são utilizados, como as cascas. Desse jeito, essas mulheres estão contribuindo para um descarte adequado para determinados produtos que causariam a contaminação ambiental e também provendo a SSAN.

Rosa, por exemplo, realiza o aproveitamento de frutas com sabedoria. Em seu relato ela conta que casca da banana faz um “peixinho”, que inclusive ela dá a receita. Em um outro momento ela me mostrou que também está testando fazer um vinagre com a casca da banana (Figura 11):

Da jaca a gente não perde nada. A gente faz os doces daquela parte do que uns chamam de mangará, aquela parte a gente faz um bife de jaca, a carne de jaca, né. Faz os doces, faz a geleia, faz o ceviche também. Aquela parte de fora eu não aproveitava, mas já tive uma ideia. Me ensinaram a fazer uma carne moída com ela,

mas eu tô [sic] pensando em fazer em farinha. Porque a jaca ela tem muita proteína também. Da banana eu aproveito tudo. Da casca da banana eu faço um peixinho de banana. Eu descasco a banana pra fazer a passas ou o doce. Ai da casca a gente faz isso, a gente faz o peixinho. Você a corta dessa grossura mais ou menos [de dois dedos] e tempera igual você tempera o peixe, deixa pegar tempo. Depois você bate um ovo e passa nele e pode colocar ou farinha de trigo ou fubá ou farinha de rosca. Eu gosto de fazer no fubá porque tem gente que tem problema com gluti [glúten]. Ai você frita ela em óleo bem quente. Agora, não pode ser pouco óleo, tem que ser bastante óleo. Ela fica igualzinho um peixinho (ROSA, 2022).

Figura 11 – Rosa mexendo os potes que estão em processo de fermentação para fazer vinagre da casca da banana



Fonte: A autora, 2022.

Já Margarida, reutiliza o óleo que foi utilizado na culinária, para frituras, por exemplo, e que seria descartado no ambiente, causando sérios prejuízos, como a contaminação do solo e dos corpos d'água, para fazer sabão em pó, sabonete e sabão em barra (Figura 12): “[...] eu faço o sabão em barra, o sabonete e o sabão em pó de mamão verde e o óleo de cozinha velho” (MARGARIDA, 2022).

Figura 12 – Produtos fabricados por Margarida reutilizando óleo de cozinha



Legenda: Sabão em pó (A e B). Sabão em barra (C). Sabonete (D).
Fonte: A autora, 2022.

Outro fato importante sobre a agricultura, que emergiu nas falas das participantes, foi quanto à dependência existente na produção agrícola das condições climáticas e ambientais, por ser uma atividade que está intrinsecamente ligada à natureza. Assim, as transformações que afetam o meio ambiente facilmente são percebidas por quem pratica a agricultura, pois interfere diretamente em seu cotidiano. Por isso, é fato quando Tuan (1980) diz que “o trabalhador rural trabalha junto à terra, sua relação com a natureza é um misto de amor e ódio” (p. 112). E como é o sujeito que dá significado ao que é percebido diariamente, “as pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas” (TUAN, 1980, p. 137).

Dessa forma, essas agricultoras exprimem a capacidade de perceber a importância de plantar em sintonia com a natureza e com as estações do ano, além da preocupação em manter a qualidade do solo. Assim, evidenciam a presença de uma percepção ambiental em sintonia

com as suas práticas agrícolas. Isso se torna evidente quando Margarida e Violeta (Figura 13) relatam sobre a rotação de culturas, que realizam para não prejudicar o solo:

“[...] e ano passado, eu plantei milho, na área que agora tá o aipim. Ai esse ano eu tive que botar o aipim porque você tem que fazer de tempo em tempo uma rotação. E aí, esse ano a área tá com aipim e lá em cima com feijão” (MARGARIDA, 2022).

“[...]Jo que vai ficar na terra também a gente tira a espiga, aí aquele pé do milho vai secar, e depois vem o trator por cima e já trabalha ele. Então ele vai melhorando a terra. [...] Ai a terra já está preparada com os adubos do milho” (VIOLETA, 2022).

Figura 13 – Plantação de milho de Violeta



Fonte: A autora, 2022.

As rotações de culturas, segundo Altieri (2004, p. 71), “são o meio principal de manter a fertilidade do solo e obter um controle de ervas, pragas e doenças”.

Em uma outra fala, Violeta destaca que também utiliza a adubação verde para nutrir o solo: *“uso forrageiro também, planta que a gente usa e depois a gente joga ela e ela vai adubar a terra. E não precisa capinar, porque se você forrou a terra não vai nascer mato, então não precisa você jogar veneno pra mata o mato”* (VIOLETA, 2022).

Violeta complementa a sua fala mostrando a importância de plantar em sintonia com as estações do ano, dizendo:

Tem que ter sintonia com a estação e com a lua também, porque senão você planta em vão. Se no lugar desse milho fosse feijão, vai vir a época da chuva e ia melar tudo, que feijão não combina com chuva. Porque aqui em outubro começa a chover, aí vai chovendo, chovendo até janeiro chovendo. Porque ano passado até fevereiro tava [sic] chovendo. Aí atrasou também, por exemplo, o cupuaçu e o cacau esse ano não deu bem porque choveu muito até fevereiro. Então, foi na época da florata, que começa a florar e vem a chuva e muita chuva, aí a flor cai. Aí já não tem uma boa produção. Aí a gente faz assim, combina as plantas pra cada estação pra gente poder ter um retorno melhor, pra aproveitar melhor. A gente aproveita o adubo, a chuva e o sol também (VIOLETA, 2022).

A percepção ambiental dessas agricultoras vai sendo revelada em diferentes momentos de suas falas. Um outro momento que a percepção também se tornou evidente, foi quando as participantes relataram sobre a realização da troca de sementes. A agricultora Margarida relatou que a Secretaria de Agricultura até oferece as sementes, mas por ser uma semente convencional, que pode conter transgênicos e agrotóxicos, ela tem receio de plantar: “*sei lá, essa semente meio doída, a gente prefere não pegar*” (MARGARIDA, 2022). Assim, as sementes que são utilizadas em suas plantações são trocadas entre os grupos de agroecologia que ela participa:

A gente troca as sementes dentro dos grupos, a gente troca com o agricultor que tem uma semente crioula, uma semente diferenciada. A gente faz essas trocas, mas dentro dos grupos. Porque a agricultura sempre pega o convencional, então quando a gente quer uma semente, quando a gente quer plantar uma semente mais diferenciada, os grupos sempre tem. Em Araruama, tem um rapaz, que tá nesse grupo da Serramar e Agroecologia, né. E ele é plantador de feijão, ele é guardião de semente, na verdade. E ele cultiva, por conta de ser agroecológico, ele cultiva uma semente mais apurada. Então, sempre tem uma semente boa (MARGARIDA, 2022).

As outras agricultoras também realizam a troca de semente como pode ser observado no relato da Camélia: “*Quando a gente tem a gente passa, quando a gente não tem uma passa um pro outra. Teve uma época que eu não tinha abóbora e Violeta e a Margarida tinha e passaram pra mim e assim vai fazendo, uma troca entre a gente*” (CAMÉLIA, 2022). Aliás, a agricultora Rosa é uma das guardiãs de sementes, exibindo com orgulho algumas sementes que possui de milho e feijão (Figura 14).

Figura 14 – Sementes de feijão e milho que Rosa é guardiã



Fonte: A autora, 2022.

É nítido em todas as falas e observações realizadas nas propriedades das participantes desta pesquisa, conforme venho apresentando e discutindo, que a percepção ambiental vai se revelando e se mostrando de acordo com as práticas agroecológicas que elas utilizam em suas plantações. Sendo isso comprovado em diferentes momentos, mas, principalmente, quando elas relatam sobre a questão dos agrotóxicos e as práticas alternativas que utilizam para controle de “pragas”.

Em todas as entrevistas, as participantes relataram utilizar a urina de vaca como principal produto para controle de insetos: *A gente trabalha com o xixi de vaca para colocar nas pragas*” (CAMÉLIA, 2022).

E eu sou do tipo, pra quê eu vou colocar veneno aqui se eu posso jogar um xixi de vaca? Que é mais fácil. É fácil e é barato e às vezes até de graça. Eu sempre coletei o xixi de vaca daqui quando tinha vaca. Agora pedi o moço e ele vai trazer o xixi de vaca pra mim. Então o xixi de vaca praticamente é de graça. É só jogar xixi de vaca nas plantas que os insetos não comem. E quando você joga um xixi de vaca, o xixi de vaca faz bem (VIOLETA, 2022).

Inclusive, a agricultora Rosa conta que perdeu o selo agroecológico de seus produtos por conta de uma interpretação errada sobre o uso da urina de vaca:

o cara chegou aqui em casa, eu tava [sic] botando urina de vaca nas minhas roças, ele sentiu o cheiro e disse que era um veneno que nem sei o nome do troço. Foi lá e cancelou meu certificado. Eu tô nem aí pra retornar, sabia? Meus clientes me conhecem, sabem do meu produto [...] (ROSA, 2022).

Violeta também utiliza da técnica de controle biológico de pulgões através de uma árvore chamada popularmente de ¹¹pinhão-manso (*Jatropha curcas*), que atrai joaninhas que acabam predando esses pulgões. Em seu relato ela explica como é esse processo:

[...] na verdade, os insetos que comem as nossas lavouras não precisam nem morrer, porque eles comem outros tipos de insetos. Aqui tem um pé de pinhão-manso. É, o pinhão-manso é uma árvore que ela atrai a joaninha. A joaninha dá mais nessa árvore e elas comem o pulgão. Eu não sei se ela come o pinhão-manso, mas sei que ela se multiplica muito nessa árvore. Olha a lógica, se sua lavoura tem muito pulgão, se suas laranjas dá [sic] pulgão, que que você faz? Vai lá e planta um pé de pinhão-manso. Aí a joaninha vai comer daquele pulgão. Então, você precisa jogar veneno pra matar aquele pulgão? Não, só você plantar outra planta lá que o predador do pulgão vai vir e vai se alimentar e você não precisa usar veneno. E o pinhão-manso pega de semente, você joga semente brota rapidinho, você pega uma estaca bota aqui já pega. Às vezes você joga um galho no chão e já brota. Então, sou coisas fácies. É mais fácil você plantar um pé de pinhão manso do que você comprar uma garrafa de veneno e ter que pagar alguém pra colocar aquele veneno. E aquele veneno fazer mal pra sua saúde e depois você ter que viver comprando remédio (VIOLETA, 2022).

Durante toda a sua narrativa, Violeta demonstrou ter bastante conhecimento agroecológico, deixando claro o seu posicionamento sobre valorizar a conservação da natureza. Nesse processo, ela expõe a importância de proteger as árvores que serve de abrigo e alimento para os pássaros e nutrição para o solo e as plantas. Não por acaso, pois como foi apresentado em sua biografia, ela, além de agricultora, também é viveirista, desenvolvendo um importante papel para o reflorestamento de espécies de árvores nativas que auxiliam na preservação do mico-leão-dourado. A partir desse papel, ela desenvolve suas atividades agrícolas sob outro prisma, partindo de uma sensibilização maior em relação aos componentes arbóreos de sua região.

Igual as árvores que tem próximo onde planta, não precisa cortar por causa da sombra. É só não plantar ali perto. E as folhas dessa árvore vai ajudar ali na plantação que você está fazendo. Você pega aquelas folhas e coloca em volta do pé de café, por exemplo, seu café vai ficar melhor. O seu café vai ter uma forragem sadia, num [sic] vai nascer mato, as raízes dele vai se alimentar com aquelas folhas secas que você jogou lá. Então, só vai te fazer bem, pra quê você cortar a árvore? Num precisa, porque aí você tá deixando de alimentar outros passarinhos (VIOLETA, 2022).

¹¹ Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/69045947/pinhao-manso-mostra-potencial-para-controlar-o-pulgao-verde-praga-de-dezenas-de-culturas>>.

Ela ainda faz uma observação interessante a respeito da aparição de borboleta-da-praia (*Parides ascanius*) em sua propriedade, por conta do desmatamento constante dos mangues na região de Rio das Ostras, RJ:

[...] a borboleta-da-praia está em extinção porque a árvore que ela põe os ovos dela, é aquelas árvores do mangue, que fica dentro da lama mesmo. É na flor daquelas árvores do mangue que ela põe os ovos dela, por isso o nome dela é borboleta da praia, por causa dessas árvores. Como o pessoal lá de Rio das Ostras estão fazendo casa em tudo, tão destruindo aquelas árvores do mangue. Então, as que estão sobrevivendo estão vindo pro campo. Aqui de vez em quando aparece uma borboleta-da-praia, porque tá tentando mudar o ritmo dela também pra sobreviver. Então o homem que é a praga mesmo, o homem é que destrói tudo (VIOLETA, 2022).

Em consonância com essa mesma realidade, Rosa também relata sobre a importância das árvores em sua propriedade que funciona como uma barreira contra os resíduos de agrotóxicos dispersos pelo ar, advindos das propriedades vizinhas que trabalham com agricultura convencional. Em suas palavras ela diz: *“isso aqui é uma ilha de veneno, tô cercada de agrotóxico por todos os lados, mas ainda bem que tenho essas árvores e esse mato que fazem uma barreira e protegem as minhas plantas”* (ROSA, 2022).

Além disso, ela também desenvolve esse trabalho de reflorestamento em sua propriedade que, segundo ela, mudou a qualidade de suas terras. Ela conta que quando chegou em sua propriedade quase não existia árvores e que, aos poucos, foi reflorestando com o apoio de empresas e projetos que doavam as mudas. Hoje ela mesma faz as suas mudas (Figura 15): *“As minhas primeiras árvores foram compradas, mas agora nós estamos fazendo nossas próprias mudas por alporquia”* (ROSA, 2022).

Figura 15 – Rosa mostrando as mudas das árvores que tem feito para o reflorestamento de seu sítio



Fonte: A autora, 2022.

Rosa também relata sobre o vizinho de sua propriedade que trabalha com agricultura convencional e não respeitou o espaço que se deve deixar entre as plantações e os rios, retirando toda mata ciliar, e acabou provocando uma erosão nas margens dos rios. Por conta disso, uma parte do rio que corta sua propriedade ficou mais assoreado e sem a mata ciliar e, atualmente, ela está cuidando para que tenha a vegetação de proteção novamente.

Outra ação importante de Rosa para o meio ambiente foi a construção de dois lagos com garrafas PETs (Figura 16) recolhidas na comunidade local, expressando a sua preocupação com o descarte desse material, dando uma solução ecológica, através da reutilização, para o problema dessas garrafas no ambiente. Segundo ela, “*esse lago de garrafa PETs foi construído com 2200 garrafas PETs recolhidas na comunidade*” (ROSA, 2022).

Figura 16 – Lago construído com garrafas PETS



Fonte: A autora, 2022.

Isso mostra claramente que as agricultoras percebem o impacto ambiental, ou seja, revelam uma percepção ambiental frente aos problemas que atingem o ambiente em que estão inseridas, conduzindo-as a uma reação de recuperação e proteção daquele local.

Ainda em relação a questão do agrotóxico, outra característica importante, e que acredito também fazer parte desta categoria, por estar relacionado com a percepção ambiental, foi a visão socioambiental que se destacou nas falas de duas das quatro agricultoras, ao abordarem o assunto sobre o uso de agrotóxicos e a discrepância dos preços dos produtos orgânicos ou agroecológicos e convencionais. Essa discrepância acaba dificultando as pessoas com baixo poder aquisitivo de poderem adquirir produtos de qualidade e livres de agrotóxicos.

Rosa e Violeta reconhecem que não há a necessidade dessa diferença de preços entre esses produtos, pois, segundo elas, o custo com a produção chega a ser menor do que em uma produção convencional, onde o agricultor é obrigado a utilizar agrotóxicos e adubos químicos. No relato de Rosa ela confirma que, realmente, o produtor convencional gasta mais do que ela em sua produção agroecológica: *“eu fiz essa conta aqui com o menino [vizinho agricultor*

convencional], descobriu que o que ele gasta dentro da produção dele com veneno, ele gasta muito mais do que a gente que produz o orgânico” (ROSA, 2022).

Situação essa também confirmada por Violeta:

[...] se você parar para pensar, a gente não gasta tanto [pra produzir] como aquele que bota veneno. E produto não deveria ser tão caro, porque num [sic] comprou o veneno pra botar. Ele só foi lá, o sol tá quente? Tá, espera o sol ficar mais fresco, depois se vai lá e capina. Não precisa ser ruim com as pessoas, botar seu preço alto para as pessoas não conseguirem comprar (VIOLETA, 2022).

Nessa visão socioambiental que essas agricultoras transpareceram, além de produzirem alimentos visando à conservação dos recursos naturais, elas também se mostram bastante preocupadas com a igualdade de acesso à comida de qualidade com preço justo para todos.

Comprar comida sem veneno é difícil. Eu sou contra os agricultores venderem a comida orgânica mais cara que a outra. Eu sou contra, porque o pobre num [sic] pode comer a comida orgânica porque o preço não dá, o dinheiro dele não dá. Eu sou contra isso. Por isso que eu saio de todas as feiras. Eu criei 5 feiras e não trabalho em nenhuma, porque eu sou contra vender mais caro que o produto convencional. Isso que faz o agricultor vender o produto caro desse jeito é a própria empresa certificadora. Por que que eu vou vender o orgânico mais caro? Por que dá menos quantidade, só por isso? Aí é onde eu sou contra. Porque ela [a certificadora] acha que tem que vender mais caro. Eu acho que tem muita coisa errada que a gente precisa consertar pra que todo mundo consiga comer a comida tradicional, a comida que realmente é natural (ROSA, 2022).

Ela continua sua fala enfatizando ser totalmente defensora, do preço justo dos produtos orgânicos, para que as pessoas menos favorecidas financeiramente possam comprar.

O preço justo eu não acho que é aquele que é mais caro não é aquele que todo mundo pode comer, aquele que todo mundo pode levar pra casa, esse que é o preço justo. Eu vendo uma geleia por 16 reais, eu tenho visto o pessoal vender por 30 reais o mesmo tamanho da minha. Tem coisas que eu sou bem taxativa e as pessoas nem gostam que fale porque sabe que falo demais, eu falo mesmo. Eu sou ao meu favor, eu tenho que puxa a sardinha para o meu lado. Eu sou pobre, então eu tenho que olhar a vida dos pobres igual a mim. Porque seu bacana que tem dinheiro num [sic] vai comer a minha comida. Ela é orgânica, mas ele num quer, ele não gosta de comida assim. Ele gosta de comida “papapapa” cheia de veneno. E por que que eu vou vender minha comida mais cara pro pobre igual a mim? Eu sou muito taxativa com isso (ROSA, 2022).

Violeta também apresentou uma fala parecida, destacando que as pessoas mais pobres são obrigadas a optarem pelo produto convencional ou passam fome:

[...] você é obrigado a comer veneno. Ou você come veneno ou você fica com fome. Aí aquelas pessoas olhudas, que não tem amor ao próximo, aumenta o preço, aí você num [sic] consegue comprar. O preço é bem diferente do convencional, então, as pessoas vão sempre optar por comprar o convencional. [...] Às vezes a pessoa tá

querendo comprar as coisas natural, mas o preço tá lá longe. Não tem que ser mais caro. Deveria até ser mais barato pra ele ter mais gente pra comprar. O pobre não compra porque tá caro. Mas o ser humano é estúpido. Igual, tem gente que vende lá na feira o fruta-pão a 8 reais o quilo. Gente, fruta-pão dá todo ano, você não precisa capinar, ele cresce e de baixo dele você pode plantar outras coisas. Pra quê vender um quilo de fruta-pão por 8 reais? Um fruta-pão bom ele dá praticamente um quilo e pouco, quem vai conseguir comprar? Qual o pobre que vai comprar? Num vai, vai ter que comprar batata lá cheia de veneno (VIOLETA, 2022).

É importante apontar que todas essas mulheres são agricultoras bastante engajadas com as causas do feminismo, da agroecologia e da SSAN, ficando claro em suas narrativas que o envolvimento nestas questões também influencia a sua percepção ambiental.

Mas, o caráter crítico de Rosa e Violeta foi mais evidenciado em suas falas, apresentando um posicionamento de sensibilidade, empatia e preocupação com o próximo muito bonita de se ouvir: *“Alguém tá vendo o que você tá fazendo, que você tá sendo honesta com outras pessoas. Tanto vê você fazendo a maldade, quanto vê você fazendo as coisas boas. Se as pessoas fossem mais honestas consigo mesmo e mais solidária, fosse melhor, a Terra seria melhor”* (VIOLETA, 2022).

Essas são características marcantes presentes no enfoque agroecológico que dialoga proficuamente com as questões ambientais e sociais: *“Eu digo que pra mim a agricultura é tudo na vida. É aquilo que você planta pra ajudar e não aquilo que você plante pra você, mas aquilo que você planta pra ajudar. [...] A gente precisa de união”* (ROSA, 2022).

Me deparo, assim, com uma percepção ambiental que se apresenta em diferentes momentos das narrativas, além da exteriorização das suas emoções e sentimentos, o que permite o estabelecimento da compreensão da inter-relação que esta mantém com o ambiente natural e com o trabalho agrícola, segundo seus próprios padrões e esquemas de referências. Por conseguinte, aflora um universo de novas virtudes e valores que se revelam em diferentes graus de subjetividades.

Todas essas agricultoras estão bem imersas em seus trabalhos agroecológicos, e suas percepções se apresentaram bastante semelhantes, o que, conseqüentemente, se reflete nas suas relações com o ambiente que as cerca. Isso se torna muito visível em seus relatos, que deixam transparecer suas vivências engajadas com a reforma agrária, com a agroecologia, com o feminismo e a SSAN. Portanto, a percepção ambiental que é revelada nas histórias de vidas das participantes, se apresenta mais inclinada para a conservação ambiental por estar de acordo com as práticas agroecológicas que essas agricultoras utilizam para produzir alimento.

Interessante comentar, que todas as participantes possuem a idade acima dos 50 anos, todas elas são filhas de agricultores e já estão a mais de 10 anos na trabalhando com

agroecologia, conforme pode ser observado no Quadro 1 (p.117). Dessa forma, é demonstrado que essas mulheres já possuem uma longa experiência no setor agrícola, com o acúmulo de vivências em função da idade e por terem crescido cercadas pela agricultura desenvolvida pelos pais.

Adentrando no ambiente rural, é notório que a trajetória pessoal e do trabalho se entrelaçam desde a infância, pois no meio rural o trabalho já está presente na vida dos indivíduos precocemente, quando os pais são obrigados a levarem para as lavouras seus filhos, geralmente ainda bebês, fato este muito comum nas famílias agrícolas, conforme nos apontam Marques e Silva (2018), o que marca profundamente suas memórias. Neste espaço a produção e reprodução social ocorrem em concomitância. Além disso, na maioria das vezes o lugar de moradia já fica dentro do local de trabalho, o que deixa ainda mais visível essa junção de trabalho e vida como um todo. Ainda, segundo as autoras supracitadas, isso influencia que muitas mulheres acabam não sendo reconhecidas e nem se reconhecendo como agricultoras, por considerarem que o seu trabalho nas lavouras não passa de uma extensão dos trabalhos domésticos.

Contudo, essas mulheres, além de desenvolverem o trabalho rural e doméstico com maestria, também estão se formando líderes em movimentos sociais, na esfera pública e privada, pela luta dos direitos da classe trabalhadora (SANTOS, 2019). Além disso, elas buscam se reunirem em grupos reflexivos no intuito de fortalecer o movimento feminino rural. Esse engajamento coletivo tende a promover novas formas de abordagem reflexiva e permite que juntas possam vencer as dificuldades e enfrentar os preconceitos.

Acerca da liderança da mulher agricultora em espaços públicos e privados, Santos (2019), ao analisar a trajetória de duas agricultoras que se tornaram líderes políticas na região do Sudoeste do Paraná no período entre 1980 e 1990, observou, a partir dos relatos das agricultoras, que as experiências dessas mulheres foram essenciais para compreender seus próprios olhares sobre a representação feminina nos processos sociais que vão além do singular, interconectando-se as experiências individuais e coletivas.

A partir dos relatos de Luciana e Zelide podemos identificar também tais formas de exercer o “poder” em suas experiências, visto que por alguns momentos, exercem a representatividade a fim de gerar mudanças dentro do grupo de mulheres camponesas, fazendo uma construção conjunta e coletiva, mas considerando também as questões da autoestima e segurança, por exemplo, frente ao exercício de representatividade. Ao mesmo tempo em que percebiam a importância das mulheres nestes espaços, também avaliavam muito a sua própria representatividade, demonstrando que não é uma prática simples ou fácil de ser realizada. Dessa forma, elas se reconstróem a cada experiência em que são chamadas para exercer a representatividade/liderança em

espaços públicos, ao modo que transformam a si mesmas, revisitando suas identidades (SANTOS, 2019, p. 85).

Ao tratar da história de vida de mulheres agricultoras não tem como se abster das questões relacionadas às desigualdades de gênero e aos movimentos feministas que emergiram da ambição pelos direitos e pela equidade de gênero. Os direitos dos quais as mulheres rurais atuais podem usufruir foram frutos de um longo processo de mobilização social de mulheres inconformadas que partilhavam de uma mesma força de resistência: a luta para obtenção dos direitos justos e igualitários (TEDESCHI, 2007).

Sob este prisma, as vivências de Margarida, Rosa, Violeta e Camélia, em seus espaços agrícolas, refletem a diversidade da atuação e competência feminina no campo. Ao final de cada entrevista, foi perceptível os sentimentos de orgulho, de vitória e de contentamento por ter chegado onde chegaram, principalmente, através de suas militâncias.

Quero frisar aqui que, por estar trabalhando com a metodologia biográfica, os resultados obtidos foram construídos a partir do que as participantes julgaram ser importante para elas rememorar. Sendo assim, a investigação partiu do que era interessante para elas e não do que eu julgava importante para o meu estudo. Portanto, resgato a fala de Augras (2009, p. 12) que diz que o pesquisador se torna “aprendiz da verdade do outro” nesse processo. Assim, na investigação “a tendência observada ou os fatos considerados dignos de interesse científico, são os apontados pelos próprios sujeitos, e não aqueles que o pesquisador, de fora e *a priori*, achava que ia encontrar; geralmente, comprovando sua hipótese” (GLAT, 2009, p. 16). Dessa forma, foi a partir do que foi dito nas histórias de vida que foi possível extrair a análise da percepção ambiental, indo muito além disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação busquei abordar os diversos aspectos que permeiam as dimensões ambientais na produção agrícola e as complexidades de ser uma agricultora. Com a utilização do método de história de vida, as participantes puderam acessar suas memórias, relembando e refletindo sobre o seu passado. Através desse processo, a percepção ambiental foi posta em cena, à medida que as narrativas foram emergindo, repletas de emoções, sentimentos, valores, saberes, crenças e experiências.

As histórias de vida das quatro agricultoras estão entrelaçadas entre si e também com as histórias de outras agricultoras. Por vezes, suas falas até se igualavam e se complementavam. Pelo fato de serem mulheres engajadas com as mesmas causas, estarem vivendo de acordo com os mesmos valores e princípios, e também, por estarem inseridas em um mesmo grupo de articulação e apoio em agroecologia, elas evidenciam e partilham de uma percepção ambiental mais ampla e inclinada para a conservação ambiental.

É possível perceber que todas essas mulheres trazem nas suas histórias de vida exemplos de jornadas de trabalho bastantes intensas. Todas elas enfrentaram e ainda enfrentam os mesmos desafios de ser uma agricultora, de ainda não ter reconhecimento e poder desfrutar dos mesmos benefícios e apoios que os homens no setor agrícola. Diferentes caminhos levaram essas agricultoras a empenhar-se na luta por melhorias em suas vidas e, por conseguinte, nas vidas de outras agricultoras. Desta forma, é muito importante que haja por parte dos governantes, a criação de programas, ações e políticas públicas específicas para a melhoria das condições de trabalho e, conseqüentemente, da qualidade de vida das agricultoras.

Sem dúvidas, por essas mulheres serem filhas de agricultores e terem crescido na roça ou em áreas onde era possível realizar uma plantação de subsistência, aliado à boa vivência neste setor, proporcionada por seus pais, favoreceu a elas desenvolver uma ligação mais afetiva com a agricultura, construindo sua identidade rural e sua percepção ambiental mais propensa a valorizar e conservar a natureza. Hoje, são mulheres imersas nas questões socioambientais e bastante envolvidas em ações concretas que buscam mitigar os problemas ambientais na produção alimentar, o que reflete em toda sociedade.

Ao confrontar a análise dos relatos com as minhas observações do diário de bordo, unidas às observações feitas nas propriedades no dia da entrevista, pude verificar que condizem o discurso dessas mulheres em relação às práticas que conservam o meio ambiente e o que elas fazem em suas propriedades.

Evidentemente, por estarem imersas na agroecologia, elas já possuem uma postura mais ambientalmente sustentável. Isso, conseqüentemente, já é o suficiente para evidenciar uma percepção ambiental que está de acordo com as suas práticas agrícolas diárias.

Assim, concluo que, a percepção ambiental dessas mulheres não se encontra restrita somente aos aspectos sensoriais dos fenômenos ambientais mais visíveis, mas, se apresenta como a soma de seus conhecimentos, das experiências, de suas crenças, de suas emoções, dos seus valores e de seu posicionamento social, cultural e político. À medida que suas narrativas iam emergindo, noto que suas percepções ambientais vão se rearranjando e se ressignificando continuamente através de suas práticas diárias.

A percepção ambiental das agricultoras foi evidenciada nas suas falas, quando expressam uma maior estimulação do sistema sensorial, quando deixam transparecer o sentimento *topofilico*, quando relatam suas práticas agrícolas alternativas que estão em consonância com a conservação ambiental, quando apresentam soluções para o descarte do óleo de cozinha e de garrafas PET. E, também, quando apresentaram uma visão socioambiental, através da preocupação com o aproveitamento dos alimentos, importante para a SSAN e através da discordância sobre a diferença de preços entre os produtos orgânicos e os convencionais.

Desse modo, constato que todas as práticas alternativas e demais atividades findadas nos preceitos agroecológicos que essas mulheres utilizam, que está em concordância com suas percepções ambientais, contribuem com a conservação ambiental, com a autonomia econômica e com a qualidade dos alimentos e da saúde humana. A longo prazo os resultados serão ainda mais recompensadores, amenizando os impactos ambientais no processo de produzir alimento.

Os resultados obtidos, também demonstraram que, a partir da análise das experiências dessas quatro mulheres, é possível perceber que o coletivo de mulheres do grupo GT Mulheres da Serramar também pode partilhar de uma mesma preocupação ambiental, realizando um manejo mais adequado dos recursos naturais. Em seu cotidiano, essas mulheres trazem uma ressignificação dos valores socioambientais da agricultura, dos saberes tradicionais, contribuindo com a economia local, gerando qualidade de vida e renda através das suas lavouras, além de reconhecer o valor que o seu quintal possui, utilizando-o com extrema sabedoria.

O grupo GT Mulheres da Serramar representa uma fonte de conhecimento, esperança, afeto, apoio e fortalecimento coletivo para essas e outras mulheres. É por meio do grupo que as inter-relações estabelecidas entre essas mulheres favorece a construção do empoderamento rural feminino. Assim, cada participante tem a sua luta fortalecida individualmente para continuar trabalhando como guardiãs da biodiversidade e da SSAN.

Por isso, ressalto aqui a importância da formação das redes e grupos de apoio, assim como afirmam Santos e Schottz (2021), que trazem consigo as trocas das experiências e dos conhecimentos necessários para essas mulheres se empoderarem na agricultura familiar. O que permite à mulher tecer um novo significado para sua vida. Além disso, também é fundamental a realização de mais pesquisas, cujo enfoque seja o trabalho produtivo realizado pelas mulheres, evidenciando o protagonismo feminino em experiências bem-sucedidas na agricultura familiar de base ecológica.

Também saliento a necessidade de as mulheres rurais serem ouvidas, como parte fundamental da construção e manutenção de práticas agroecológicas, que visam o benefício social, econômico e ambiental. É fundamental que essas mulheres tenham suas vozes destacadas, através de suas histórias de vida, que leve em consideração suas realidades, percepções, anseios, valores e experiência.

O resgate da trajetória das participantes desta pesquisa permite entender em que contexto suas experiências se desenvolveram e em que medida suas vivências influenciam na construção de sua percepção ambiental. Ao relatar suas experiências elas puderam se sentir mais valorizadas, por estar dando visibilidade ao seu trabalho, onde elas, por algumas vezes, se reafirmaram de forma orgulhosa, como agricultoras.

Em suma, as agricultoras vão se reconhecendo enquanto narram sua própria história. São mulheres empoderadas e protagonistas de suas vidas, que apoiam e encontram apoio no GT Mulheres da Serramar, para seguirem lutando por equidade, autonomia financeira e nutricional. Essas mulheres têm um papel muito importante de inspirar e encorajar outras mulheres, ao demonstrarem a sua capacidade, apresentando os resultados que vem obtendo com sua liderança na produção alimentar.

Longo é o percurso para vencer as dificuldades impostas pelas desigualdades de gênero na agricultura. Ainda é preciso lutar por uma valorização maior do trabalho da mulher rural, buscando ações, programas e políticas públicas que incentivem a permanência das mulheres na produção agroecológica. Mas, pude notar que o protagonismo das mulheres na agricultura tem se destacado gradativamente. Mesmo com tantos desafios impostos a nós, mulheres, mães, agricultoras e sonhadoras, não fugimos à luta e não estamos sozinhas, somos resistência.

Assim, com esta pesquisa iniciou-se um caminho que precisa ser aprimorado, face aos resultados promissores obtidos em campo. Estudos futuros podem aprofundar os conhecimentos sobre as inter-relações do ser humano com o meio ambiente no processo de produção agrícola, a partir das trajetórias de agricultoras. Acredito que, a análise das percepções ambientais das agricultoras do GT Mulheres da Serramar pode servir de base para conhecer os

problemas e os desafios ambientais no espaço rural, de modo que seja possível refletir sobre as ações que ajudem a mitigá-los e, além disso, contribuir na elaboração de ações que possibilitem o desenvolvimento sustentável e a construção de condições de uma vida digna.

Conhecendo a realidade dessas mulheres fica mais fácil entender que a conservação ambiental não só depende do tipo de percepção individual, que é pautada nas características biológicas e psicológicas, mas também perceber que a relação que as agricultoras mantêm com o local em que estão inseridas irá influenciar positiva ou negativamente nas questões socioambientais. Além do mais, esta pesquisa poderá estimular a construção de diálogos entre o saber popular e o saber científico e entre a sociedade civil e o poder público, buscando incentivar ações e estimular o desenvolvimento de estratégias e de políticas públicas que apoiam as mulheres, a agricultura familiar e a agroecologia.

REFERÊNCIAS

AARJ. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. **Movimentações do GT Mulheres Serramar da AARJ!** 2022a. Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/2021/09/22/movimentacoes-do-gt-mulheres-serramar-da-aarj/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

AARJ. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. **Quem somos.** 2022b. Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ALTEMBURG, S. G. N. **A Percepção Ambiental dos Agricultores vinculados a uma Rede de Referência em agricultura familiar:** uma análise sobre as práticas agroecológicas e a qualidade de vida. 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs). **Percepção ambiental:** A experiência brasileira, p. 139-152, 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p. 22-32, 2012.

ALVES, L. M. et.al. **Caderneta agroecológica:** um instrumento político-pedagógico. Minas Gerais: MDA/UFV/FUNARBE, 2018a.

ALVES, L. M. et.al. **Caderneta agroecológica e os quintais:** Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018b. Disponível em: <<https://ctazm.org.br/bibliotecas/livro-caderneta-agroecologica-e-os-quintais-268.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ALVAREZ, M. C. Florestan Fernandes e Tiago Marques Aipobureu: biografia e sociedade. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 289-292, 2007.

AMARAL, L. **História Geral da Agricultura Brasileira.** v. 1, 2a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **O que é a ANA.** 2022. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

ANMC. Associação Nacional de Mulheres Camponesas. **Feminismo camponês e popular.** Cartilha. 2018. Disponível em: <https://www.iis.unam.mx/wp-content/uploads/2020/10/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2022.

ASPTA. Agricultura familiar e Agroecologia. **Árvores na agricultura familiar:** troca de saberes para a preservação da água e renovação da vida. 2023. Disponível em:

<<https://aspta.org.br/2015/07/22/arvores-na-agricultura-familiar-troca-de-saberes-para-a-preservacao-da-agua-e-renovacao-da-vida/>>. Acesso em: 01 fev. 2023.

AUGRAS, M. Prefácio. In: GLAT, R. **Somos iguais a vocês:** depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 2009, p. 11-15.

AZEVEDO, E. de. Comer: ato político. **Piseagrama**, Belo Horizonte, seção Extra! 2019 Disponível em: <<https://piseagrama.org/comer-ato-politico/>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Persona, 1977.

BARROS, K. B. **Fauna do solo no diálogo com agricultores familiares na região serrana fluminense:** uma proposta de Educação Ambiental não-formal em Nova Friburgo – RJ. 2010. 72 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BATTEN, M. **Estratégias sexuais:** como as fêmeas escolhem os seus parceiros. Rio de Janeiro: Record Rosa dos tempos, 1995.

BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie**. Paris: Éditions Nathan, 1997.

BERTAUX, D. L'approche biographie: sa validité méthodologique, les potentialités. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, v. 69, n. 2, p. 197-225, 1980.

BERTAUX, D. **Histoires de vie ou récits de pratiques?** Méthodologie de l'approche biographique en sociologie. Paris: Cordes, 1976.

BOLÍVAR, A. A expressividade epistêmico-metodológica da pesquisa (Auto) Biográfica. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; BRAGANÇA, I. F. S. de.; ARAÚJO, M. S. da. (Org.). **Pesquisa (Auto) Biográfica, fontes e questões**. Curitiba: CRV, 2014. p. 114 - 127.

BRASIL. Agenda 2030. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2022a. Disponível em: <[http:// https://odsbrasil.gov.br/](http://https://odsbrasil.gov.br/)>. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006a**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 setembro de 2006b**. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: 6 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de

Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-%20a%Lei%20no,para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20do%20Plano>. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Pronaf Mulher**. Banco Nacional de Desenvolvimento. 2022b. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-mulher>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

BRASIL. **Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014**. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2014/setembro/relatorio-indica-que-brasilsaiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7. p. 50-81, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/RjHdp4QzNsZbPT6MqnsGDDt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 3 maio 2022.

CAMARGO, A. O Método Qualitativo: usos e perspectivas. In: CONGRESSO NACIONAL DE SOCIOLOGIA, 3., Brasília, 1987. **Anais...** Brasília: UNB, 1987. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4538072/mod_resource/content/1/Aspasia_Camargo_mimigr.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CAPORAL, F.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. (Orgs). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV, São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624p.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 256.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humana e sociais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Documento base para a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_III/texto_base_3_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

COSTA, A. de O.; MORAES, M. T. P.; MARZOLA, N.; LIMA, V. da R. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, J. S.; OLIVEIRA, A. L. N. de; SANTOS, N. T. dos. Preservação e Conservação Ambiental: significando a proteção do meio ambiente. **RELACult-Revista Latinoamericana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 4, Edição especial, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/963>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEL RIO, V. Cidade da Mente, Cidade Real: Percepção Ambiental e Revitalização na Área Portuária do RJ. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**, 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 3-22.

DENZIN, N. K. **Interpretive biography**. v.17. Newbury Park: SAGE, 1988. p. 96.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DORIN, L. **Enciclopédia de Psicologia Contemporânea: Psicologia Geral**. v.1. São Paulo: Livraria Editora Iracema, 1984.

DUBY, G.; PERROT, M. **História das mulheres no ocidente**. A Antiguidade, v.1, Porto: Afrontamento, 1990.

DURAN, M. C. G. Biografias educativas – potencialidades na investigação e formação. In: ABRAHÃO, M. H. M. B.; BRAGANÇA, I. F. S. de.; ARAÚJO, M. S. da. (Org.). **Pesquisa (Auto) Biográfica, fontes e questões**. Curitiba: CRV, 2014, p. 231 – 243.

FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019- 2028) para alcanzar los ODS**. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FERRARA, L. D'. A. As Cidades Ilegíveis: Percepção Ambiental e Cidadania. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**, 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 61-82.

FERREIRA, S. L. M. B. Anotações do Diário de Bordo da pesquisa. 2022.

FERREIRA, S. L. M.B. **O uso do Instagram como ferramenta de diário de bordo no ensino de biologia**. 2020. 57 f. Monografia (Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, S. L. M. B.; LACERDA, F. K. D. Ensino de Ciências, meio ambiente e saúde: uma experiência no Projeto PIBID interdisciplinar de Nova Friburgo, RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DO AMBIENTE, 5., Niterói, RJ, 2018. **Anais...** Niterói: UFF, 2018. v. 1. p. 1-10.

FERREIRA, S. L. M. B.; LACERDA, F. K. D. A importância do Diário de Bordo na formação docente: uma experiência no Projeto PIBID de Nova Friburgo, RJ. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA RJ/ES, 8., Niterói, RJ, 2017. **Anais...** Niterói: MGSC Editora, 2017. v. 1. p. 1491- 1502.

FERREIRA, S. L. M.B. **A importância do Diário de Bordo na formação docente: uma experiência no projeto PIBID de Nova Friburgo, RJ.** 2016. 95 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FERRAROTTI, F. **História e histórias de vida.** Natal, RN: EDUFRN, 2014.

FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie: la méthode biographique dans les sciences sociales.** 2 ed. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

FONSECA, M. F. de A.C.; SCOFANO, J.E.; GOMES, M.; GUIMARÃES, L.; BERGIANTE, S. D. PLANAPO: oportunidades e desafios no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., Belém-PA, 2015. **Anais...** Belém: Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, 2015. 5p. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19060>>. Acesso em: 3 fev. 2022

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, P. **Uma educação para a liberdade.** 4. ed. Porto: Dinalivro, 1974. (Textos marginais).

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente: histórias de vida.** Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2006. 186p.

GARCIA, L. A Relação Mulher e Natureza: laços e nós enredados na teia da vida. **Gaia Scientia**, v.3, n.1, p.11-16, 2009.

GIBBS, G.; FLICK, U. (org.). **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed; 2009. 198p.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês – Depoimentos de mulheres com deficiência mental.** v. 7. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. 224p. (Questões Atuais em Educação Especial).

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O método de história de vida em pesquisas sobre autopercepção de pessoas com necessidades educacionais especiais. **Revista Educação Especial, Santa Maria**, v. 22, n. 34, p. 139 – 154, 2009.

GLAT, R. et al. O método de história de vida na pesquisa em Educação Especial. **Rev. Bras. Educ. Esp.**, Marília, v. 10, n. 2, p. 235- 250, 2004.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. 295p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 12ª. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HATCH, J. A.; WISNIEWSKI, R. Life History and narrative: introduction. In: HATCH, J. A.; WISNIEWSKI, R. **Life history and narrative.** London: Routledge Falmer, 1995. 86-97p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 31 jul. 2022.

KOSS, M. V. **Feminino + masculino: uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades**. São Paulo: Escrituras, 2000 (Coleção ensaios transversais).

LAGO, M. R. L.; ROCHA, A. M.; LACERDA, F. K. D.; CUNHA, J. G.; OUVERNEY, L. G.; PINTO, M. C. E.; FERREIRA, S. L. M. B. A vivência da prática docente de estudantes dos cursos de licenciaturas UERJ nas turmas do ensino fundamental através do projeto PIBID - CAPES. In: EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS DA REGIÃO SERRANA, 2., 2014, Nova Friburgo, RJ. **Anais...** Nova Friburgo: CDD, 2014, v. 1. p. 65-66.

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4.ed. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 208p.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2003. 170 p.

LAWRENCE, W. J. C. **Melhoramento Genético Vegetal**. 1ed. v. 6. São Paulo: EPU-Nacionais, 1980. p. 75.

LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 163-177.

LEÓN, M. de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primery tercer mundos en los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, p. 94- 106, 2001.

MACHADO, L. M. C. P. Percepção Ambiental e Interpretação da Realidade. Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Orgs). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**, p. 97-120, 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARGARIDA. Entrevista concedida à pesquisadora. Casimiro de Abreu, RJ, 13 junho, 2022.

MAROTI, P. S. **Percepção e educação ambiental voltadas à uma unidade natural de conservação** (Estação Ecológica de Jataí, Luiz Antônio, SP). 1997. 118 f. São Carlos. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 1997.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/SCYZFVKpRGpq6sxJsX6Sftx/?lang=pt>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MARQUES, G. da S.; SILVA, D. R. Q. da. Invisibilidade das mulheres trabalhadoras rurais: as produções científicas da psicologia no Brasil. **Psicologia em Estudo**, v. 23, p1-16, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/41050/pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MATTEI, L. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n. 12, p. 1-17, 2011.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Nead, 2010.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. 208p.

MENDES, R. P. R. **Percepção sobre meio ambiente e Educação Ambiental: o olhar dos graduandos de ciências biológicas da PUC-BETIM (2005)**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MENDONZA, F. Z. M. et al. Herramientas para la Metodología Campesino a Campesino innovación pedagógica para construir saberes agroecológicos. **LEISA Revista de agroecología**. v. 26, n. 4., Diciembre de 2010 *apud* SANTOS, S.; SCHOTTZ, V. Mulheres da Articulação de Agroecologia Serra mar: práticas de educação popular fortalecendo ações em rede. In: MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs). **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência**. 1 ed. P. 82-93. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2021.

MESQUITA L. A. P. de. **O papel das mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás**. Goiânia. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, 2013.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MIRANDA, N. M.; SOUZA, L. B. Percepção ambiental em propriedades rurais: Palmas (TO), Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 10, n. 23, 2011, p. 171-186.

MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 39-52, 2000.

MOURA, I. F. de. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R.; et al. (Orgs). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, p. 25-51. 2017.

MOSCOVICI, S. **Sociedade contra natureza**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1975. 380 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2001.

OLIVEIRA, L. de. A percepção da qualidade ambiental. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.12, n.18. 2002, p. 40-49.

- PACHECO, E. T. **Percepção ambiental como desvelamento do ethos embrionário**. 2009. 279 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PANCERI, B. **O Campo do Saneamento Ambiental Rural: estudo das percepções hábitos e Gênero na visão comunitária e institucional**. 1997. 187 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.
- PATAI, D. **Brazilian women speak**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1985. 416p.
- PERROT, M. **As mulheres e os silêncios da história**. São Paulo: EDUSC, 2005. 520 p.
- PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3ª ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 308 p.
- PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas**. 254 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para Educação Inclusiva em escolas da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. 171 p.
- REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. 2ª ed. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008. 144 p.
- REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. 2022. Disponível em: <<http://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- REIFSCHNEIDER, F. J. B. et al. **Novos ângulos da história da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. p. 112.
- REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 96
- RIBEIRO, J. de M. **O saber-existência das mulheres rurais: histórias de vida a partir dos feminismos subalternos e decoloniais**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.
- ROSAS, C. A. da F. **A (dês)construção da dicotomia rural-urbano no extremo Noroeste paulista**. 2010. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2010.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Orgs). **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IPEA, 2017. 463p.

SANTOS, A. M. D. **Trajetórias de mulheres agricultoras que se tornaram lideranças políticas: resistências e conquistas.** 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica do Paraná, Pato Branco, PR, 2019.

SANTOS, S.; SCHOTTZ, V. Mulheres da Articulação de Agroecologia Serra mar: práticas de educação popular fortalecendo ações em rede. In: MARRO, K. I.; BARBOSA, E. C. V.; SANTOS, S. (Orgs). **Caminhos metodológicos, saberes e práticas profissionais e populares em territórios de resistência.** 1 ed. P. 82-93. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2021.

SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar.** 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, A. C. G. F.; ANJOS, M. C. R.; ANJOS, A. Quintais produtivos: para além do acesso à alimentação saudável, um espaço de resgate do ser. **Guaju**, v. 2, n. 1, p. 77-101, 2016.

SILVA, A. P. B. et al. "Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. I, n. 1, p. 25 - 35. 2007.

SILVA, J. S. da; SANTOS, C. D. dos. Gênero, território e agroecologia: as guardiãs da vida nos quintais em transição agroecológica do assentamento Bernardo Marin II. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, p. 1 - 10. 2020.

SILVA, S. P. A. **Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação.** Rio de Janeiro: IPEA; 2014. (Texto para Discussão n. 1.953). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SCHOTTZ, V. et al. Mulheres da Articulação de Agroecologia Serramar: compartilhando receitas para a soberania alimentar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, p.1-5. 2020.

TEDESCHI, L. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais.** 2007. 245 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2007.

THOMPSON, P. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998. 383 p.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: DIFEL, 1983. p. 250.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980. 288 p.

VENDRUSCOLO, G. S.; CONFORTIN, A. C.; DICKMANN, I. (Org). **Percepção do meio ambiente: o que pensam as pessoas sobre seu entorno?** São Paulo: Ação Cultural, 2016. 187 p.

APÊNDICE – Termo de consentimento livre e esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do estudo/pesquisa intitulado(a) **Percepção ambiental e histórias de vida: um estudo com agricultoras participantes do Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM) – RJ**, conduzido por **Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira**. Este estudo tem por objetivo: **Analisar, através das histórias de vida, a percepção ambiental das agricultoras pertencentes ao Grupo de Trabalho de Mulheres (GT Mulheres) da Articulação de Agroecologia Serramar (AASM), a fim de associá-la às suas práticas agrícolas.**

Você foi selecionada por ser uma agricultora. Esta pesquisa resultará em uma dissertação de mestrado. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista aberta para relatar a sua história de vida, com duração de no máximo duas horas, no local de sua residência ou trabalho, realizada pela pesquisadora.

A entrevista será gravada em áudio e/ou vídeo para posterior transcrição e divulgação. Na divulgação dos resultados será necessário utilizar sua imagem em foto e/ou vídeo e/ou a gravação feita em áudio. Você precisa concordar com esse procedimento.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos [ou instituições] participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador Responsável: Stela Lina Magalhães Bergiante Ferreira

Faculdade de Formação de Professores (FFP)

Mestrando em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rua Dr. Francisco Portela nº 1470, Patronato, São Gonçalo.

Departamento de Ciências (DCIEN)

Telefone: (22) 99200-4238

E-mail pessoal: stelalinam@gmail.com

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, ____ de _____ de _____.

Nome do(a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome do(a) pesquisador: _____

Assinatura: _____